



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS

Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais

Marabá-Pará-2017

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Instituto de Ciências Humanas
Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins

Reitor: Dr. Maurílio de Abreu Monteiro

Vice-reitora: Dr^a Idelma Santiago da Silva

Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Dr. Elias Fagury Neto

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica: Dr^a Fernanda Carla Lima Ferreira

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis: Dr. Diego de Macêdo Rodrigues

Diretor do Instituto de Ciências Humanas: Ms. Janailson Macedo Luiz

Vice-Diretor do Instituto de Ciências Humanas: Ms. Marcelo Gaudêncio Pureza

Diretora da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT):
Dr^a. Joseline Simone Barreto Trindade

Vice-Diretor da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT):
Dr. André Augusto Inoue Oda

Núcleo Docente Estruturante da FACSAT

- Prof. Dr. André Augusto Inoue Oda
- Prof^a Dr^a Célia Regina Congílio
- Prof. Dr. Cloves Barbosa
- Prof^a Dr^a Edma do Socorro Silva Moreira
- Prof^a Dr^a Gisela Macambira Villacorta
- Prof^a Dr^a Joseline Simone Barreto Trindade
- Prof. Dr^a Marilza Sales Costa
- Prof. Ms. Raimundo Wanderley Correa Padilha
- Prof^a Ms. Simone Cristina Contente Padilha

Lista de Siglas

CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNE	Conselho Nacional de Educação
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FACSAT	Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins
FECAMPO	Faculdade de Educação do Campo
FACED	Faculdade de Educação
FAGEO	Faculdade de Geografia
FAHIS	Faculdade de História
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição Ensino Superior
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
ICH	Instituto de Ciências Humanas
ISA	Instituto Socioambiental
LAPEX	Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais
NAIA	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica
NEES	Núcleo de Educação Especial
NDE	Núcleo Docente Estruturante
MST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
MIQCB	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBEX	Programa Institucional de Extensão
PIBIC	Programa de Institucional de Bolsas Iniciação Científica
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Sumário

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 A FACSAT NO CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA UNIFESSPA.....	7
2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO.....	8
2.1 MEMÓRIA HISTÓRICA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM MARABÁ.....	8
2.2 A FACSAT NO CONTEXTO DO SUL E SUDESTE PARAENSE	9
3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO	12
4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO.....	13
4.1 FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS, ÉTICOS E DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS	13
4.2 OBJETIVOS.....	14
4.3 PERFIL DO EGRESSO.....	16
4.4 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	17
4.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO	19
5.1 ESTRUTURA DO CURSO	19
5.2 TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO	21
5.2.1 <i>Procedimentos da Banca Examinadora</i>	23
5.3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO	24
5.4 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	26
5.5 POLÍTICA DE PESQUISA	27
5.5.1 <i>Leitura e produção textual</i>	28
5.5.2 <i>Métodos e técnicas de pesquisa</i>	28
5.5.3 <i>Seminários de integração</i>	29
5.5.4 <i>Seminários de Conclusão de Curso</i>	30
5.5.5 <i>Diálogos de pesquisa</i>	30
5.5.6 <i>Trabalho de campo</i>	32
5.5.7 <i>Linhas de pesquisa</i>	32
5.6 POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	36
5.7 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL.....	38
5.7.1 <i>Diversidade e inclusão: ensino, pesquisa e extensão</i>	38
5.7.2 <i>Censo Estudantil</i>	41
6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE	44
7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO.....	45
7.1 CONCEPÇÃO E PRINCÍPIO DA AVALIAÇÃO	45
7.2 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	46
7.3 AVALIAÇÃO DE ENSINO.....	47
7.4 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	47
8 INFRAESTRUTURA.....	49
8.1 DOCENTES	49

8.2 TÉCNICOS	50
8.3 INSTALAÇÕES.....	50
8.4 RECURSOS	51
9. REFERÊNCIAS	53
10. ANEXOS	54
ANEXO I: ATAS DE APROVAÇÃO DO PPC.....	54
ANEXO II: DESENHO CURRICULAR	56
ANEXO III: CONTABILIDADE ACADÊMICA (POR SEMESTRES).....	58
ANEXO IV: CONTABILIDADE ACADÊMICA (POR EIXOS DE FORMAÇÃO)	61
ANEXO V: ATIVIDADES CURRICULARES POR PERÍODO LETIVO.....	64
ANEXO VI: DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES CURRICULARES POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES TRABALHADAS	66
ANEXO VII: TABELA DE EQUIVALÊNCIAS REFERENTE AO ANTIGO PPC DE LICENCIATURA E BACHARELADO (ABRANGE AS TURMAS 2013 E ANTERIORES).....	68
ANEXO VIII: TABELA DE EQUIVALÊNCIAS REFERENTE AO ANTIGO PPC DE LICENCIATURA (ABRANGE AS TURMAS 2014 E 2015).....	69
ANEXO IX. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO.....	70
ANEXO X: EMENTAS DAS DISCIPLINAS CURRICULARES	71
<i>EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</i>	71
<i>EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR</i>	83
<i>EIXO DE FORMAÇÃO LIVRE</i>	93
ANEXO XI: TERMO DE CONVÊNIO ENTRE SEMED (PREFEITURA DE MARABÁ/PA) E UNIFESSPA.....	102
ANEXO XII: TERMO DE CONVÊNIO ENTRE SEDUC (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ) E UNIFESSPA.....	107
ANEXO XIII: RELAÇÃO DE ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (SEMED - MARABÁ)	112
ANEXO XIV: RELAÇÃO DE ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO (SEDUC) - PARÁ)	119
ANEXO XV: LEI Nº 6.888/1980: DISPÕE SOBRE A PROFISSÃO DE SOCIOLOGO/A	126
ANEXO XVI: DECRETO Nº 89.531/1984: REGULAMENTA A PROFISSÃO DE SOCIOLOGO/A	128
ANEXO XVII: RESOLUÇÃO DA FACSAT QUE NORMATIZA OS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	131
<i>Anexo XVII - (A): Modelo de Ficha de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso</i>	136
ANEXO XVIII: FICHA DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	137
ANEXO XIX: RELAÇÃO DAS NORMAS QUE SUBSIDIARAM A ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO	139

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto pedagógico do Curso de graduação em Ciências Sociais – Licenciatura foi elaborado e aprovado pela Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT). Antes disso, desde 1994, vínhamos desenvolvendo nossas atividades nos marcos do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA), em uma história de variados esforços para a construção de um curso de Ciências Sociais que atendesse as nossas necessidades específicas. Em 2010, o Projeto Pedagógico original foi transformado e reformulado. Nesse percurso, envolveram-se coletivamente diferentes sujeitos (discentes, docentes, técnicos, representantes de movimentos sociais e diversas organizações), convidados a refletir sobre a formação, desafios e expectativas para a construção do curso de Ciências Sociais no sul e sudeste do Pará. O presente Projeto Pedagógico representa, nesse sentido, o acúmulo de experiência institucional da FACSAT e um ponto de culminância de nossa formação histórica.

Diante de todo esse processo, a Faculdade percorreu um longo caminho para tentar resolver – ou pelo menos amenizar – os problemas vivenciados. Com esta nova proposta, pretendemos oferecer maior dinâmica e flexibilidade ao curso, buscando aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem, redimensionando o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para um desenho curricular da Licenciatura, de modo a formar cientistas sociais que possam atuar em diferentes realidades sociais com uma formação mais holística e sólida.

Assim, a nova estrutura para a oferta do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais ora proposto neste projeto pedagógico traz como perspectiva uma atuação em diálogo próximo com o Ensino Básico de nossa região e, de modo geral, com a sociedade, pois a vivência da realidade integrada ao contexto acadêmico qualifica o ensino e favorece a produção de novos saberes. Nossa missão é a construção de conhecimento conjugado entre docentes, discentes e egressos, para contribuir no processo de desenvolvimento social e humano da região e de todo o país.

Este documento reflete as aspirações dos corpos docente, discente e técnico da FACSAT para o estabelecimento de um curso que garanta a sólida formação dos licenciados em Ciências Sociais, em uma região com sérios problemas nos serviços públicos (e privados) de educação básica e com inúmeras contradições sociais. Essas contradições demandam um debate qualificado sobre os problemas sociais e ações efetivas planejadas e orientadas para o bem-estar das populações da região, pois o processo dinâmico de encontro entre diferentes forças sociais e econômicas trouxe rápidas e profundas transformações no intervalo de apenas algumas décadas. Faz-se necessário o olhar mais analítico, minucioso e prático das Ciências Sociais sobre as ações do poder público, das empresas privadas, das antigas e novas oligarquias, de todos os atores sociais envolvidos nas transformações sociais, econômicas e políticas e seus impactos na região. Faz-se necessária a formação de professores que também sejam pesquisadores, com espírito científico, e por isso trazendo sempre conhecimentos atualizados sobre a realidade regional, brasileira e mundial. Temos em vista uma formação docente que,

ao atender as demandas do Ensino Básico brasileiro, possibilite uma ampliação progressiva do autoconhecimento necessário aos cidadãos brasileiros para o exercício de cidadania com respeito aos valores dos direitos humanos e de justiça social.

Nesse sentido, nossa preocupação com a formação de Licenciados em Ciências Sociais se dá não apenas no que diz respeito ao conhecimento objetivo por eles acumulado, senão também no compromisso social orientado por valores éticos e políticos da dignidade humana, da igualdade social, do respeito aos direitos humanos em geral, do respeito às diferenças culturais e de gênero, da valorização dos povos e comunidades tradicionais, da laicidade do Estado, do bem-estar das populações locais e do empoderamento de todos os atores sociais oprimidos e marginalizados no processo de desenvolvimento social, político e econômico da região.

A preocupação com uma sólida formação intelectual de nossos licenciados também passa pela necessidade de darmos visibilidade, em nível nacional e internacional, aos problemas e contradições sociais locais. Nesse sentido, a formação de nossos licenciados é a formação de pesquisadores sobre a região, produtores de conhecimentos científicos como resultado do contato direto com os problemas sociais ao redor da comunidade escolar. Ademais, a qualificação das pesquisas produzidas por cientistas sociais formados na própria região amazônica, que concentra uma parte significativa da realidade econômica brasileira, podem indicar, em última instância, uma aprimorada orientação de políticas públicas, tanto em nível local, quanto nacional.

1.1 A Facsat no contexto de criação da Unifesspa

A Licenciatura em Ciências Sociais é ofertada pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), uma instituição de ensino superior pública, multicampi, criada oficialmente em 5 de junho de 2013 com a sanção da presidenta Dilma Rousseff, como resultado do desmembramento do campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A Unifesspa pretende ser “(...) uma universidade inclusiva” cuja missão é a de “produzir, sistematizar e difundir conhecimentos filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico, ampliando a formação e as competências do ser humano na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e no avanço da qualidade de vida” (PDI Pró-Tempore 2014-2016, p. 27). Nesse sentido seus princípios norteadores compreendem a,

(a) universalização do conhecimento; (b) o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; (c) o pluralismo de ideias e de pensamento; (d) o ensino público e gratuito; (e) a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; (f) a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; (g) a excelência acadêmica; (h) a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.” (PDI Pró-Tempore 2014-2016, p. 27-8).

Na condição de universidade recém-criada, refletindo de certo modo o desenvolvimento acelerado da região, esta Instituição de Ensino Superior (IES) se encontra em um movimento intenso de investimento em novas estruturas, de ampliação do seu quadro docente e técnico, da criação de novos cursos, de reorganização administrativa e de formação de sua identidade própria.

A Unifesspa é organizada a partir de Institutos, cada um reunindo um conjunto de Faculdades. As Faculdades que, *grosso modo*, representam disciplinas científicas com alguma afinidade epistemológica entre si são reunidas sob a direção comum do Instituto. A abrangência da direção do Instituto se limita a um conjunto de faculdades de um mesmo campus e cada instituto conta com representações nas instâncias deliberativas da administração superior. A Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins (FACSAT) junto com as Faculdades de Educação do Campo (FECAMPO), de Geografia (FAGEO), de História (FAHIST) e de Pedagogia (FACED) constituem o Instituto de Ciências Humanas (ICH).

2. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

2.1 Memória histórica do curso de Ciências Sociais em Marabá

Em 1957, com a aprovação do Decreto-lei 3.191 foram criadas sete faculdades da UFPA: Medicina; Direito; Farmácia; Engenharia; Odontologia; Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais. Segundo Palhano (2007), naquela época o Curso de Ciências Sociais já estava em funcionamento no Estado do Pará (visto que havia sido autorizado pelo Decreto-lei 35.456, de 04 de abril de 1954) na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Belém - FFCL, uma das Faculdades que, reunidas em 1957, compuseram a UFPA.

Os cursos oferecidos pela FFCL foram os primeiros, em Belém, destinados à formação de docentes para disciplinas específicas. O curso de Ciências Sociais integrava a seção de Ciências, juntamente com Matemática, Química, Física, História Natural, História e Geografia. A FFCL adotava a estrutura desenvolvida pela Faculdade Nacional de Filosofia, na qual, os três primeiros anos eram dedicados à formação para o bacharelado e, caso o discente desejasse, mais um ano para a licenciatura (ALMEIDA, 2006, p. 89).

A criação de um campus avançado em Marabá, localizado no sul e sudeste do Pará, deveria atender, prioritariamente, à necessidade de formação de docentes para o ensino fundamental e médio na década de 1990. No correr dos anos, a demanda por profissionais de pesquisa exigiu a inclusão da habilidade em bacharelado em Ciências Sociais, envolvendo dimensões que pudessem integrar os três eixos: ensino, pesquisa e extensão.

A história do Curso de Ciências Sociais em Marabá tem início em 1994, quando o antigo Centro de Filosofia e Ciências Humanas, atual Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFPA, ofertou quarenta (40) vagas para composição de uma turma com habilitação para licenciatura e bacharelado. Entre 1994 a 1999, o curso funcionou em regime intervalar, sendo realizado no período de recesso letivo, com corpo docente vindo de Belém. Em 1999, uma segunda turma foi composta também em caráter intensivo ainda sob coordenação de Belém. Em meados do ano de 2000, a partir de uma discussão com a sociedade civil, foi desenvolvida e aprovada a criação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, em caráter extensivo, no Campus Universitário de Marabá. A elaboração do projeto pedagógico do curso foi realizada pelos docentes da UFPA do campus de Marabá. Este projeto foi submetido ao parecer do sociólogo Jean Hébert, também da UFPA, em Belém, que foi favorável à

criação do curso. Sendo assim, o curso teve sua regulamentação aprovada pelo parecer nº 09/2003, de 01 de outubro de 2003, da Câmara de Ensino da UFPA.

Em 2013, com a criação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), novos desafios foram colocados à FACSAT, entre eles, a reforma e elaboração de novos Projetos Pedagógicos de Curso, uma aproximação ainda maior com a sociedade e a integração interdisciplinar das Ciências Sociais com as outras Faculdades do Instituto de Ciências Humanas. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico é um elemento importante no movimento de constituição de nossa autonomia e identidade própria enquanto Faculdade dentro de uma nova universidade.

Em 2014, com o desmembramento de licenciatura e bacharelado, com base no Parecer CNE Nº 09 DE 08 de maio de 2001, foi ofertada a primeira turma de Licenciatura em Ciências Sociais com quarenta vagas. Em 2015, ofertamos a segunda turma de licenciatura. Em 2016, a Faculdade ofertou a primeira turma em bacharelado em Ciências Sociais com 40 vagas. Já em 2017, foram ofertadas duas turmas uma de licenciatura (20 vagas) e uma do bacharelado (20 vagas), tendo em vista a regularização total efetiva da nova estrutura formativa em 2019.

2.2 A Facsat no contexto do sul e sudeste paraense

As regiões sul e sudeste paraenses encontram-se no espaço oriental da Amazônia Brasileira. Trata-se de uma região que se destaca pelo dinamismo econômico e por profundas transformações da sua base socioprodutiva, motivada por uma forte intervenção estatal, a partir da década de 1960, que muda radicalmente o cenário regional anterior, a saber: o cenário de uma economia extrativista, com poucos vínculos extraregionais, floresta densa e povos indígenas. Em curto espaço de tempo, a região tornou-se objeto de uma expressiva expansão agropecuária, motivada por financiamentos e isenções da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), além da emergência da economia da mineração – seja através dos garimpos, como foi o caso de Serra Pelada, nos anos 1980, mas especialmente através da mineração industrial desenvolvida pela companhia VALE S/A, responsável pela exploração da maior jazida de ferro a céu aberto do mundo, localizada na serra dos Carajás (HALL, 1989).

Portanto, essa região deve ser compreendida em sua extrema complexidade desde os pontos de vista histórico, social, cultural e político. Estamos em uma das pontas abertas do sistema econômico mundializado. Nessa região há um fluxo contínuo de dinheiro, particularmente com o comércio exterior e com os investimentos estatais em infraestrutura, dentro de uma realidade em que os atores sociais estão em constantes processos de ajustamento e conflito em relação ao novo cenário econômico. Dentre outros atores sociais, incluem-se as novas e antigas oligarquias locais, o capital industrial e as empreiteiras do sudeste brasileiro, os novos e antigos movimentos sociais, os militares (que têm, em Marabá, um centro operacional importante). O resultado é uma região em processo de crescimento acelerado, com fluxos migratórios massivos, com preços inflacionados, sofrendo com uma especulação

fundiária violenta na cidade e no campo, a progressiva proletarização das assim chamadas comunidades tradicionais, além de todos os conflitos sociais e exclusão que acompanham essas transformações.

Por isso, novas formas de contradições sociais de todos os matizes se configuraram e seguem se reconfigurando nesse processo de desenvolvimento; a região torna-se palco de intensos conflitos fundiários, devastação ambiental, massacre de etnias indígenas, camponeses, garimpeiros, desestruturação urbana, trabalho escravo, dentre outras mazelas sociais. Dessas contradições, surgiram miríades de focos de resistência e organizações sociais que compõem, em diversas frentes, forças políticas contra as mais diversas formas de opressão.

A região, vale lembrar, foi palco da Guerrilha do Araguaia, o principal movimento de resistência armada contra a ditadura civil-militar, na década 1960. Aqui temos um centro de intensas atividades do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), onde se conquistaram importantes assentamentos rurais, e foi nessa região, a menos de uma hora da cidade de Marabá, que aconteceu o Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, fato que assinala a extrema letalidade da violência estatal e, particularmente, das forças policiais estaduais do Pará. Além disso, deve-se ressaltar que o recurso a forças paramilitares por fazendeiros, empresários e oligarcas da região é muitíssimo recorrente (o Pará concentra 38% dos assassinatos do Brasil por conflitos no campo, segundo pesquisa da Comissão Pastoral da Terra¹).

Outros importantes sujeitos sociais e políticos da região são os atingidos por barragens. Esse é o caso do município de Tucuruí, onde milhares de famílias foram deslocadas por ocasião da instalação dessa grande usina hidrelétrica. Existem projetos para instalação outra represa no Rio Tocantins, bem na área do município de Marabá. Entre os atingidos por barragens estão os índios da etnia Gavião, entre eles, os Parkatejê, os Kyikatejê e os Akrãtikatejê, sendo que estes últimos já haviam sido deslocados de Tucuruí e possivelmente serão atingidos novamente caso a Usina de Marabá venha a ser construída (PNCSA, 2010).

Além dos Gavião, outras etnias indígenas se encontram na região, na área de influência da bacia do Rio Tocantins (Asuriní do Tocantins, Parakanã, Suruí, Xikrin do Cateté, Anambé, Amanayé, Tembé, Turiwara (ISA), com seus territórios continuamente ameaçados por fazendeiros, agronegócio, pela mineração e todos os contínuos danos ambientais causados pelo modelo de desenvolvimento econômico aqui levado a cabo.

Enquanto zona de fronteira de expansão agrícola e de intensa atividade mineradora em plena Amazônia, aqui encontramos um dos mais importantes campos de batalha dos movimentos ambientalistas nacionais e estrangeiros, bem como a incorporação de valores e articulação política entre o ambientalismo em nível mundial e os diferentes movimentos sociais atuantes na região. O processo de desmatamento, contaminação das águas e formação de cidades sem estruturas de saneamento são

¹ Cf. Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo - Brasil, 2013. Coord.: Canuto, C.R. S. L. et al. CPT Nacional, 2013

consequências diretas de demandas do agronegócio e dos agentes econômicos que realizam o processamento de metais brutos aqui extraídos.

Nesse contexto, podemos ver o avanço do capitalismo mundial sobre os territórios tradicionalmente ocupados, a formação de novas identidades e transformação das antigas, a destituição de antigos potentados locais e a configuração de novas oligarquias em disputa. No encontro entre tantas séries históricas e suas contradições – que vão desde o local até o global, do “micro” ao “macro”, o curso de Ciências Sociais é fundamental por contribuir na compreensão das relações entre esses múltiplos fenômenos que, normalmente, são vistos de forma dispersa e fragmentária. Assim, as pesquisas em Ciências Sociais se fazem imprescindíveis para a problematização das relações socioeconômicas culturais e ambientais que produzem desigualdades com profundos impactos nas dinâmicas locais – bem como para a difusão pedagógica desse conhecimento na formação de cidadãos com o devido conhecimento da realidade social na qual estão inseridos.

Além de todos esses elementos apontados, temos um olhar atento para a história de ocupação da região Sudeste do Pará, marcada por diferentes ciclos econômicos que serviram de atrativo tanto para agricultores como para o grande capital que para cá migraram e se encontraram com povos indígenas e demais populações tradicionais aqui estabelecidos. Os diferentes ciclos de exploração de cristal de rocha, extrativismo vegetal, sobretudo o da Castanha-do-Pará (Brasil), implantação e expansão da pecuária, instalação dos Grandes Projetos na região, como hidrelétricas, mineradoras e guseiras, assim como exploração madeireira não se fizeram e não se fazem sem que haja conflitos entre os diferentes sujeitos que constroem essa região². Esses conflitos se dão, entre outros motivos, pela diversidade de interesses e visões de mundo em disputa na construção da região.³

Neste sentido, os sujeitos e os processos de construção do que atualmente se chama o Território do Sudeste do Pará demandam diálogo com a Unifesspa para a discussão de problemas sociais, culturais, políticos e econômicos gerados a partir dessas disputas e conflitos que nele se configuram também como reflexo de um contexto mais geral em nível nacional e internacional.

Aspiramos, portanto, formar Cientistas Sociais docentes pesquisadores e militantes atuantes na sociedade civil, diretamente na produção de conhecimento a partir da Sociologia, da Antropologia, da Ciência política e, também, na atuação militante de empoderamento junto aos sujeitos impactados na região, oferecendo a qualificação do debate político e social e as ferramentas de planejamento e de organização social.

² Cf. Hébette (1996) e Emmi (1999).

³ Cf. Hébette (1996) e Emmi (1999).

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

Nome do Curso	Licenciatura em Ciências Sociais
Local de Oferta	Instituto de Ciências Humanas / Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins
Endereço de Funcionamento	Unifesspa/Campus Universitário de Marabá/PA-ICH/Instituto de Ciências Humanas-FACSAT (Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins). Folha 31, Quadra 07, Lote Especial-S/N. Bairro: Nova Marabá- Marabá/PA-CEP 68.501-970
Forma de Ingresso	Processo Seletivo aprovado pelo CONSEPE
Número de Vagas	20 vagas
Turno de Funcionamento	Matutino, Vespertino e Noturno
Modalidade de Oferta	Presencial
Título Conferido	Licenciado em Ciências Sociais
Duração Mínima	4 anos e meio
Duração Máxima	7 anos
Carga Horária Total	3.500 horas
Período Letivo	Extensivo, nos segundo e quarto períodos, de acordo com a organização do Regulamento de Ensino de Graduação da Unifesspa (Resolução n. 008 de 20 de maio de 2014). Intensivo em oferta de turmas por convênio e/ou contrato.
Regime Acadêmico	Seriado Semestral, sendo realizado a cada período letivo, como regulamenta a Resolução n. 008 de 20/5/2014 da Unifesspa
Formas de Oferta das Atividades*	Paralela
Ato de Criação	Resolução 2.243 de 03 de abril de 1995
Ato de Autorização do Curso	Portaria nº 180 de 08 de maio de 2013

* O curso poderá ofertar atividades na forma modular nas seguintes situações: quando se tratar de atividades ministradas por docentes de outras unidades ou IES.

4. DIRETRIZES CURRICULARES DO CURSO

4.1 Fundamentos Epistemológicos, Éticos e Didático-Pedagógicos

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais tem como princípio geral a responsabilidade social dos profissionais de Ciências Sociais com a sociedade. Este compromisso é construído a partir do conhecimento, da compreensão e intervenção crítica na realidade em que irão atuar. Para tanto, é necessário que a construção deste compromisso se faça de maneira dialogada entre os sujeitos sociais e os profissionais a serem formados pelo curso. É nossa filosofia que aqui se formem profissionais aptos a atuar em diferentes realidades sociais, com domínio de métodos e técnicas de ensino e pesquisa, próprios das Ciências Sociais, assim como profissionais hábeis em interagir com profissionais de outras áreas do conhecimento, de diferentes instituições, movimentos e organizações sociais, a fim de que também possam se tornar sujeitos transformadores da realidade.

O curso de Ciências Sociais deverá trabalhar de maneira indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, despertando em seus discentes a consciência de que são corresponsáveis por sua formação, e de que a construção do conhecimento científico deve partir do conhecimento da realidade, de forma que se crie um compromisso com ela e nela se possa intervir. Para além da simples competência técnica, o curso deve formar profissionais éticos.

Para atender a esta filosofia, o Curso de Graduação de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-Unifesspa adotará em sua formação os seguintes princípios:

a) **Formação teórico-prática:** que possibilite ao cientista social diagnosticar, compreender e intervir de maneira responsável nos problemas sociais, junto aos grupos sociais com os quais ele trabalha;

b) **Articulação teoria-prática:** princípio norteador da atividade socioeducativa, que pressupõe a discussão de conhecimentos articulados à prática profissional propicia a reflexão da teoria em relação à realidade pesquisada, possibilitando, desta forma, um exercício constante de revisão, crítica e reconstrução do conhecimento científico;

c) **Trabalho coletivo:** princípio fundamental para o desenvolvimento de ações sociais e para a construção de relações sociais dentro de uma democracia; nutrimos, no cientista social aqui formado, a consciência de que a realidade social é fruto do trabalho coletivo, não sendo o cientista social um profissional autossuficiente;

d) **Trabalho interdisciplinar:** a articulação dos diversos tipos de conhecimento, a partir da apropriação das racionalidades que os formam, percebendo as diferentes visões de mundo existentes e as diferentes concepções de construção do conhecimento, para que se possa estabelecer diálogo que se reflita em sua prática profissional;

e) **Pesquisa como princípio socioeducativo:** o profissional a ser formado deverá compreender a pesquisa enquanto mediadora do “desencantamento, da revelação e reconstrução” do mundo social,

norteadora da constituição de ações de intervenção que materializem suas práxis enquanto professores de Ciências Sociais;

f) **Extensão como produção de novos conhecimentos:** o conhecimento da realidade em que está inserido e a relação dela com o contexto global é de fundamental importância para a atuação do cientista social, que deverá conceber a extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, devendo ser realizada de maneira dialogada com os diferentes sujeitos nele envolvidos. O conhecimento produzido na academia deverá partir da realidade e a ela retornar, enfatizando o compromisso do cientista social com a sociedade;

g) **Relações com o mundo do trabalho como princípio educativo:** A reflexão crítica sobre a organização do mundo contemporâneo a partir do conceito de trabalho como elemento síntese da teoria-prática social que se efetiva na busca por modificações dos aspectos degradantes das condições sociais e econômicas de vida, e, a formação profissional com preocupações voltadas para que os profissionais liberais de Ciências Sociais atuem criticamente em suas atividades na perspectiva de obtenção de uma vida melhor para as pessoas em sociedade.

4.2 Objetivos

O objetivo do curso de Licenciatura em Ciências Sociais/ICH/Unifesspa é formar professores e pesquisadores, considerando os princípios norteadores na relação entre teoria e prática, com comprometimento ético e político à luz dos valores fundamentais – já afirmados anteriormente – da defesa da dignidade humana, da igualdade social, dos direitos humanos como um todo, do respeito às diferenças culturais e de gênero, da valorização das culturas tradicionais, do bem-estar das populações locais e do empoderamento de todos os atores sociais oprimidos e marginalizados no processo de desenvolvimento econômico da região.

O cientista social que esperamos formar está conectado ao sistema público de ensino, aos movimentos sociais, ao terceiro setor, às redes internacionais de *advocacy*, a sindicatos e outras organizações sociais e políticas, às comunidades indígenas da região, às instâncias de decisão do poder público, a todas as formas de associação humana para as quais seu trabalho contribuirá visando a promoção de justiça social e dos direitos humanos. Em vista disso, aspiramos formar cientistas sociais pesquisadores e militantes, comprometidos com a educação e atuantes na sociedade civil, seja diretamente na produção de conhecimento, a partir da Sociologia, da Antropologia, da Ciência política, seja também na atuação militante junto aos diversos sujeitos sociais – dos discentes à comunidade no entorno da escola – oferecendo a eles a qualificação do debate político e social, as ferramentas de planejamento e organização social, os conhecimentos necessários para seu exercício de cidadania.

O cientista social, educador e gestor de instituições educativas que desejamos formar tem um firme compromisso com os valores sociais acima reconhecidos e com a qualidade do conhecimento científico produzido e difundido pelas instituições acadêmicas e escolares. Nossa concepção é a de que a qualidade do trabalho docente de nossos licenciados tem como condição direta sua qualidade como pesquisadores, na medida em que o trabalho de pesquisa e curiosidade acadêmica os façam questionar incessantemente o senso comum compartilhado e assim se permitiam a aquisição contínua de novos conhecimentos, sem a qual o trabalho docente reduz-se a uma mera repetição deste senso comum.

Em uma região de muitos recursos, muitos capitais e profunda desigualdade socioeconômica, não se pode jamais perder de vista que a educação básica nessa região norte, e particularmente no sul e sudeste paraenses, é absolutamente precária, como mostram os indicadores oficiais sobre a educação brasileira⁴. Esta particularidade regional traz algumas implicações importantes que não podemos perder de vista na configuração de um curso de graduação. Primeiramente, nossos graduandos necessitam superar este déficit dentro de seu percurso na universidade. Para abordarmos este problema, estamos continuamente desenvolvendo ferramentas analíticas que nos permitam alcançar uma avaliação mais precisa dos impactos desse déficit da educação básica no desempenho acadêmico de nossos graduandos. Uma mostra dessa nossa preocupação é a implementação do Censo estudantil da Facsat, uma iniciativa que começou a ser levada a cabo nos anos 2016/2017 e que nos permite compreendermos alguns aspectos morfológicos básicos de nossa população discente (cf. subcapítulo 5.7.2 deste PPC). A partir dos dados coletados, buscamos continuamente formas de intervenção pedagógica para sanar este déficit educacional. Cada membro de nosso corpo docente tem uma leitura deste problema e tentamos cultivar o hábito de trocar, uns com outros, nossas experiências pedagógicas. Por enquanto, nossa principal resposta propriamente *institucional* para este problema é instituição da disciplina *Leitura e produção textual* (cf. subcapítulo 5.5.1), especificamente voltada para o fim de oferecer ferramentas cognitivas que permitam uma melhora do desempenho de nossos estudantes.

Por outro lado, a constatação deste grave déficit da educação básica nos impõe a missão de melhorar a qualidade geral do ensino de Ciências Humanas em nossa região – desde o ensino universitário, passando pela educação de jovens e adultos, chegando até o ensino fundamental. Esta é a segunda implicação do problema do ensino básico desta região: é preciso que os discentes

⁴ Cf. "Atlas do desenvolvimento humano no Brasil". O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal marabaense em 2010 foi de 0,668, enquanto a média dos municípios brasileiros é de 0,727. Através deste estudo conduzido pelo IPEA, podemos constatar que apenas 50,76% dos adultos com mais de 18 anos têm o ensino fundamental completo, e apenas 5,4% da população tem curso superior completo. Um resumo executivo sobre o Índice de Desenvolvimento Humano do caso particular do município de Marabá (IDHM) está disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maraba_pa >

transcendam a formação deficitária do ensino básico para que, como futuros educadores que colocamos à disposição do sistema de ensino na região, possamos contribuir para a melhoria geral do sistema como um todo.

4.3 Perfil do Egresso

O perfil do Licenciado em Ciências Sociais formado pela FACSAT orienta-se segundo os *Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura*, publicados em 2010 pela Secretaria de Educação Superior do MEC. A saber:

O Licenciado em Ciências Sociais é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades relativas ao Ensino das Ciências Sociais. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos das Ciências Sociais, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento científico social em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Ensino das Ciências Sociais, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico. (MEC/SESU, 2010).

Ainda segundo o documento,

O Licenciado em Ciências Sociais trabalha como professor em instituições de ensino que oferecem cursos de nível fundamental e médio; em editoras e em órgãos públicos e privados que produzem e avaliam programas e materiais didáticos para o ensino presencial e a distância. Além disso, atua em espaços de educação não-formal, em empresas que demandem sua formação específica e em instituições que desenvolvem pesquisas educacionais. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria. (MEC/SESU, 2010).

Como dissemos anteriormente, o professor licenciado em Ciências Sociais deve, em nossa concepção pedagógica, ter também uma formação sólida em pesquisa para que não reduza sua atuação pedagógica e profissional à reprodução em sala de aula do senso comum; deve ser, portanto, um profissional inquieto e sempre interessado em estender e aprofundar seus conhecimentos.

Por essa razão, o perfil de nossos egressos – cientistas sociais licenciados – contempla um profissional com a habilidade, p.ex., de produzir relatórios sobre os problemas sociais da escola e da comunidade, de promover uma gestão escolar estratégica focada nas especificidades da realidade social em que trabalha. Estes cientistas sociais devem poder reconhecer as conexões entre a escola e as diferentes instâncias do poder público, devem ter as ferramentas necessárias para oferecer visibilidade aos problemas e às demandas locais; planejar e executar projetos no interior e no exterior do espaço escolar; captar recursos de agências estatais, empresas e organismos internacionais para execução destes projetos; promover pontes entre diferentes escolas, entre a escola e movimentos sociais, entre a escola e fundações culturais.

Nesse sentido, o profissional licenciado em Ciências Sociais deve, portanto, como todo cientista social, saber “elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar,

dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social” (Decreto nº 89.531/1984, Artigo 2º, Inciso I). Deve ter as condições necessárias para “assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, [organizações sociais e políticas, bem como movimentos sociais, – acréscimo nosso] relativamente à realidade social” (Decreto nº 89.531/1984, Art. 2º, Inciso III). O cientista social deve também ter a formação necessária para “participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social” (Decreto nº 89.531/1984, Art. 2º, Inciso IV)⁵.

4.4 Competências e Habilidades

O desenho curricular do curso de Licenciatura em Ciências Sociais deverá proporcionar aos discentes um conjunto de atividades e experiências acadêmicas, que assegurem a formação das seguintes competências e habilidades:

- Conhecer e dominar procedimentos teórico-metodológicos referentes aos três (03) campos das Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia, e serão acompanhados de disciplinas de outras áreas do saber.
- Compreender as diferentes realidades sociais e nelas atuar de maneira comprometida a partir dos enfoques sociológicos, antropológicos, políticos e econômicos de maneira crítica.
- Estabelecer diálogo interdisciplinar entre as Ciências Sociais e as demais áreas do conhecimento humano.
- Compromisso com a ética profissional e ideal de justiça e igualdade social, bem como os valores referentes aos direitos humanos fundamentais como norteadores de sua atuação.
- Produzir novas análises e conhecimentos sobre as realidades em que atua, considerando que a educação é resultado de processos formais e informais, estes últimos com o mesmo potencial formativo que o primeiro.
- Contribuir para a construção de instrumentos que visem melhorias na qualidade de métodos e técnicas pedagógicas, mas também de vida da população das realidades em que intervém.
- Ter capacidade de intervenção que contribua para a transformação da realidade, possibilitando a construção de uma sociedade justa e igualitária, com educação de qualidade para todos.

⁵ Apenas a carreira de Sociólogo – que junto com a Antropologia e a Ciência Política compõem as Ciências Sociais brasileiras – está regulamentada. Porém, para o fim de definição do perfil profissional das Ciências Sociais, podemos estender aos três ramos tradicionais das Ciências Sociais brasileiras as atribuições estatuídas ao profissional Sociólogo, segundo a Lei 6.888 de 10 de dezembro de 1980, e, o Decreto nº 89.531 de 05 de abril de 1984, que procurou regulamentar a referida profissão.

- Familiaridade com a prática da docência e da pesquisa científica junto aos atores e agentes sociais participantes do processo de construção do conhecimento;
- Conhecer e dominar o processo de pesquisas científicas diagnosticando problemas e propondo soluções para eles. Conhecer e aplicar tecnologias às atividades de pesquisa nas Ciências Sociais.
- Articular teoria e prática nos diferentes níveis do trabalho social.
- Identificar problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino.
- Conhecer, criar e utilizar diversas estratégias de pesquisa sabendo adequá-las aos objetivos propostos.
- Atuar em diferentes realidades na esfera do estado, terceiro setor, movimentos sociais.

As competências que aspiramos desenvolver nos discentes são aquelas presentes na seção específica sobre a Licenciatura em Ciências Sociais dos *Referenciais Curriculares Nacionais para os Cursos de Bacharelado e Licenciatura*, da Secretaria de Educação Superior do MEC, instituídos no Parecer CNE/CES nº 492/2001, a saber:

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica

Competência 2: Autonomia intelectual

Competência 3: Capacidade analítica

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social

Competência 6: Competência na utilização da informática

Competência 7: Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio

Competência 8: Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino

4.5 Procedimentos metodológicos

A formação de cientistas sociais com competência crítica e reflexiva exige planejamento da formação acadêmica, onde sejam desenvolvidas atividades que promovam no discente uma postura interdisciplinar e autônoma como agente proativo no processo formativo. Isso implicará o desenvolvimento de projetos e soluções de problemas vivenciados pelos discente a partir de princípios formativos com a articulação entre pesquisa, ensino e extensão. Assim, ao longo do curso se desenvolverá como metodologia aulas expositivas dialogadas, seminários e trabalhos em grupos, oficinas, cursos e minicursos, trabalho de campo, palestras, grupo de estudos, reuniões científico-pedagógicas, visitas científicas, seminários de integração e conclusão do curso, diálogos de pesquisa,

laboratórios de pesquisa e extensão, viagem de campo, culminando com a apresentação pública do trabalho de conclusão de curso. Ressalta-se, ainda, práticas com métodos informacionais e tecnológicos.

Como dissemos no perfil do egresso, os direitos humanos são norteadores éticos e políticos de nossa atuação docente. Nesse sentido, como valor imanente às nossas atividades pedagógicas a educação para os direitos humanos está contemplada em todos os componentes curriculares de forma transversal como indica os artigos 6 e 7 da Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012, além disso é um tema que é desenvolvido nas linhas de pesquisa e na política de extensão da Facsat. Em relação à Educação Ambiental será trabalhado de forma direta a partir de componentes curriculares que tem como tema central o debate de questões ambientais na Amazônia, assim como de forma transversal no decorrer de componentes curriculares que trabalham tema históricos quanto teóricos como prevê a Resolução CNE/MEC nº 02 de 15 de junho de 2012.

No seu conjunto essas atividades ocorrerão tanto nos espaços da Unifesspa como fora dela, em escolas formais e informais, espaços formativos, comunidades, assentamentos rurais, sindicatos, partidos políticos, instituições públicas, associações, cooperativas, territórios indígenas, de comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

5.1 Estrutura do curso

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação instituídas pelo Conselho Nacional de Educação e detalhadas no Parecer nº 492/2001, o currículo da Licenciatura em Ciências Sociais da FACSAT é organizado em três eixos:

- A) Eixo de Formação Específica: neste eixo estão as disciplinas que conferem a identidade própria do cientista social, contendo os conhecimentos aprofundados das três dimensões do curso: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política.

- B) Eixo de Formação Complementar: neste eixo se concentram as disciplinas que contemplam um objeto mais especializado das Ciências Sociais e aquelas que “fazem interface com aqueles conjuntos advindos de outros cursos de Instituição de Ensino Superior” (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).

- C) Eixo de Formação Livre: “atividades acadêmicas de livre escolha do discente no contexto da Instituição de Ensino Superior” (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).

O novo desenho curricular da Licenciatura em Ciências Sociais, com a divisão entre esses três Eixos de Formação, oferece maior flexibilidade para contemplar os diferentes interesses de pesquisa e expectativas intelectuais dos discentes, à medida que se concentram os esforços em um conjunto de disciplinas fundamentais obrigatórias, comuns a todos/as, e permite-se a abertura institucional aos discentes em seus processos individuais de formação intelectual; logo, contemplam-se seus interesses mais específicos com as disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre.

Para o Eixo de Formação Específica (A), são destinadas 1292 horas de ensino em disciplinas obrigatórias. Aqui se encontram as disciplinas teóricas essenciais das Ciências Sociais, as disciplinas de método e de formação científica.

Para o Eixo de Formação Complementar (B), são destinadas 816 horas de ensino em disciplinas obrigatórias. Aqui estão as disciplinas que, como dito, “fazem interface” e/ou contemplam um objeto mais específico das Ciências Sociais: é o caso das disciplinas de *Economia Política e Formação social, econômica e política da Amazônia, do Brasil e do Mundo*. Nessa sessão está também a disciplina por meio da qual proporcionamos aos discentes oportunidade para adquirirem ferramentas de compreensão básica e de redação científica – a disciplina *Leitura e Produção Textual nas Ciências Sociais* (cf. item sobre essa disciplina) –, com o intuito de suprimir eventuais deficiências na formação do ensino básico e permitir a apreensão sistêmica de conteúdos e a construção de conhecimentos para além do mero amontoado de conteúdos pedagógicos.

No Eixo de Formação Complementar encontram-se, também, as atividades do Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais, onde – veremos mais à frente, no item *Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais/LAPEX* – se conjugam tanto a relação entre teoria e prática, quanto a relação entre ensino-pesquisa-extensão. Nesse eixo desenvolveremos componentes curriculares voltados ao debate das relações étnico-raciais, direitos humanos e ambientais de acordo com a Lei 10.639/2003 que obriga o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira.

E para o Eixo de Formação Livre (C) são destinadas 272 horas em disciplinas *optativas* no âmbito maior do Instituto de Ciências Humanas e de toda a Unifesspa. Nossa expectativa é – na medida em que sejamos beneficiados com a rápida expansão das estruturas físicas da Unifesspa e assim dispormos de mais salas de aula – a de oferecer pelo menos 04 disciplinas optativas por semestre, ademais das ofertadas por outras Faculdades do ICH.

Para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso são destinadas 520 horas. (Cf. item à frente sobre os TCCs). E finalmente, a carga horária de Estágio será de 400 horas e atividades complementares é de 200 horas.

A Licenciatura em Ciências Sociais tem duração total de 3.500h, com limite mínimo para integralização de 04 anos e seis meses (54 meses), em conformidade com a Resolução nº 2 de 18 de junho de 2007, e limite máximo de 07 anos, sob pena de prescrição da vaga do discente.

Na medida em que se integrarem novos docentes ao quadro e que os atuais docentes avancem em suas próprias pesquisas e seus interesses intelectuais se desloquem, novas disciplinas podem ser agregadas e outras suprimidas do atual desenho curricular. O processo de formação dos docentes é igualmente contínuo, não se esgota no momento da posse como docente efetivo, e é do interesse desta Faculdade apresentar aos discentes o que esteja mais próximo do estado da arte em suas áreas de pesquisa.

O curso de Licenciatura em Ciências Sociais obedece à estruturação por Eixos de Formação (Específica, Complementar e Livre), recomendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação e detalhada no Parecer nº 492/2001, CNE/CP/MEC. A estruturação do curso nesses moldes não entra em conflito com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial (Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC). Devemos constatar que os conteúdos pedagógicos trabalhados nas disciplinas obrigatórias e optativas orientam-se diretamente ao fortalecimento dos conhecimentos necessários para a prática de ensino em Ciências Sociais. Nessas disciplinas, portanto, estão abrangidos os conteúdos preconizados no Núcleo de formação geral (Art. 12, Inciso I da Resolução supracitada) e no Núcleo de aprofundamento e diversificação de conteúdos (Art. 12, Inciso II desta Resolução). Deve-se também levar em conta que, na carga horária prática total nas disciplinas do curso, que somam 544 horas, está contido nosso comprometimento com a formação de educadores, atendendo ao disposto no Inciso I, do Art. 13 desta Resolução. Algo reforçado pela exigência de que os formandos da Licenciatura em Ciências Sociais elaborem um plano de aula com base nos achados de pesquisa e concretizem-no na forma de apresentação didática no momento da defesa pública do TCC.

Do mesmo modo, a exigência de 200 horas de "atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes" (DCN para a formação inicial em nível superior, Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC) é cumprida tanto pela oferta de disciplinas do Eixo de Formação Livre (disciplinas optativas) quanto pela exigência de 200 horas de Atividades Complementares.

5.2 Trabalhos de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) representa a linha de chegada desse processo contínuo de avaliação e de estímulo à pesquisa. Cumpridas todas as condições necessárias para tal nos três primeiros anos de formação, a experiência de fabricação de um TCC é um dos momentos mais profícuos da formação discente.

Compreendemos que o TCC é parte indispensável na formação dos Cientistas Sociais, imprescindível para a formação dos discentes como pesquisadores, mas também no sentido de *uma retribuição que o discente deve oferecer à sociedade, no contexto de uma universidade pública*, para contribuir no avanço dos estudos científicos da região Amazônica.

A redação do TCC é um elemento integrado às atividades de ensino e pesquisa, e é regido pela Resolução da FACSAT nº 01 de 8 de junho de 2016 (Anexo XVII), que estabelece as normas que regem os TCCs. Visamos, com essa norma, realizar o princípio de integração entre ensino e pesquisa, entre as atividades de ensino regulares da Licenciatura em Ciências Sociais e as atividades de pesquisa discentes.

Os discentes, como visto na seção que versa sobre a estrutura curricular, disporão de 588 horas para elaboração do material, encontrando-se regularmente com seu orientador, aprofundando seus conhecimentos na literatura sobre o tema, coletando mais materiais para redigir os textos finais. Nosso entendimento é o de que, para garantir a qualidade da produção científica dos futuros cientistas sociais, assim como para que a experiência de pesquisa seja plena, o discente necessita se dedicar exclusivamente ao TCC, para que possa construir seu objeto, enfrentar as adversidades que surgem naturalmente em todas as etapas da pesquisa, desde a pesquisa de campo, a análise dos dados, a organização lógica dos argumentos até a escrita do texto. O tempo dedicado, pelo discente, às atividades de pesquisa estão contemplados pelo artigo 61 do Regulamento de Graduação da Unifesspa, onde se lê: “Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação poderão prever um período letivo para que os discentes desenvolvam, exclusivamente, atividades de pesquisa e/ou extensão, como estratégias de formação”. A elaboração e defesa do TCC não se configuram, portanto, como disciplinas *stricto sensu*, não obstante serem parte indispensável de sua formação acadêmica.

Para os docentes-orientadores, as 520 horas possibilitam acompanhar todas as mudanças acerca do objeto, do material empírico, de enfoques teóricos e metodológicos, que naturalmente ocorrem no processo de pesquisa, dando-lhes maior flexibilidade no processo de orientação. Além disso, o graduando será acompanhado pelos docentes da FACSAT nas disciplinas de Diálogos de Pesquisa I e II.

Segundo a citada norma que rege os TCCs (Anexo XVII), o/a discente/a dispõe das seguintes opções para sua elaboração:

- I. Monografia de Pesquisa de Campo, compreendendo-se como trabalho acadêmico realizado a partir da pesquisa de dados primários;
- II. Pesquisa Bibliográfica, compreendendo-se como tal trabalho acadêmico realizado a partir de pesquisa de dados secundários;
- III. Aprofundamento de pesquisas realizadas no Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais da FACSAT, agregando expedições adicionais a campo sob inteira responsabilidade do discente, e pesquisa bibliográfica ampliada sobre o tema;

- IV. Documentário Audiovisual, realizado a partir de pesquisa de campo, com equipamentos próprios ou concedidos por outras instituições de fomento à pesquisa. O Documentário Audiovisual deverá ser apresentado pelo discente em texto, indicando resultados de atividade de pesquisa de campo e bibliográfico que justifiquem a produção do material em modelo de monografia.
- V. Artigo científico em coautoria com o orientador (a) publicado em periódico da área.

De acordo com o item IV, buscaremos também proporcionar ao discente a opção de integrar a produção audiovisual ao conhecimento nas Ciências Sociais, na medida em que as novas tecnologias e a acessibilidade destes meios de produção artística impõem-nos novas formas de pensar o fazer científico. Além disso, as questões levantadas no TCC na forma de produção audiovisual poderão, através da divulgação para além dos muros da universidade, alcançar o restante da sociedade e ter impacto maximizado.

5.2.1 Procedimentos da Banca Examinadora

O TCC é avaliado em procedimento de Defesa Pública nos Seminários de Conclusão de Curso (cujos princípios político-pedagógicos explicitaremos no próximo item), em que o discente concluinte deverá fazer uma breve exposição de seu trabalho, responder às arguições dos examinadores convidados e submeter seu trabalho à avaliação dessa banca examinadora.

A defesa pública é um momento importante não apenas para o discente que está concluindo seu curso, senão também para toda a comunidade acadêmica da FACSAT, com alto valor pedagógico na formação de pesquisadores capacitados para o trabalho crítico e analítico.

Os examinadores deverão preencher uma ficha de avaliação com 10 itens discriminados. Busca-se, através desse mecanismo, que o discente possa ter um autoconhecimento acurado e preciso sobre seus pontos fortes e seus pontos fracos. Os critérios da ficha de avaliação são elementos importantes, já que o processo de construção do conhecimento do cientista social não se encerra com a defesa do TCC e a colação de grau. Mas também é importante como recurso pedagógico destinado ao discentes que acompanhará, como espectadores, essas defesas públicas nos Seminários de Conclusão de Curso.

Além disso, em vista de promover uma prática científica pautada pela ética na pesquisa, alguns mecanismos merecem destaque, como a reprovação imediata nos casos de plágio, e a jurisdição do Conselho da Faculdade sobre os demais problemas éticos. Isso se faz necessário na medida em que, até a data de instituição deste Projeto Pedagógico, o Comitê de Ética da Unifesspa não se encontra instalado.

Outra razão é a concretização de um princípio básico da produção acadêmica, que é o da *cumulatividade do trabalho científico*. Para não cairmos no erro de “inventarmos a roda” a cada vez que iniciamos a orientação de um discente, a publicização compulsória dos TCCs (e os avanços de pesquisa

que representam) faz com que se facilite o avanço das futuras pesquisas para além da produção discente anterior, na medida em que os achados desses discentes-pesquisadores podem ser incorporados por todos os outros pesquisadores, sejam estes docentes ou discentes. Disponibilizaremos os Tccs no *site* do FACSAT.

Ainda, outra razão é a concretização do princípio, já evocado neste Projeto Pedagógico, de integração entre ensino e pesquisa. *A divulgação ampla dos resultados das pesquisas discentes*, comunicadas publicamente nas defesas públicas que ocorrem nos Seminários de Conclusão de Curso, *são consideradas por nós atividades excelentes de aprendizagem*, na medida em que os conteúdos pedagógicos trabalhados em sala encontram ali, nas pesquisas efetivas, sua manifestação prática.

Por fim, os Seminários contribuem decisivamente na construção do *autoconhecimento da comunidade FACSAT*, onde podem ser verificados os resultados de todo o trabalho de ensino em sala de aula e, de modo amplo, de toda nossa política de pesquisa, oferecendo a todos – docentes, discentes e técnicos acadêmicos e administrativos – subsídios para esse exercício de autocrítica e conseqüente aperfeiçoamento de nosso trabalho.

5.3 Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado de Docência é parte importante da experiência discente no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Facsat. É componente curricular obrigatório no qual o aluno acumula uma experiência de 400 horas (Resolução nº2/2015, CNE/CP/MEC, Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada) em atividades tanto no interior das escolas de nossa região quanto em seu entorno geográfico. Buscamos, através desta experiência, que nossos futuros educadores vivenciem a realidade social das escolas e as comunidades por ela atendidas, aproximando-se dos professores da rede pública, dos alunos do Ensino Básico e de suas famílias.

As 400 horas do Estágio Supervisionado dividem-se em quatro componentes curriculares (I, II, III e IV) que se iniciam no 5º semestre e se encerram no 8º semestre. Ao longo destes quatro semestres, buscamos organizar reflexões sobre o entorno da escola, as comunidades onde estão inseridas, seus problemas e contradições sociais; a história da instituição escolar e sua relação com o desenvolvimento local; suas estruturas físicas; o perfil dos professores do ensino básico, sua dinâmica interna e relações de poder; a experiência em sala de aula e os múltiplos aspectos das relações entre aluno e instituição; as diferentes perspectivas envolvidas e condensadas no Projeto Político Pedagógico da escola; a estrutura administrativa e organizacional e os desafios enfrentados na gestão escolar.

Como parte importante deste processo de imersão, nossos estagiários articulam-se com os professores do ensino básico para dividir responsabilidades no exercício de docência, para ministrar aulas junto a eles, corrigir trabalhos e provas, auxiliar nas tarefas cotidianas do labor docente; os estagiários organizam intervenções pedagógicas sobre seus temas de interesse, fazem planejamento de aulas e organizam uma metodologia de ensino.

O estágio supervisionado de docência na Licenciatura em Ciências Sociais é regido externamente pela Lei Federal 11.788/2008, que dispõe sobre estágios de estudantes, estabelecendo entre outras coisas, as obrigações da Universidade, da Instituição de Ensino e do Estagiário.

Internamente à Unifesspa, os estágios seguem a norma instituída pela Resolução nº 016/2014 do Consepe (Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão) da Unifesspa. Segundo a referida Resolução, o Estágio Supervisionado tem como objetivo “I - A aplicação e a ampliação dos conhecimentos próprios da sua formação profissional; II - A percepção da realidade do seu meio profissional e social e o desenvolvimento da sua capacidade crítica; III - A autonomia intelectual pela aproximação entre a formação acadêmica e a formação profissional; IV - O desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias à aquisição das competências profissionais e humanísticas; V - O desenvolvimento do senso de responsabilidade e compromisso com sua carreira” (Resolução nº16/2014, Consepe, Unifesspa, Art. 11).

Cada etapa do estágio de docência conta com um Supervisor designado pela Faculdade, alguém de nosso corpo docente cujas atribuições são as seguintes: “I - Orientar, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Atividades do Estágio; II - Avaliar o desempenho do discente estagiário, em conformidade com o Plano de Atividades; III - Encaminhar à Coordenação de Estágio os Relatórios de Atividades do estagiário, semestral ou anualmente, conforme definido pelo Órgão Colegiado” (Resolução nº 16/2014, Consepe, Unifesspa, Art, 20). O estágio supervisionado de docência é componente curricular obrigatório que, além das atividades em campo (na escola e seu entorno), conta com orientação e debates em sala de aula. Em um curso de regime seriado, como é esta Licenciatura em Ciências Sociais, cada turma conta com um supervisor que a acompanha ao longo das quatro etapas, garantindo assim que os alunos dessas turmas tenham uma experiência mais plena o possível..

A Facsat conta com um Coordenador de Estágio, cujas atribuições são as de “I - Propor estratégias de avaliação da política de Estágio do Curso ao respectivo Conselho; II - Auxiliar na identificação das instituições com condições satisfatórias para oferta de Estágio, em conformidade com o estabelecido no art. 12; III - Elaborar diagnóstico das situações de Estágio interno e externo do Curso; IV - Alimentar os bancos de dados mantidos e gerenciados pela Coordenação de Estágio/PROEG; V - Analisar os relatórios de atividades de Estágio obrigatório e não obrigatório; VI - Encaminhar, à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (SEPLAN), a relação dos estudantes em estágio Obrigatório, para fins de contratação do Seguro Coletivo contra acidentes pessoais. VII - Propor critérios para o aproveitamento de Estágio não obrigatório a ser apreciado pelo Conselho da Subunidade, nos casos previstos no Projeto Pedagógico do Curso; VIII - estabelecer as atividades a serem desenvolvidas no Estágio não obrigatório, em conformidade com o percurso acadêmico do estudante; IX - acompanhar e colaborar com a realização dos Planos de Atividade do estagiário; X - acompanhar o cumprimento das cláusulas do convênio” (Resolução nº 16/2014, Consepe, Unifesspa, Art, 19).

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) conta com um departamento próprio para cuidar deste importante momento da formação profissional dos discentes. Através da Coordenação de

Estágios Supervisionados, todas as partes interessadas no exercício de estágio – a Faculdade e os discentes – podem encontrar orientações para lidar com os aspectos administrativo e jurídico dessa atividade. Através deste mesmo órgão, faz-se valer as tratativas da Universidade com as instituições públicas relacionadas às políticas educativas tanto em nível municipal quanto estadual.

Em anexo a este PPC, estão os dois principais Termos de Convênio entre a Unifesspa e a SEDUC (Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará) e a SEMED (Secretaria de Educação do Município de Marabá) que regem a relação entre Universidade, discente e Redes Públicas de Ensino.

Encontra-se também, em anexo a este PPC, a relação de instituições de educação básica da Unidade Regional de Ensino de Marabá. São 70 escolas que integram a rede estadual de ensino em nossa região (SEDUC, Governo do Estado do Pará); enquanto que, pela rede municipal de ensino, são 92 escolas (SEMED, Prefeitura de Marabá).

5.4 Atividades Complementares

As Atividades complementares são aquelas relevantes para a formação profissional, que ultrapassam a estrutura básica das disciplinas contempladas no perfil de formação (cf. Anexo: Atividades Complementares). A experiência extracurricular é essencial para que sua formação se amplie de uma forma interdisciplinar.

A seguir, listamos as atividades que poderão ser contabilizadas como atividades complementares, totalizando uma carga horária de 200 horas (cf. ficha em anexo):

Quadro 1: Atividades Complementares e Carga Horária

Atividade	Aproveitamento em horas	Aproveitamento máximo
Participação em eventos nacionais e regionais (seminários, encontros, congressos, palestras)	½ do nº de horas	40 h
Iniciação científica (bolsistas e voluntários)	20 h por semestre	40 h
Monitoria (Bolsista e Voluntário)	20 h por semestre	40 h
Participação em projeto de extensão (Bolsista e Voluntário)	20 h por semestre	40 h
Participação em palestras acadêmicas em geral	2 h por palestra	10 h
Organização de eventos acadêmicos regionais e nacionais	5 horas por evento	20 h
Representação discente no colegiado	5 horas por semestre	2 h
Membro da diretoria do centro acadêmico	5 h por semestre	10 h
Apresentação de trabalho em eventos nacionais	10 h por trabalho	30 h
Publicação de artigo completo em eventos nacionais	30 h por trabalho	60 h

Publicação de resumo em eventos nacionais	10 h por resumo	30 h
Publicação regionais	10 h por resumo	30 h
Participação como ouvinte em minicursos	½ do nº de horas	100 h
Ministrante de minicursos	Número de horas	60 h
Participação em curso de idiomas	Cada 10 horas de curso equivale a 5 horas de atividades complementares	10 h
Publicação de artigos	10 h por artigo	5h
Participação na Realização de vídeos documentários (roteirista, direção, produção)	5h por Vídeo-documentário	20h
Produção artística (fotografia, pintura, produção de textos literários, instalações, peças de teatro)	5h por trabalho produzido	
Matrícula e Aprovação em disciplinas da Formação Livre	50 horas por disciplina	140h
Estágios extracurriculares	A cada três meses 30h	40h

Os casos não contemplados nessa lista serão deliberados nas reuniões do Conselho da Faculdade. Os documentos que certifiquem a participação nessas atividades devem ser disponibilizados pelo discente, à secretaria da Faculdade para que seja arquivado.

A Facsat estimula prioritariamente que o discente busque atividades fora de sala de aula e externos à universidade. Porém, o discente que tenha dificuldades para fazê-lo poderá preencher sua carga horária de atividades complementares dentro da sala de aula, através de *matrícula, frequência e avaliação em disciplinas optativas do Eixo de Formação Livre para além das quatro disciplinas optativas já previstas no desenho curricular*. A carga horária dessas disciplinas extras –frequentadas pelo discente e avaliadas pelo docente – será devidamente contabilizada como atividade complementar.

5.5 Política de pesquisa

Esforçamo-nos ao máximo para que o papel do docente-pesquisador não se dissocie de seu papel como educador em sala de aula. As atividades contínuas de pesquisa do quadro docente, estimulada por todos os ângulos possíveis, beneficia não apenas seus próprios currículos, senão também que atinge diretamente a profundidade dos conhecimentos trabalhados com os discentes, permitindo-nos transmitir nossa ambição de excelência aos cientistas sociais em formação nas salas de aula.

O estímulo à produção científica está presente em todas as disciplinas da Licenciatura em Ciências Sociais. Trata-se de um objetivo comum compartilhado por todos os docentes da FACSAT no processo ensino-aprendizagem. Nessa subseção, demonstramos alguns componentes curriculares especialmente voltados para a formação de pesquisadores em Ciências Sociais e que integram nossa política de pesquisa.

5.5.1 Leitura e produção textual

Nossa principal ferramenta de trabalho é a linguagem e a lógica. Nesse sentido, a disciplina “Leitura e produção textual em Ciências Sociais” – junto às iniciativas de outras subunidades do Instituto de Ciências Humanas, como o Programa de Educação Tutorial – busca capacitar os discentes para uma compreensão mais plena dos conteúdos pedagógicos e assim suprimir eventuais déficits de aprendizagem resultantes do ensino básico de nossa região.

Essas carências de nossa região refletem um problema nacional, sem dúvida. Isso não obstrui nossa postura ativa para enfrentá-lo. Nesse sentido, são muitos os desafios que os docentes da FACSAT devem estar dispostos a enfrentar, mantendo-se abertos para incorporar novas técnicas e métodos pedagógicos que possibilitem os melhores resultados possíveis no processo didático. Ademais, em outro curso que ofertamos em nossa Faculdade, a Licenciatura em Ciências Sociais (cf. PPC próprio da Licenciatura da FACSAT), junto às instâncias da administração superior, buscamos sempre aprofundar os contatos e fazer valer os convênios acordados entre a universidade e as redes públicas de ensino básico.

Essa disciplina, vale ressaltar, tem como objetivo primordial não simplesmente a introdução à terminologia acionada pelos Cientistas Sociais e às regras de redação científica, senão também a aquisição, por parte do discente, de ferramentas analíticas que permitam uma compreensão plena dos textos trabalhados, através de um aproveitamento cada vez maior dos conteúdos e uma apreensão crítica das ideias. Cada novo conhecimento adquirido deve se relacionar com o conjunto de temas que já foram incorporados pelos discentes no processo de aprendizagem.

5.5.2 Métodos e técnicas de pesquisa

Na dimensão da *formação dos discentes-pesquisadores* nos primeiros anos, temos um conjunto de disciplinas pensadas para que possamos oferecer aos discentes os instrumentos adequados para sua iniciação no trabalho de produção científica. Para a finalidade específica de promover a iniciação científica, lançamos mão de sete disciplinas: as disciplinas de *Leitura e produção textual em Ciências Sociais*, *Métodos e técnicas de pesquisa em Ciências Sociais* (I, II, III e IV), os *Laboratórios de pesquisa e extensão em Ciências Sociais* (I e II).

Na dimensão da *produção científica própria de nossos discentes*, a partir da segunda metade do curso, a FACSAT dispõe de uma série de mecanismos institucionais metodológicos para que o discente-pesquisador não fique sem orientação e uma estrutura que o integre à produção científica no âmbito da Faculdade. Entre esses mecanismos – como veremos mais à frente –, destacamos a estrutura de *Linhas de pesquisa*, os *Diálogos de pesquisa* e os *Seminários de Conclusão de Curso*, que promovemos nos últimos meses do ano letivo. Esse procedimento metodológico possibilita durante o percurso formativo

do discente acompanhar suas experiências de pesquisa, incentivando-o para desenvolver suas atividades em uma pluralidade de espaços acadêmicos a exemplo da inserção em grupos de pesquisa, grupos de estudo, eventos científicos, programas de monitoria e projetos de extensão.

Oferecemos aos discentes da Licenciatura em Ciências Sociais dois componentes curriculares especialmente voltados para o domínio dos métodos científicos em nossa área e para o cultivo de técnicas específicas de pesquisa. Dividimos estas disciplinas que abrangem métodos e técnicas em qualitativas, por um lado, e quantitativas, por outro (cf. ementário em Anexo).

Quanto à pesquisa qualitativa, contemplada nas disciplinas I e III de Métodos e técnicas de pesquisa, nosso objetivo é o de que o discente se familiarize com as técnicas mais usuais em nossa área, como a observação participante e a etnografia, a pesquisa documental e a biográfica, grupos focais, entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Já no que diz respeito à pesquisa quantitativa, contemplada nas disciplinas II e IV, nosso objetivo é o de oferecer instrumentos essenciais tanto para uma estatística descritiva quanto para a análise de dados estatísticos.

As discussões de método acompanham passo a passo as disciplinas estritamente teóricas (Teorias sociológica, antropológica e política I, II, III e IV). Teorias e métodos formam um conjunto inseparável. Nossa concepção é, nesse sentido, distinta da tradição positivista estadunidense. Nas disciplinas de método e técnicas de pesquisa (I, II, III e IV), nossa preocupação é a de oferecer aos discentes os instrumentos necessários para suas práticas de pesquisa, para formularem problematizações dos fenômenos sociais dentro de um enquadramento teórico consistente, e assim também poderem organizar a coleta de materiais empíricos do modo mais adequado a essas problematizações.

5.5.3 Seminários de integração

Nos primeiros meses de cada ano letivo, a direção e os docentes da FACSAT promovem os Seminários de Integração da FACSAT, onde iniciamos oficialmente nossos trabalhos. Neste momento, os docentes da Faculdade apresentam aos discentes a estrutura de nossos cursos e os caminhos através dos quais pensamos sua formação como cientistas sociais profissionais. É nesse seminário que os docentes se apresentam aos calouros, divulgando suas trajetórias intelectuais e as linhas de pesquisa em que atuam (cf. item “Linhas de pesquisa”).

Os Seminários de Integração são destinados também aos discentes mais antigos, na medida em que as mudanças em nossa atuação pedagógica – seja na forma de alteração de nosso Projeto Pedagógico, seja na forma de Resoluções normativas deliberadas no Conselho da FACSAT, onde estão representadas as três categorias de nosso microcosmo acadêmico (docentes, discentes e técnicos acadêmicos e administrativos) – são, nesse momento, compartilhadas e esclarecidas com todos os discentes.

Nos Seminários de Integração, todas as concepções que norteiam nosso trabalho docente são apresentados. É neste momento também que compartilhamos com os discentes o planejamento didático do curso e os caminhos que abrimos para a formação do discente-pesquisador e sua produção científica,

futuro educador e gestor de instituições educativas. Trata-se de um canal de comunicação suplementar entre discentes, docentes e técnicos. Junto aos Seminários de Conclusão de Curso (que veremos mais à frente em item dedicado a isso), os Seminários de Integração são um momento importante no processo de autoconhecimento da FACSAT.

Pensamos tal evento especialmente como um processo ativo de *formação de uma cultura acadêmica e organizacional* que aumente nossa produtividade e efetividade na formação de cientistas sociais com todas as competências necessárias para realizarem suas missões profissionais.

Além disso, prevemos, ao final do evento, a realização de *uma aula inaugural* com docentes externos, convidados pela Faculdade, trazendo à comunidade acadêmica da Unifesspa os debates mais atuais em nossa área de conhecimento.

5.5.4 Seminários de Conclusão de Curso

Realizaremos, no último mês dos semestres letivos, os Seminários de Conclusão de Curso da FACSAT, que se constituem em encontros abertos à toda comunidade acadêmica da Unifesspa, cuja participação é obrigatória aos discentes envolvidos na tarefa de elaboração do TCC, onde aqueles que concluíram seu trabalho farão – *no âmbito desses Seminários, apenas* – a sustentação pública perante bancas examinadoras designadas e aprovadas pelo Conselho da FACSAT. Em outras palavras, salvo casos excepcionais decididos neste Conselho, todas as defesas públicas acontecerão no momento dos Seminários de Conclusão de Curso.

Na semana do Seminário de Conclusão de Curso, as atividades didáticas em sala de aula são suspensas e os discentes de todas as turmas são estimulados a assistir as defesas de seus colegas graduandos e as arguições dos docentes nas bancas examinadoras. Para isso, *a frequência nos Seminários contará também como carga horária válida para contabilidade das Atividades Complementares dos discentes-ouvintes.*

Esse é um evento que envolve toda a comunidade – docentes, discentes e técnicos administrativos – e é importantíssimo pelas seguintes razões. A primeira é a de fazer com que os discentes mais novos na instituição se familiarizem desde cedo com a defesa pública, tanto no que diz respeito aos procedimentos desse ritual acadêmico, quanto no que se refere aos diálogos críticos no processo de argumentação e contra argumentação. Algo importante para que os discentes não se intimidem com um procedimento que apenas lhes assusta porque é pouco conhecido.

5.5.5 Diálogos de pesquisa

A experiência acumulada ao longo dos anos nos permitiu formular estratégias especificamente destinadas para um problema comum, que é o de nos mantermos próximos aos discentes para que não se afastem do universo acadêmico durante suas pesquisas para conclusão de curso. Uma de nossas iniciativas nessa direção é a instituição de Diálogos de pesquisa – na forma de disciplinas integradas à estrutura curricular do curso – que permitem-nos acompanhar o discente desde suas primeiras inspirações até a redação final do trabalho definitivo.

As disciplinas de diálogos de pesquisa I e II são vinculadas à elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso, sendo que a aprovação do discente nessa disciplina está inextricavelmente vinculada à efetiva conclusão do texto e defesa pública de seu trabalho. Caso não se concretize a escritura, bem como a sustentação pública do TCC nos nossos Seminários de Conclusão de Curso (cujos objetivos detalharemos no próximo item deste PPC), há a reprovação imediata do discente nessa disciplina. O objetivo desta medida é manter o discente integrado às atividades didáticas da Faculdade no caso de Trabalhos de Conclusão reprovados ou não concluídos. Em outras palavras, pretendemos fazer que o discente não se afaste da instituição de ensino e permitir, assim, um acompanhamento corpo-a-corpo dos docentes da faculdade.

Os Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais se dividem em duas etapas: i) a disciplina Diálogos I tem como objetivo e elemento central de avaliação a produção de um Projeto de pesquisa com objetivos claros, justificativa da importância desse trabalho, revisão bibliográfica inicial suficiente para construção das hipóteses de trabalho, um planejamento viável para a coleta de dados de análise e um calendário de trabalho preciso.

Nosso intuito é transformar as primeiras ideias acerca dos interesses dos discentes em um planejamento consciente de trabalho, indicando o/a orientador/a mais adequado/a à consecução dos objetivos traçados, bem como transformar suas ideias mais vagas de pesquisa em algo instigante, porque factível.

Além do Projeto de pesquisa como elemento central de avaliação, prevemos a apresentação, na última metade do curso, da revisão bibliográfica inicial realizada pelos discentes, com vistas à ampliação do leque de leituras que contribuirão no desenvolvimento efetivo da pesquisa.

A disciplina Diálogos II tem como objetivo e elemento central de avaliação o texto definitivo de seu Trabalho de Conclusão de Curso avalizado pelo orientador do trabalho.

Nessa disciplina, os discentes compartilharão suas experiências no desenvolvimento de seu trabalho, os achados de pesquisa e as dificuldades encontradas, em uma atividade coletiva que permita a abertura de seu trabalho individual às perspectivas e sugestões de seus colegas e dos docentes responsáveis. Ao longo da disciplina, os discentes empenhados na feitura de seus TCCs apresentarão seus avanços de pesquisa, compartilhando com os colegas seus desdobramentos.

Além disso, na última metade dessa disciplina, prevemos a realização de uma série de seminários de pesquisa-apresentações dos trabalhos mais adiantados, com foco especial na sustentação oral da defesa pública, estimulando as críticas e as sugestões dos colegas e docentes. Para isso, além do docente encarregado pela mediação dos diálogos, teremos a participação ativa dos orientadores assinalados e escolhidos pelos discentes para orientação. Com essa atividade, o discente que defenderá publicamente seu TCC se fortalece com as diferentes perspectivas que lhes são apresentadas e assim se prepara para o momento derradeiro da defesa, mas também esta é uma atividade em que aqueles colegas que não estiverem simulando sua própria sustentação pública

exercitam-se igualmente para o bom combate do diálogo crítico na forma de argumentos e contra-argumentos.

Ressaltamos mais uma vez que a aprovação na disciplina Diálogos de pesquisa é vinculada à escritura e defesa pública bem-sucedida do TCC. Isso é importante para que mantenhamos motivados e capacitemos adequadamente aqueles que não concluíram seu trabalho passado o tempo das aulas regulares.

5.5.6 Trabalho de campo

No que se refere à pesquisa de campo, a meta de longo prazo da graduação em Ciências Sociais coincide com o expresso no Plano de Desenvolvimento Institucional de toda a UNIFESSPA, a saber: “alcançar a excelência na atividade de pesquisa, com reconhecimento externo e liderança nas áreas de atuação dos diversos grupos da Instituição” (UNIFESSPA, PDI Pró-Tempore 2014-2016, p. 93). É nessa busca de excelência que formulamos nossa política de pesquisa.

As viagens a campo fazem parte das atividades curriculares, momento em que o docente planeja um cronograma com ações que visam pesquisas de campo sobre temas desenvolvidos em sala de aula. A atividade de pesquisa de campo está prevista em todos os componentes curriculares com carga horária prática. Essa atividade inclui viagem de campo com objetivo de promover experiência etnográfica/ observação participante e uso de técnicas de pesquisa documental, entrevistas, grupo focal e história oral, registro fotográfico. As atividades de pesquisa de campo são programadas nas reuniões de planejamento da FACSAT a cada início de semestre para que a Faculdade possa fazer previamente o orçamento de viagem. Além disso, a participação dos discentes em eventos científicos – Simpósios, Seminários, Congressos (cf. sessão sobre Atividades Complementares) – é considerada Atividade Complementar e por isso contam para o fim de preenchimento de Carga Horária discente.

5.5.7 Linhas de pesquisa

Enfatizamos desde o início, nos Seminários de Abertura, as diferentes linhas de pesquisa existentes de acordo com os itinerários intelectuais de nosso corpo docente. A pesquisa discente seguirá necessariamente essas linhas de pesquisa. Esse é um elemento importante para assegurar a qualidade dos trabalhos de pesquisa dos discentes, já que o orientador poderá oferecer contribuições mais decisivas em direção ao estado da arte em suas áreas de trabalho. Mas é um aspecto importante também para que, em sentido inverso, seguindo o princípio de integração entre ensino e pesquisa, as pesquisas discentes contribuam na produção científica de nosso corpo docente.

Longe de se constituir um obstáculo à imaginação científica, nossas linhas de pesquisa – como poderemos ver a seguir – são abrangentes o suficiente para que sejam poucos os temas de trabalho que eventualmente não encontrem orientação adequada. Mais ainda, na medida em que os orientadores, em suas linhas de pesquisa, poderão oferecer subsídios fundamentais para a pesquisa

discente, nossa concepção é a de que um trabalho bem desenvolvido estimula a ambição intelectual e constitui uma fonte permanente de motivação de nossos futuros Cientistas Sociais.

A seguir indicamos as linhas de pesquisa tal como configuradas pelo corpo docente da FACSAT. Ressaltamos que nelas integramos alguns docentes de outras faculdades e outras universidades com os quais temos parcerias e afinidades de pesquisa.

Quadro 2: Linhas de Pesquisa desenvolvidas na FACSAT :

<p><u>PARTIDOS POLÍTICOS, ELEIÇÕES, COMUNICAÇÃO E MÍDIA</u>: A linha de pesquisa possui três grandes eixos entrelaçados nas discussões sobre a política brasileira em consonância com o Grupo de Estudo dos Sistemas Eleitorais do Sul e Sudeste do Pará (GESESULDESPA/Unifesspa). Quando falamos de Partidos Políticos analisamos seu sistema organizacional e seus atores sociais tratando do programa a atuação legislativa e outros. Em se tratando da questão Eleitoral o estudo parte da comportamento político, ações dos atores participantes e os resultados eleitorais. Por fim, discutir sobre as ferramentas de comunicação e mídia que envolve a opinião pública e os reflexos nos partidos e nas eleições, municipais, estaduais e federal.</p>
<p>Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT) e Cloves Barbosa (FACSAT)</p>

<p><u>POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO</u>: <u>POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO</u>: Esta linha de pesquisa visa ao estudo de Políticas Públicas no Brasil, focando-nos na Educação em diferentes níveis de ensino, seja a educação básica (fundamental, Médio e EJA), superior, profissional, tecnológica e a distância. Nesse contexto, analisa os conflitos e tensões que envolvem a formulação das políticas sócio governamentais, a gestão democrática na escola, currículo, avaliação institucional, regulação e reorganização desse espaço que possui diversidades de gênero, étnico/raciais e geracionais. Analisa ainda os aspectos afetivos, sociais, cognitivos em relação a prática pedagógica e o processo de aprendizagem no cotidiano escolar e na realidade social, campo/cidade.</p>
<p>Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT) e Raimundo Wanderley Padilha (FACSAT)</p>

<p><u>VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA</u>: Esta linha de pesquisa analisa três eixos de grande discussão na sociedade brasileira “Violência, Criminalidade e Segurança Pública”, campo e cidade em consonância com o Grupo de Pesquisa sobre Violência - GESA (Unifesspa/2016). As altas taxas de homicídios, infanticídios, violência contra a mulher, roubos, furtos, agressões e outros expressam o grande aumento da criminalidade brasileira, resultando numa crescente demanda por segurança pública de cunho preventivo que vise questões relativas à exclusão e desigualdades sociais. Há um perceptivo aumento da insegurança e do crescimento da violência nas últimas décadas, principalmente, em regiões urbanas de cidades de médio porte. Nesse contexto, as ações judiciais também passam a fazer parte dessa análise como complemento de indicativo dos resultados de estudo sobre a problemática. Assim, analisando as origens e consequências. Temas</p>

sobre a democracia, o Estado, a cidadania, representações sociais, institucionais que tratam sobre a ocorrência da violência; o sistema de justiça incluindo a polícia e outras formas alternativas de controle social.

Docentes: Marilza Sales Costa (FACSAT) e Cloves Barbosa (FACSAT)

ANTROPOLOGIA, SIMBOLISMO, RELIGIÃO/RELAÇÕES DE GÊNERO E SAÚDE: Estuda os fenômenos religiosos como fatos simbólicos da cultura, bem como os relacionados à saúde/doença, hábitos e ideologias alimentares, relações de gênero no Sul e Sudeste do Pará. Esta linha de pesquisa também tem entre seus objetivos discutir a relação entre Religião e Modernidade envolvendo as seguintes questões: Diversidade Religiosa e Espaço Público Escolar, Laicização, Nova Consciência Religiosa, Misticismo Ecológico, Terapias complementares, Tradução e Reinterpretação entre o que se convencionou denominar como “Xamanismo tradicional” e “Xamanismo Urbano”. Considerando o lócus de pesquisa como uma região de fronteira, os estudos terão principalmente como interlocutores grupos que compõem as etnias indígenas, as religiões de matriz africanas, portanto afroarabáenses, assim como as influências dessas matrizes culturais na cartografia religiosa que se configuram na região.

Docentes: Gisela Macambira Villacorta (FACSAT) Raymundo Heraldo Maués (UFPA), Ivan Cardoso Lima (UNILAB/CE/N'Umbutu-Unifesspa) e Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT)

MUNDO RURAL, MEIO AMBIENTE E CONFLITOS SOCIAIS: Esta linha tem o propósito de investigar aspectos teórico-metodológicos e epistemológicos e experiências empíricas relacionados ao mundo rural, formas de trabalho, sociabilidades, modos de vida, relação homem-natureza, conflitos, resistências, gêneros, reprodução de sujeitos sociais, identidade, ações coletivas e criação de unidades de conservação. Estudos teóricos-metodológicos contemporâneos têm refletido sobre as novas configurações do espaço rural em interação com o mundo urbano, emergência de novos atores sociais e criação de novos territórios, resultado das mudanças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e ambientais que o planeta vivencia e que promovem transformações profundas nas formas de relações sociais e, também, na paisagem rural. A linha se volta para estudos sobre o contexto do sul e sudeste paraense, cuja história é marcada por conflitos, violências e resistências, com abordagens disciplinares e interdisciplinares, em interação com contextos globais.

Docentes: Edma Moreira da Silva (FACSAT), André Augusto Inoue Oda (FACSAT) e Simone Cristina Contente Padilha (FACSAT)

RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS, GÊNERO, RACISMOS e DIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE: Esta linha de pesquisa se propõe a problematizar os processos socioculturais e econômicos de grupos minoritários – particularmente as mulheres, populações indígenas e afrodescendentes – com especial atenção para as relações raciais, as formas de violência

simbólica, os racismos, os sexismos, as normas sociais e as relações de poder inseridas no corpo, a formação de diferentes identidades étnicas e de gênero no Sul e Sudeste do Pará.

Docentes: Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT) e André Oda (FACSAT)

ESTADO, TRABALHO, SINDICALISMO E SOCIEDADE NO SUDESTE PARAENSE: Esta linha tem por objetivo debater os efeitos regionais dos grandes projetos de exploração mineral no sudeste paraense, cujo suporte fundamental se constitui pelas políticas de Estado. Bastante complexas, as discussões propostas exigem um exercício multidisciplinar, o que supõe abordar os efeitos econômicos, sociais e políticos sobre as populações atingidas nos aspectos rural e urbano. Propõe-se também refletir sobre as diferentes modalidades de trabalho subsumidas ao capital, suas formas de organização e lutas que esses projetos ensejam.

Docentes: Célia Congilio (FACSAT), Cloves Barbosa (FACSAT), Wanderley Padilha (FACSAT) e Simone Cristina Contente Padilha (FACSAT)

ELITES REGIONAIS, CAMPOS SOCIAIS E RELAÇÕES DE PODER: Nesta linha de pesquisa estão contidos trabalhos que versam sobre os diferentes mecanismos de recrutamento, formação e reprodução de elites nos diversos campos sociais – político, econômico, cultural, acadêmico, jurídico, midiático, etc. – das regiões Norte e Nordeste. São consideradas relevantes as trajetórias dos diferentes agentes sociais da região, bem como suas estratégias de conservação e de subversão do campo, i.e., das regras de distribuição do capital específico dentro de um determinado campo. As pesquisas nessa linha buscam responder como estão configurados historicamente os conflitos entre as frações de elite hegemônicas e contra-hegemônicas de cada campo, como são acionados diferentes capitais específicos – nacionais e internacionais – nas estratégias dos representantes dessas elites.

Docentes: André Augusto Inoue Oda (FACSAT), Paola Giraldo Herrera (Faculdade de Educação do Campo, Unifesspa) e Edma do Socorro Moreira (FACSAT).

PENSAMENTO SOCIAL AMAZÔNICO NOS SÉCULOS XX e XXI: Nesta linha de pesquisa, são contemplados os diversos autores – brasileiros e estrangeiros (brasilianistas e latino-americanistas), das Ciências Sociais e de outras áreas do conhecimento – que, ao longo dos séculos XX e XXI, produziram e ainda produzem explicações acerca das questões sociais e políticas da Amazônia e que, portanto, norteiam e condicionam os debates em nossa área. Além do interesse nos diferentes referenciais teóricos que balizam os diálogos entre pesquisadores, nessa linha de pesquisa busca-se também compreender também os efeitos culturais dessas diversas produções intelectuais, tanto na formação de uma imaginação social sobre a Amazônia, quanto na constituição de diferentes identidades amazônicas e nas múltiplas apropriações e ressignificações dessas identidades no Norte brasileiro.

Docentes: André Augusto Inoue Oda (FACSAT), Paola Giraldo Herrera (Faculdade de Educação do Campo, Unifesspa), Edma do Socorro Moreira (FACSAT) e Joseline Trindade (FACSAT)
--

Além das aulas propriamente ditas, os discentes dispõem também de núcleos, grupos de estudo e pesquisa nos quais se reúnem periodicamente discentes e docentes para compartilhar avanços teóricos e de pesquisa. Os discentes têm acesso as bolsas concedidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), através da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROFIT). Esses discentes são igualmente estimulados à montagem de projetos de pesquisa na busca de financiamento externo através de agências de fomento, como é o caso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará - FAPESPA. Além disso, a participação dos discentes em eventos científicos – Simpósios, Seminários, Congressos (cf. sessão sobre Atividades Complementares) – é considerada Atividade Complementar e por isso contam para o fim de preenchimento de carga horária discente.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso – como visto nos itens 5.2 e 5.5.4 – são, nesse sentido, apenas a coroação de um processo amplo e multifacetado de formação de cientistas profissionais com sólida formação intelectual, espírito crítico e com a disposição para a promoção de justiça social e dos direitos humanos.

5.6 Políticas de Extensão

Considerando a extensão como via de mão dupla para a construção do conhecimento científico, a política de extensão da Faculdade de Ciências Sociais deverá estar associada às políticas de ensino, de pesquisa e de inclusão social como forma de possibilitar uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. A partir da relação com o ensino e com a pesquisa serão propostas ações extensionistas à sociedade de uma maneira geral, assim como às comunidades urbanas e rurais locais e regionais com as quais deverá discutir e planejar o atendimento destas demandas, pois através das atividades de extensão o discente amplia sua formação ao desenvolver ações que permitam refletir sobre questões e construir uma formação compromissada com a sociedade.

Desta forma, com o intuito de possibilitar que a extensão faça parte da vida acadêmica do curso será assegurado, no mínimo, 10% da carga horária total do curso para realização de atividades extensionistas, podendo essa carga horária ser ofertada a partir de minicursos, oficinas, visitas orientadas, palestras, seminários, elaboração de material de apoio didático (textos, cartilhas, vídeos, exposições etc.), elaboração de projetos e programas de extensão, respondendo a editais internos e externos à Unifesspa (PROEX, CNPq etc.), entre outras atividades ou eventos. Pretende-se que essas atividades sejam realizadas ao longo do semestre tanto na carga horária prática das atividades curriculares como na realização de atividades complementares (seminários, fóruns, cursos, projetos, entre outros, promovidos pela FACSAT) podendo assim gerar produtos que fortaleçam as ações extensionistas e a política de inclusão social do curso.

Dentro da política de extensão da FACSAT, inclui-se nossa aproximação aos movimentos sociais, aos grupos de ativismo em direitos humanos, sindicatos de trabalhadores do campo e da cidade, instituições do poder público e da sociedade civil. Nesse sentido, as ações do LAPEX (Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais), já descritas em item anterior, ocupam posição privilegiada para o desenvolvimento da extensão de forma conjugada à pesquisa e ao ensino.

As ações de extensão estão ligadas também à pesquisa, na medida em que as ações extensionistas devem, necessariamente, estar acompanhadas de instrumentos de diagnóstico e monitoramento, bem como aqueles necessários para uma análise apropriada de seus resultados. Nesse sentido, lembramos que *578 horas de nossas atividades curriculares* (18% da carga horária total do curso) estão destinadas à prática em pesquisa e extensão. Isso apenas contando a carga horária de disciplinas previstas na grade, sem contar as 200 horas de Atividades Complementares.

As ações de extensão da Unifesspa articulam-se à Política Nacional de Extensão, especialmente nas linhas temáticas previstas no Plano Nacional de Extensão, a saber: “Cultura, Educação, Meio Ambiente, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia e Produção, Saúde, Comunicação e Trabalho.” (Unifesspa, PDI 2014-2016, p. 90)

(...) [A] Extensão Universitária da Unifesspa é concebida no âmbito de uma política cultural universitária abrangente, e que envolve a construção democrática da universidade, a expansão do ensino superior em permanente processo de interlocução com sua região de abrangência. Nestes termos, a política cultural se assenta na proposta de construir uma universidade que seja um espaço de formação intercultural, de promoção da pluralidade cultural e epistemológica e de combate às desigualdades sociais (Unifesspa, PDI 2014-2016, p. 90)

A participação dos discentes em atividades de extensão coordenadas por docentes, técnicos e mesmo pelos próprios discentes, resulta em carga horária reconhecida na estrutura curricular, podendo resultar em até 40 horas registradas na forma de Atividades Complementares, como visto no item que discorre sobre estas.

Por fim, a política de extensão no curso de Licenciatura em Ciências Sociais deverá ser implementada através da submissão de projetos aprovados em editais; incentivo a participação dos discentes em projetos de extensão universitária; participação na organização de cursos, eventos técnicos, científicos ou culturais; apoio a programas e projetos de extensão e de arte-cultura-educação; apoio à realização de eventos culturais e acadêmicos; apoio a ações que visem à democratização do acesso ao ensino superior e incentivo à organização de projetos participação em atividades comunitárias com estruturação de escritórios de assessoria sociocultural. Os docentes e discentes respondem aos editais internos da Unifesspa, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis, como o Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), e editais externos que fomentem as atividades de extensão através da concessão de bolsas.

5.7 Políticas de Inclusão Social

5.7.1 Diversidade e inclusão: ensino, pesquisa e extensão

Vivemos em País de grande diversidade étnico-racial e identitária que se configura em 698 Terras Indígenas (TI), ocupando uma extensão de 113.597.452 hectares, o que representa 13,3% do território nacional. Desse total, 422 TIs concentram-se na Amazônia, abrangendo 22,25% do território amazônico. Ao todo são 242 etnias, segundo o IBGE (2010). Os grupos indígenas da mesorregião do Sudeste paraense têm em sua composição 13 povos. São eles: Amanayé; Akuáwa-Assurini do Trocará; Aikewara-Suruí; Xikrin do Catete; Tenetehara-Guajajara; Karajá; Mebêngôkre-Kayapó; Guarani-Mbya e Guarani-Ñandeva; Parkatêjê; Kyikatêjê; Akrãtikatêjê; Parakanã e Atikum e estão organizados em 27 aldeias, cujas línguas originárias são de tronco Tupi-Guarani e Jê (PPC IFPA RURAL 2012).

Em relação aos quilombolas, existem no Brasil 2.474 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2013), em todos os estados da federação, excetuando-se os estados do Acre e Roraima e o Distrito Federal. O estado da Bahia é o que tem o maior número, com 628 comunidades quilombolas certificadas; seguido por Maranhão, com 492; o Pará com 227, e, Minas Gerais com 226. O Pará é o quarto Estado com a presença de comunidades quilombolas (FCP, 2013). Além dessa diversidade, no território do sul e sudeste do Pará estão as mulheres quebradeiras de coco babaçu, que fazem parte do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), um movimento que organiza as mulheres quebradeiras de coco babaçu em uma luta de garantia pelos seus territórios.

No Brasil, as políticas afirmativas para populações historicamente marginalizadas, começam a ser debatidas no final da década de 1980, com intuito de reparar o que é considerado como “injustiça histórica”, oriunda desde o período escravista que fez perpetuar na sociedade brasileira um sistema desigual que não possibilita o acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, as oportunidades no mercado de trabalho para negros e indígenas. Um dos avanços na implementação de uma política afirmativa, foi o estabelecimento de um sistema de cotas nas IES, inicialmente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que foi a primeira universidade do país a criar um sistema de cotas em vestibulares para cursos de graduação por meio de uma lei estadual que estabelecia 50% das vagas do processo seletivo para alunos egressos de escolas públicas cariocas. Depois da UERJ foi a vez da Universidade de Brasília (UnB) implantar uma política de ações afirmativas para negros em seu vestibular de 2004. A instituição foi a primeira no Brasil a utilizar o sistema de cotas raciais (UNB 2013).

Outras universidades aderiram ao sistema de cotas em seus processos seletivos, destinando reserva de vagas não só para negros, como também para quilombolas e indígenas – por meio de cotas raciais – e também para pessoas com deficiências e estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas – o que chamamos de cotas sociais. Em 15 anos, esse cenário encontra-se bem diferente, visto que praticamente todas as instituições de ensino superior públicas destinam vagas para o sistema de cotas em seus processos seletivos. No decorrer dos anos, cada IES vem definindo seus regulamentos quanto ao sistema de cotas, em que pese em 2012, ter sido sancionada a Lei nº 12.711/2012, que garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. E no Art. 3º :

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. [\(Redação dada pela Lei nº 13.409, de 2016\)](#)

Na região Norte, a UFPA nos últimos 10 anos vem adotando uma postura ativa na promoção das ações afirmativas e possui um conjunto de políticas que demarcam que a Instituição teve avanços nesse aspecto. Em 2005, a UFPA definiu por cotas (50% das vagas ofertadas) para pessoas oriundas de escolas públicas, das quais 40% são destinadas aos pretos. Em 2007 instituiu o sistema de cotas no Processo seletivo diferenciado para alunos oriundos do sistema público de ensino e negros – ingresso/vestibular. Em 2008, das 5.036 vagas ofertadas pela UFPA 4.494 foram preenchidas, 2.192 por estudantes cotistas e 2.302 por estudantes não cotistas. Em 2009 a UFPA implementou o Programa de vagas reservadas para povos indígenas em todos os cursos de graduação da UFPA. Entraram 67 indígenas, apoiados pela Bolsa Permanência. E, em 2009, instituiu o Programa de vagas reservadas para pessoas com deficiência em todos os cursos de graduação da UFPA. Em 2011, a UFPA definiu duas vagas para quilombolas, em todos os cursos. Em 2012, 47 quilombolas entraram por meio de reservas de vagas (Beltrão *et al* 2013).

Na Unifesspa, a Resolução nº 22 de 13 novembro de 2014 designou a reserva de vagas nos cursos de graduação às pessoas com deficiências, quilombolas e indígenas. Já, a Resolução nº 97 de 2016, acrescentou e estabeleceu o argumento de inclusão regional:

Os parâmetros do SiSU que serão adotados na Unifesspa quanto ao percentual de vagas reservadas para cotistas, as notas mínimas exigidas, os pesos das provas no processo seletivo e cria o argumento de inclusão regional com o objetivo de estimular o acesso à Unifesspa pelos estudantes que residem nos municípios que integram as regiões de influência das cidades nas quais estão implantados os campi da Unifesspa, além de Imperatriz e Araguaína (Resolução 22 de nov. 2014).

Todas as iniciativas legais pelo acesso de grupos historicamente marginalizados são importantes para que as IES garantam a democratização do ensino superior, mas esses mecanismos de ingresso não serão suficientes sem a criação de uma estratégia de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, com o intuito de dinamizar a política de inclusão da Unifesspa. Além do ingresso de estudantes indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, a política de inclusão de grupos etnicamente diferenciados da sociedade brasileira somado a transversalidade dos temas dos direitos humanos e questões ambientais se efetiva no curso de Ciências Sociais nos três campos (i) ensino, ii) pesquisa e iii) extensão:

- (i) **Ensino:** na proposição de um desenho curricular que oferece as seguintes disciplinas no campo formativo do discente: *Relações Étnico-Raciais (68); Etnologia Indígena (68); Estudos de Povos indígenas (68); Corpo gênero e sexualidade(68); Conflitos sociais: terra e território (68); Tópicos Temáticos em Antropologia (68) e Religião e Sociedade (68)*. Estes componentes curriculares têm como tema principal problematizar sobre a

diversidade sociocultural em seus aspectos políticos, particularmente seus conflitos culturais e econômicos.

(ii) **Pesquisa:** o curso possui quatro linhas de estudos vinculados aos docentes da FACSAT que enfatizam o tema da diversidade Étnico-Racial e gênero, são eles:

- 1- Relações Étnicos Raciais, Gênero, Racismos e Diversidade na Contemporaneidade - Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT), André Augusto Inoue Oda (FACSAT)
- 2- Antropologia, Simbolismo, Religião/Relações de Gêneros e Saúde - Gisela Macambira Villacorta (FACSAT); Raymundo Heraldo Maués (UFPA), Ivan Cardoso Lima (UNILAB/CE/N'Umbutu-Unifesspa) e Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT)
- 3- Pensamento Social Amazônico nos séculos XX e XXI - André Augusto Inoue Oda (FACSAT); Edma Moreira (FACSAT), Paola Giraldo-Herrera (Fecampo) e Joseline Simone Barreto Trindade (FACSAT)
- 4- Políticas Públicas e educação -Marilza Sales Costa (FACSAT)

Com intuito de construirmos uma rede de pesquisadores sobre o tema da diversidade, temos parcerias em atividades com linhas de pesquisa de outras Faculdades e Institutos. São elas:

- 1- Políticas e Práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva - Lucélia Cardoso Rabelo (FACED)
- 2- História e Cultura das Populações Negras no Brasil e Educação, Relações Étnico-Raciais - Janailson Macedo Luis (História)
- 3- Dinâmicas Sócioeducacionais, políticas públicas e minorias – Hildete Pereira dos Anjos (FACED)
- 4- Ações afirmativas, Ensino Superior e Diversidade – Luiza de Nazaré Mastop de Lima (IEDAR)
- 5- Construção de Identidade Étnica e Território – Luiza de Nazaré Mastop de Lima (IEDAR)
- 6- Produção discursiva e dinâmicas sócioterritoriais na Amazônia - Idelma Santiago da Silva (Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia - PDTSA/ICH)
- 7- Identidade, territorialidades, povos e comunidades tradicionais - Rita de Cássia Costa (Fecampo)

E, finalmente, (iii) na **Extensão**, estão os projetos que a FACSAT desenvolve em torno da temática da diversidade, promovendo o debate e a inserção dos discentes em atividades extensionistas e incentivando um olhar sobre a diversidade de gênero, étnica, racial e religiosa. Este é o caso, p.ex., do Projeto de Extensão coordenado pela docente Gisela Macambira Villacorta “Diversidade religiosa e Espaço Público em Marabá” que é desenvolvido em parceria com Secretaria de educação do município de Marabá.

Para atender e promover ações de promoção dos direitos de pessoas com deficiências, a Unifesspa conta com o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica (NAIA) onde entre outras coisas, desenvolve palestras, orientação de reformas na estrutura física dos campi da universidade, até a elaboração/adaptação de materiais didáticos de acordo com as necessidades específicas dos discentes e docentes. Diante do ingresso de pessoas com deficiência, o curso de Ciências Sociais recorre ao NAIA solicitando apoio para o acompanhamento dos discentes, onde dispõe de tecnologias assistivas; material em braile; recursos de informática acessível; material pedagógico tátil; tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais; material didático em língua brasileira de sinais; material didático em formato impresso; material em áudio; material em formato impresso em caractere ampliado; recursos de acessibilidade à comunicação e guia intérprete. Temos uma demanda de reforma das salas de aula no qual, dentre outros elementos de reforma, reclamamos a instalação de piso tátil destinado a suprimir as dificuldades de discentes e docentes com deficiências visuais. O Campus I dispõe de rampas de acesso nos espaços do estacionamento, da entrada do campus e entre as salas de aula (as que se encontram no piso térreo, onde estão todas as salas de aula dos cursos da FACSAT).

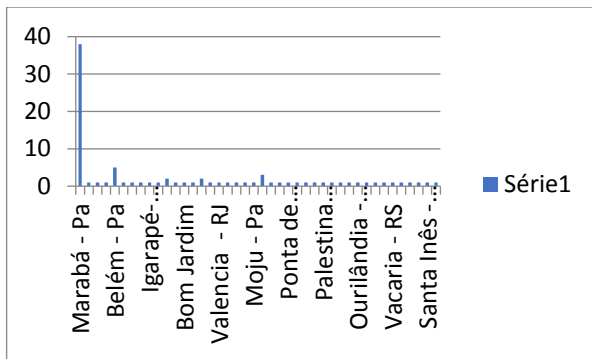
Além do NAIA, a FACSAT conta também, para poder concretizar ações de inclusão com a colaboração do Núcleo de Educação Especial (NEES) da Faculdade de Educação (FACED/Unifesspa), ambos localizados no Campus I da Unifesspa.

Não obstante, para o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, considerando a obrigatoriedade do ensino de LIBRAS nos cursos de Licenciatura de acordo com a Lei nº 10.436/2002 ofertamos um componente curricular voltado ao aprendizado de libras.

5.7.2 Censo Estudantil

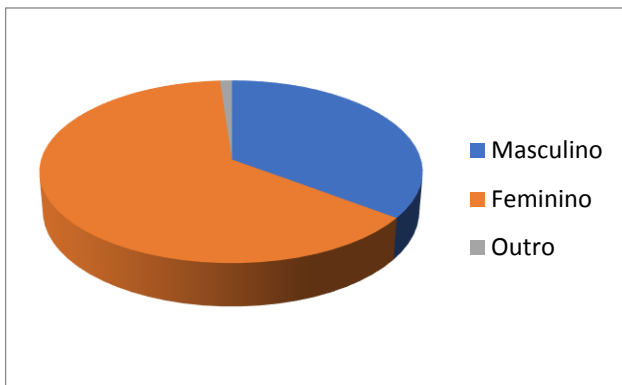
Com objetivo de conhecermos o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de Ciências Sociais, iniciamos nesse ano de 2016 um censo estudantil no âmbito do Programa de monitoria desenvolvido na Faculdade, onde realizamos a pesquisa através de um questionário sociocultural que foi aplicado pelos discentes monitores entre os dias 23 a 26 de setembro de 2016. Responderam ao questionário 88 estudantes, distribuídos da seguinte forma: 14 discentes da turma de Ciências Sociais Licenciatura e Bacharelado (2012); 23 estudantes da turma Bacharelado e Licenciatura (2013); 11 estudantes da turma licenciatura 2014; 15 da turma Licenciatura (2015) e 25 discentes da turma de Bacharelado (2016). Estão matriculados, atualmente, no curso de Ciências Sociais (2016.4) 187 discentes, sendo que 37 estão em fase de conclusão de curso (2016.4).

Através desse questionário foi possível constatar que 56% dos estudantes entrevistados são oriundos de outras cidades do Pará e de outros estados da Federação. Conforme mostra o gráfico abaixo:



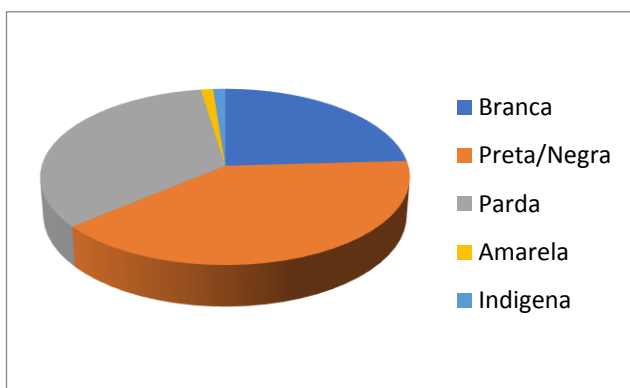
Fonte: Pesquisa Facsat 2016

Entre os discentes que responderam ao questionário, 36% declararam pertencer ao sexo masculino, enquanto que 64% ao feminino, 01 discente respondeu que pertence a “outro” mas não especificou qual seria.



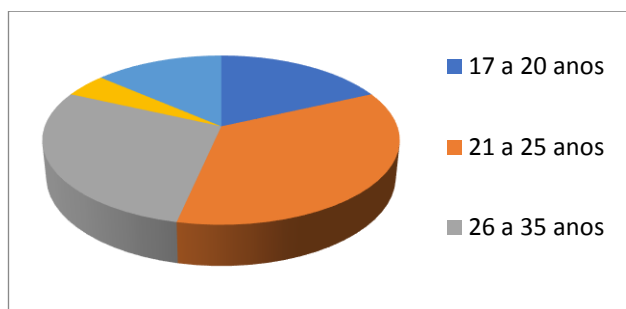
Fonte: Pesquisa Facsat 2016

Em relação a cor, 20 se declararam brancos, 33 declararam ser negros, 28 disseram ser pardos; 01 discente se declarou amarelo e 01 indígena. Mas é importante destacar, que temos atualmente, matriculados seis discentes indígenas pertencentes as etnias Parakatejê, Akratikateje e Guajajara. E temos uma discente quilombola, ingressante no ano de 2016. Estão matriculados 2 discentes com deficiência visual: um concluinte (2009) e um ingressante em 2016.



Fonte: Pesquisa Facsat 2016

No que diz respeito a faixa etária dos estudantes, de uma forma geral foi constatado que 18% discentes têm entre 17 e 20 anos; 35% possuem entre 21 e 25 anos; 28% discentes possuem de 26 a 35 anos; 5% estão na faixa de 36 a 40 anos e 14% discentes declararam ter 41 anos ou mais.



Fonte: Pesquisa Facsat 2016

Em relação ao perfil de escolaridade dos estudantes de Ciências Sociais: 75 deles cursaram o ensino médio regular; 01 declarou ter feito um curso profissionalizante, 2 estudaram o magistério; 03 fizeram o E.J.A; e 06 declararam ter feito outro tipo de curso, mas não especificaram. Dentre esses discentes, 77 declaram que estudaram o ensino médio todo em escola pública, 09 estudaram em escolas particulares; 01 respondeu que estudou nos dois tipos, mas que estudou a maior parte do tempo em escola pública, enquanto que 01 declarou ter feito a maior parte em escola particular.

Os estudantes de Ciências Sociais são oriundos, em sua grande maioria de outros lugares, demonstrando um intenso processo migratório e uma diversidade sociocultural que caracteriza nosso corpo discente. São predominantemente provenientes da escola pública, prioritamente em uma faixa etária jovem o que requer da Unifesspa, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEX), uma política permanente de assistência e integração estudantil⁶, de modo a oferecer apoio contínuo, aspirando superar os efeitos das desigualdades de condições socioeconômicas entre os/as discentes/as da Universidade e, assim, evitar ao máximo que essas disparidades se aprofundem e impactem de forma negativa o desempenho acadêmico.

Para isso os discentes contam com o Programa de Apoio e Permanência que “tem o objetivo de apoiar por meio da concessão de auxílio financeiro, prioritariamente, a estudantes em condição de vulnerabilidade social” (*site* institucional-proex). Os principais benefícios concedidos que atendem diretamente aos discentes de Ciências Sociais são: auxílio moradia, auxílio permanência, auxílio creche, auxílio emergencial.

Já o Programa de Integração e Vivência Estudantil “tem o objetivo de integrar o estudante à vida universitária por meio de ações de natureza acadêmico-científica, socioculturais, esportivas, visando o bem estar pleno do discente, também seu contato e diálogo com os diferentes grupos da sociedade, seus problemas e suas lutas de superação, permitindo a este, formação crítica e acesso à cultura e lazer” (*site* institucional-Proex). Os principais benefícios que atendem diretamente aos estudantes das Ciências Sociais são: apoio à participação discente em eventos, apoio à participação coletiva de discentes em eventos, apoio à realização de eventos estudantis e vivência estudantil, no qual a

⁶ Cf. Site da Proex-UNIFESSPA <<https://proex.UNIFESSPA.edu.br/index.php/2014-11-05-19-34-49>>

Universidade aporta recursos para a inserção dos discentes em comunidades, nas quais entrará em contato com suas questões e seus problemas reais.

Além desses dois Programas, os discentes de Ciências Sociais acessam o programa de acolhimento estudantil que visa “desenvolver e integrar diferentes iniciativas para apoiar o fortalecimento da trajetória acadêmica de estudantes indígenas, negros, oriundos do campo, quilombolas, de grupos tradicionais, com necessidades especiais, a partir de ações que respeitem os saberes e conhecimentos diversos e permitam a estes grupos a transformação social e melhoria das condições das suas comunidades” (Proex, site institucional).

6 PLANEJAMENTO DO TRABALHO DOCENTE

Considerando o princípio da gestão democrática, os docentes devem ser incentivados a participar ativamente do cotidiano do curso e a Faculdade deve criar condições para que isso se concretize. Para a realização das atividades curriculares propostas são necessárias a criação e manutenção de uma política de formação continuada de docentes e de técnico-administrativos, buscando apoio interno e externo à Unifesspa que viabilize a qualificação de seus quadros. O Plano de Capacitação Docente da Faculdade é uma contribuição para que isto aconteça de fato. Em relação ao apoio interno à Unifesspa, é fundamental que o curso acione a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG) para solicitar cursos de capacitação necessários à organização de atividades que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, assim como a política de inclusão do curso. Além de solicitar cursos específicos conforme as demandas da Faculdade, os docentes também deverão atentar para o Plano de Capacitação que a Unifesspa oferece a seus servidores.

Outra estratégia a ser adotada consiste na oferta de cursos pelos docentes da Faculdade a eles mesmos e aos técnico-administrativos, a fim de socializar suas áreas de estudo e fomentar o diálogo para o planejamento de atividades conjuntas.

Os docentes deverão planejar em conjunto as atividades curriculares a serem ofertadas a cada período letivo. Para tanto, deverá ser previsto no calendário acadêmico do curso períodos de até uma semana, reservados para que os docentes possam se reunir, discutir e planejar as atividades. Durante a semana de planejamento acadêmico deverão ser discutidas as estratégias que possam ser adotadas pelos docentes para a realização de interdisciplinaridade, o planejamento de atividades complementares que possam ser ofertadas pelo curso, a socialização dos trabalhos realizados pelas linhas de pesquisa, assim como a relação dos mesmos com as atividades de extensão que deverão ser concretizadas, conforme as políticas de pesquisa e extensão do curso. Cada docente deverá, ao início de cada atividade curricular, apresentar um plano de curso com elementos básicos para o desenvolvimento da atividade, tais como ementa, metodologia, bibliografia básica e complementar, e critérios de avaliação, a serem discutidos e ajustados com os discentes.

O afastamento de docentes para qualificação deverá ser discutido e aprovado pelo conselho da Faculdade, devendo-se observar o planejamento feito. Após a aprovação do afastamento do docente

pela Faculdade, o curso deverá encaminhar ao Conselho do Instituto de Ciências o planejado para que o mesmo referende o afastamento do docente.

As atividades curriculares ofertadas pelo curso de Licenciatura em Ciências Sociais são planejadas pelo quadro docente da Faculdade, segundo princípio de gestão democrática e dialogada, com planejamento prévio das atividades semestrais com antecedência ao início do período letivo. As mudanças de maior escopo são decididas no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e no Conselho da Faculdade, onde docentes, discentes e técnicos-administrativos se reúnem regularmente para tratar dos assuntos pedagógicos e administrativos do curso e da FACSAT.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

Entendemos que a avaliação discente não se limita a medição simples e aferição de uma nota ou conceito, senão que, através dela, pretendemos estimular o processo de aquisição das ferramentas intelectuais necessárias à produção científica na Sociologia, na Antropologia e na Ciência Política. O fim último é estimular a curiosidade intelectual dos discentes, fomentar o pensamento crítico, o debate qualificado com outros autores e, em última instância, fazer com que a construção do conhecimento científico em nossa área se torne algo prazeroso e instigante, fixado na experiência de nossos egressos.

Nesse sentido, a avaliação não deve apenas mensurar, mas também ensinar: seja no que estimula, nos discentes, a formação de conjecturas próprias, o desejo de expressar suas reflexões, seja na construção textual adequada ao trabalho científico, seja também na consolidação dos valores éticos que compõem o perfil do egresso.

Os processos de avaliação da Licenciatura em Ciências Sociais são, por isso, instrumentos de vital importância no desenvolvimento das competências e habilidades, do comprometimento social e humano, requeridas pelo/a profissional que desejamos formar: ou seja, um/a cientista social qualificado/a e comprometido/a com a justiça social e os direitos humanos. Nesse sentido, seguimos, para fins de avaliação discente, o quadro de Atividades Curriculares por Competências (cf. abaixo) como objetos e objetivos primários de avaliação.

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica

Competência 2: Autonomia intelectual

Competência 3: Capacidade analítica

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social

Competência 6: Competência na utilização da informática

7.1 Concepção e Princípio da Avaliação

A Unifesspa adota o modelo de avaliação através de conceitos: Excelente, Bom, Regular e Insuficiente. Nos programas das disciplinas, pode-se usar, não obstante, um sistema de notas de 0,0 a

10,0. Nesses casos, via de regra, o registro dos conceitos finais dos discentes são inseridos na plataforma digital SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) se dá através da seguinte tabela de referência:

Nota	Conceito
0,0 a 4,9	Insuficiente
5,0 a 6,9	Regular
7,0 a 9,0	Bom
9,0 a 10,0	Excelente

Entre os instrumentos de avaliação disciplinar, os mais convencionais são a escritura de um trabalho para conclusão de disciplina, na forma de um “*paper*” que aprofunde o estudo sobre os temas passados em aula, e a avaliação através de prova escrita em sala de aula. Para além desses recursos convencionais, os docentes da FACSAT dispõem de autonomia para formulação de avaliações que condigam de modo mais adequado com sua prática de ensino.

7.2 Avaliação de Aprendizagem

Para atender ao perfil profissional que se deseja formar a avaliação discente precisa ser desenvolvida por meio de um processo que englobe não somente habilidades e competências técnicas próprias do cientista social, mas também a dimensão humana e ética de sua formação e atuação. A avaliação discente no curso de Ciências Sociais necessita estar em consonância com o Perfil profissional do Cientista Social que atuará nesta região. A relação ensino, pesquisa e extensão deverá nortear as avaliações, seja por meio de atividades escritas (elaboração de trabalhos acadêmicos como artigos científicos), orais ou audiovisuais (seminários, vídeos, exposições fotográficas, entre outras). Dessa forma, além da frequência obrigatória em 75% nas disciplinas, alguns critérios deverão ser adotados para as avaliações do processo ensino-aprendizagem durante as atividades curriculares, entre as quais se podem destacar:

- 1) Domínio Teórico: avaliar compreensão e domínio do discente acerca dos conceitos discutidos.
- 2) Relação teoria- Prática: avaliar a reflexão dos acontecimentos a partir dos conceitos das Ciências Sociais.
- 3) Atuação dos discentes de Ciências Sociais nos diversos espaços sociais por meio de atividades de pesquisa e extensão.
- 4) Organização e divulgação das atividades desenvolvidas por meio de eventos que poderão integrar o Ensino, Pesquisa e Extensão.

- 5) Inserção dos discentes de Ciências Sociais no processo de construção do conhecimento, a partir dos métodos e técnicas de pesquisa, bem como da importância deste para as pessoas inseridas na dinâmica de nossa região.
- 6) Adequação de linguagem aos diversos sujeitos com os quais interage para a construção do conhecimento científico.
- 7) Postura ética, combate aos preconceitos na realização das atividades solicitadas.

É pertinente ressaltar que os critérios de avaliação deverão ser discutidos entre docentes e discentes conforme planejamento das atividades do curso. Serão consideradas, ainda, para a avaliação as normas vigentes no Regulamento da Graduação quanto à frequência, à segunda-chamada, à revisão de conceitos, e às avaliações substitutivas.

Ao final de cada atividade curricular deverá acontecer a avaliação docente, constituída por dois momentos, preenchimento de um formulário pelo aluno e autoavaliação docente. Ao se reportar ao processo de avaliação do docente é necessário que o discente avalie a execução dos conteúdos curriculares; a metodologia de ensino; a bibliografia utilizada bem como relacionamento professor-aluno, entre outros aspectos que possam surgir.

O segundo momento terá início com o recebimento por parte do corpo docente das avaliações feitas pelos discentes. A partir disso, cada docente fará uma autoavaliação, considerando as observações advindas do corpo discente. A Faculdade pretende organizar reuniões para que docentes e discentes possam dialogar sobre os resultados do processo de avaliação como forma de contribuir conjuntamente para a melhoria da prática pedagógica e do curso em geral.

7.3 Avaliação de Ensino

A avaliação do processo educativo tem por objetivo possibilitar o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem. Para tanto, deve estar claro para aquele que avalia que ele também é parte integrante do processo avaliativo, uma vez que foi o responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo como um todo, bem como aquele a quem se está avaliando. Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades em sala de aula e fora desta, principalmente na relação professor/aluno e no tratamento dos conhecimentos trabalhados neste e fora deste espaço. Assim, a intervenção do professor ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento. Ao professor e discente cabe aferir o desempenho acadêmico no processo de ensino-aprendizagem quanto à apropriação de competências e habilidades no processo educativo. Ao conjunto do corpo acadêmico deve-se aferir o desempenho docente e discente previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

7.4 Avaliação do Projeto Pedagógico

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais será avaliado, revisado e aprimorado na medida em que se fizer necessário e oportuno. A cada final de semestre a Faculdade

realizará reuniões com o corpo docente para avaliar as atividades ofertadas para o período letivo como forma de aprimorar as ações planejadas e promover a integração pedagógica e a relação entre os conteúdos ministrados.

Realizando uma reunião para avaliação e planejamento das atividades realizadas, ao final de cada semestre e momentos específicos (encontros, fóruns, seminários, entre outros) com participação de docentes, discentes, técnico-administrativos e convidados para avaliação deste projeto pedagógico, a pelo menos cada dois anos de vigência, a Faculdade de Ciências Sociais pretende refletir sobre a formação do profissional desejado, reformular competências e conteúdos, se assim se fizer necessário, enfim discutir e identificar situações favoráveis ou desfavoráveis à realização do projeto pedagógico do curso, em todas as suas dimensões e a partir disto encaminhar novo texto aos órgãos competentes para apreciação e implementação das mudanças.

A avaliação deste projeto envolverá a participação dos discentes que por meio de instrumentos específicos opinarão sobre as atividades ofertadas, o desempenho dos professores, a estrutura disponível, entre outros aspectos. Essencial também é participação de professores e técnicos que precisam vivenciar o processo de autoavaliação e apontar sugestões para melhoria do curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) da FACSAT, nos termos de suas atribuições, irá trabalhar em ações permanentes de organização e acompanhamento do processo de avaliação do projeto pedagógico, envolvendo os sujeitos partícipes do curso: docentes, técnicos e discentes, conforme estabelecido no Regulamento do Ensino de Graduação da Unifesspa e membros da sociedade cível, importantes para a construção crítica e compromissada do curso na região.

Nas reuniões do Núcleo Docente Estruturante, o conjunto de docentes avalia, entre outros elementos, o andamento do processo pedagógico, além de reformas no Projeto Pedagógico do Curso (cf. item abaixo).

Por outro lado, a representação discente faz parte das reuniões ordinárias do Conselho da Faculdade, onde suas reclamações e sugestões são contempladas, analisadas e deliberadas.

Além desses elementos que operam cotidianamente na formação do conhecimento do curso sobre si mesmo, atualmente são três mecanismos – institucionais e interinstitucionais – que atuam no processo de avaliação do ensino.

Entre os mecanismos externos de avaliação, os discentes e, nesse sentido, o curso de Licenciatura em Ciências Sociais está submetido às avaliações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Além do ENADE, também as avaliações regulares do MEC fazem parte dos mecanismos externos que possibilitam o autoconhecimento do curso.

Desde outubro de 2014, foi instituída na Unifesspa a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que se encontra em fase de organização e planejamento, não obstante já contarem com uma plataforma própria e terem levado a cabo algumas ações pontuais, como questionários submetidos aos discentes.

Os resultados dessas avaliações institucionais e interinstitucionais nos dão subsídios para a avaliação de nosso Projeto Pedagógico e as reformas que são efetivadas. Exemplo disso é a construção levada a cabo – pela FACSAT e a SINFR (Secretaria de Infraestrutura da Unifesspa) – dos Gabinetes

de Trabalho necessários para as atividades ordinárias de nosso corpo docente, e que é também um item de avaliação do curso pelo MEC.

Quanto ao aspecto propriamente acadêmico, o Núcleo Docente Estruturante se encontra periodicamente – duas vezes por mês – para avaliar as possibilidades de aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso. Segundo Resolução do CONSEPE (decidida no dia 23 de março de 2015), os integrantes dos NDE dispõem de liberação de carga horária de 02 horas semanais para esse processo de autoavaliação.

8 INFRAESTRUTURA

8.1 Docentes

A FACSAT possui em seu quadro docente nove (09) docentes efetivos. Os nove (09) docentes estão na condição de regime de trabalho de quarenta (40) horas e Dedicção Exclusiva. No que se refere à titulação, a faculdade conta com sete (07) profissionais docentes com doutorado e os demais com titulação a nível de mestrado. São eles (as):

DOCENTE	ÁREA DO SABER	REGIME DE TRABALHO	SITUAÇÃO ESPECIAL
Dr. André Augusto Inoue Oda	Teoria Social e Teoria Política	DE	
Dra. Célia Regina Congilio	Ciência Política	DE	
Dr. Cloves Barbosa	Sociologia	DE	
Dra. Edma do Socorro Silva Moreira	Sociologia	DE	
Dra. Gisela Macambira Villacorta	Antropologia	DE	
Dra. Joseline Simone Barreto Trindade	Antropologia	DE	
Dra. Marilza Sales Costa	Ciência Política	DE	
M. Sc. Raimundo Wanderley Correa Padilha	Educação	DE	-
M. Sc. Simone Cristina Contente Padilha	Metodologia	DE	Afastamento

* A Prof.^a Simone Contente está temporariamente afastada para realização de seu Doutorado em Economia na UFRRJ e foi substituída, em 2016, pela Prof.^a Ms. Vanessa Frazão, contratada através de Processo Seletivo Simplificado.

8.2 Técnicos

A FACSAT conta, desde o primeiro semestre de 2015, com um TAE (Técnico Administrativo em Educação) concursado e dedicado à organização administrativa da Faculdade junto à Direção e Coordenações de Curso.

Rudson Resplandes Orlando	Graduando em Engenharia de Minas e Meio Ambiente (Unifesspa)
---------------------------	--

A FACSAT conta com um discente bolsista que executa tarefas limitadas, como organização do arquivo e atendimento aos discentes do curso.

Temos a demanda de um segundo TAE para que possamos dar conta das incontáveis tarefas, particularmente acumuladas pela total ausência de TAEs desde a fundação da FACSAT, ausência essa que foi apenas parcialmente sanada em março de 2015 com a admissão do Técnico Rudson Resplandes. Para darmos conta do grande volume de tarefas que nos desafia, pleiteamos uma segunda vaga para um TAE. Assim poderemos dividir as tarefas entre a parte especificamente acadêmica – registro dos alunos, organização de eventos acadêmicos intra e extra-salas, organização das atividades de estágio, etc. –, e outra parte para os aspectos especificamente administrativos – compromissos da Faculdade com as Pró-reitorias e outras instâncias da Administração Superior, comunicação com outras Faculdades e Institutos, registro das atividades nos sistemas eletrônicos, demanda de materiais e serviços, controle de gastos e prestação de contas, organização dos arquivos passados, etc.

8.3 Instalações

A Faculdade de Ciências Sociais está localizada no Campus I da Unifesspa, dispõe de seis (06) ambientes que, por meio de divisórias, foram transformados em treze (13) ambientes de trabalho.

Esses ambientes de trabalho estão do seguinte modo divididos: três (3) salas de aula, cinco (5) gabinetes de trabalho à disposição de todo o corpo docente, duas (2) salas para as Coordenações de curso e Diretoria e Vice-diretoria da Faculdade, uma (1) Sala de convívio dos Professores, uma (1) sala reservada para o trabalho de nosso(s) técnico(s) administrativo(s) em Educação e também para o atendimento ao público, e um (1) espaço onde pretendemos organizar uma Sala de Estudos e Informática para nosso corpo discente. Todos esses espaços têm como finalidade precípua o desenvolvimento de atividades acadêmicas e administrativas da Licenciatura em Ciências Sociais.

A FACSAT tem, em andamento, um projeto de implantação de uma Sala de Estudos e Informática na edificação defronte às Salas 04 e 05 da Unidade I do Campus Marabá, onde pretendemos contar com 10 computadores “all-in-one”, mesas de estudos e bolsistas encarregados de administrar os equipamentos para uso didático nas aulas e para as pesquisas individuais dos discentes.

Dispomos de cinco (5) gabinetes de trabalho docentes, dois em uma sala e três em outra, para atender ao leque de atividades docentes que acontecem no espaço acadêmico, incluindo-se aqui

orientações, preparação de aula, pesquisa e produção científica, empréstimo do espaço para bolsistas dos docentes, etc.

A Sala de Docentes da FACSAT – onde ocorrem as reuniões de trabalho do Conselho da Faculdade e do Núcleo Docente Estruturante – está localizada junto à Secretaria, dispendo de uma mesa ovalada e 12 cadeiras.

A Faculdade dispõe de espaços físicos em uso e demanda de ampliação conforme o quadro a seguir:

SITUAÇÃO ATUAL	QUANTIDADE	DEMANDA
Salas de aula	03	06
Salas para Administração	02	02
Sala para reuniões dos docentes	01	01
Sala de apoio a discentes com necessidades especiais	00	01
Biblioteca Setorial	00	01
Sala de Estudos e Informática (em implantação)	01	01
Gabinete de trabalho dos docentes	05	10
TOTAL	12	22

8.4 Recursos

Em uma das salas funciona a Secretaria da Faculdade com (04) mesas, quatro (04) armários, (20) cadeiras e três aparelhos de ar-condicionado. Ao fundo, temos gabinetes próprios para a Coordenação de Curso e a Direção da Faculdade. A FACSAT conta com 3 Datashows, 1 amplificador de som, 3 PCs; com 02 notebooks, duas impressoras; além da miscelânea de materiais didáticos e de escritório.

QUADRO : LISTA DE EQUIPAMENTOS DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.

QT	MATERIAL/Equipamento	TOMBO
1	Bebedouro	2015014058
1	Impressora HP P1606dn	2015007106
1	IMPRESSORA Samsung	
3	COMPUTADORES HP	2015007653
1	ARMÁRIO DE AÇO 2 PORTAS	
3	ARMÁRIOS DE AÇO 4 GAVETAS	2015012719/2015012693/2015012698

1	APARELHO DE TELEFONE	2015013991
1	CADEIRA CINZA DE RODAS GRANDE	
2	CADEIRAS CINZAS DE RODAS PEQUENAS	
1	PONTO DE ACESSO	213521
1	NOTEBOOK POSITIVO	
2	NOTEBOOK HP	2016006684
3	Datashow	
2	MONITORES HP	
1	MONITOR POSITIVO	
1	COMPUTADOR POSITIVO	
2	ESTABILIZADORES	2016001792/2016001791/2015000176
7	CADEIRAS VERMELHAS	
11	CADEIRAS PRETAS	
3	CADEIRAS PRETAS COM RODAS	
1	Caixa de som	
6	Mesas	Sem identificação

9. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Mariano de. **A educação superior no Brasil**. São Paulo: Humus, 2006.

BRASIL. FUNAI. **Dados demográficos das populações indígenas**. Coordenação Regional da Funai do Baixo Tocantins. 2016

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: < <http://indigenas.ibge.gov.br> > Acesso: setembro de 2016.

EMMI, Maria Emília. **A Oligarquia do Tocantins**. Belém: Paka-Tatú, 1999.

FCP - Fundação Cultural Palmares. Portaria 98/2007. Disponível em < <http://www.palmares.gov.br> > Acesso em maio de 2015

HEBETTE, Jean. **Cruzando fronteiras: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I, II, III, e, IV. Belém: Universitária, 1996.

HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás**. Trad.: Jungmann, R. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

PALHANO, Antônio José Ribas. **Apontamentos educacionais**. São Paulo: Cidade Express, 2007.

PNCSA. Boletim “O direito de dizer Não à Hidrelétrica de Marabá”. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Belém. 2010.

Projeto Político Pedagógico. Marabá. IFPA rural. 2012

10. ANEXOS

Anexo I: Atas de aprovação do PPC



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS (FACSAT)
Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n. Marabá – Pará CEP: 68507-590.
Telefone: (94) 2101.7106 – Fax: (94) 2101.7106

1
2
3
4

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA – TOCANTINS DO QUINZE DE MARÇO DE 2017.

5 Aos quinze de março de dois mil e dezessete, na sala dos professores da FACSAT, a partir das
6 09:30 horas, teve início a reunião ordinária do Núcleo Docente Estruturante da Faculdade de
7 Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, com a presença dos (as) docentes, Joseline Simone
8 Barreto Trindade, diretora da Faculdade, André Augusto Inoue Oda, vice-diretor da Faculdade,
9 Marilza Sales Costa, Célia Regina Congílio, Clóves Barbosa, Edma Silva Moreira, Raimundo
10 Wanderley Correa Padilha e o secretário acadêmico da Faculdade, Rudson Resplandes Orlando.
11 Estava ausente a professora Gisela Macambira Villacorta. A reunião tratou dos seguintes pontos
12 de pauta: 1) Informes do PPC. 2) Aprovação do PPC do curso de Ciências Sociais Licenciatura
13 2014 -2015 e Licenciatura 2017. Primeiramente, a profa. Joseline iniciou a reunião,
14 apresentando os pontos de pauta. Em seguida, deu início ao primeiro ponto de pauta. Não
15 houve informes. No segundo ponto de pauta, foi apresentado os PPC, e informado que circulou
16 o PPC entre os docentes, para que dessem suas devidas contribuições, e assim poder concluir a
17 versão final do projeto. Dado continuidade, o PPC de Licenciatura 2014-2015 foi aprovado pelo
18 Núcleo Docente Estruturante da faculdade. Posteriormente, foi discutido acerca do PPC
19 Licenciatura 2017, então a profa. Marilza solicitou a inclusão da sua linha de pesquisa no item
20 inclusão social e políticas afirmativas do PPC, e foi acatada a inclusão, e procedido a alteração
21 no devido texto. Em seguida o prof. Clóves propôs incluir a disciplina Fundamento Filosóficos da
22 Educação, então, foi aprovado pelo NDE a inclusão da disciplina e procedida a mudança no PPC.
23 Após esclarecimentos, o PPC de Licenciatura 2017 foi apreciado e aprovado pelo Núcleo Docente
24 Estruturante da faculdade. Posteriormente, foi solicitado pela faculdade a todos os professores
25 os documentos de cada um, currículo Lattes comprovados e diplomas. Nada mais, havendo a
26 tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Rudson Resplandes Orlando, lavrei esta ata que está
27 assinada por todos os presentes.

28

Marabá, 15 março de 2017.

29

Clóves Barbosa 

30

Marilza Sales Costa 

31

Célia Regina Congílio 

32

Joseline Simone Barreto Trindade 

33

Raimundo Wanderley Correa Padilha 

34

Rudson Resplandes Orlando (Técnico) 

35

André Augusto Inoue Oda 

36

Edma do Socorro Silva Moreira 



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS (FACSAT)
Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n. Marabá – Pará CEP: 68507-590.
Telefone: (94) 2101.7106 – Fax: (94) 2101.7106

1
2
3
4

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO
ARAGUAIA – TOCANTINS DO QUINZE DE
MARÇO DE 2017.

5 Aos quinze de março de dois mil e dezessete, na sala dos professores da FACSAT, a partir das
6 10:00 horas, teve início a reunião ordinária do Conselho da Faculdade de Ciências Sociais do
7 Araguaia-Tocantins, com a presença dos (as) docentes, Joseline Simone Barreto Trindade,
8 diretora da Faculdade, André Augusto Inoue Oda, vice-diretor da Faculdade, Marilza Sales Costa,
9 Célia Regina Congílio, Clóves Barbosa, Edma Silva Moreira, Raimundo Wanderley Correa Padilha
10 e o secretário acadêmico da Faculdade, Rudson Resplandes Orlando. Estava ausente a
11 professora Gisela Macambira Villacorta. A reunião tratou do seguinte ponto de pauta único: 1)
12 Aprovação do PPC do curso de Ciências Sociais Licenciatura 2014 -2015 e Licenciatura 2017.
13 Primeiramente, a profa. Joseline iniciou a reunião, apresentando o ponto de pauta. Em seguida,
14 deu início ao primeiro ponto de pauta. Foi apresentado os PPC, e informado que circulou o PPC
15 entre os docentes, para que dessem suas devidas contribuições, e assim poder concluir a versão
16 final do projeto. Dado continuidade, o PPC de Licenciatura 2014-2015 foi aprovado pelo
17 conselho da faculdade. Posteriormente, foi discutido acerca do PPC Licenciatura 2017, após
18 esclarecimentos, o PPC foi apreciado e aprovado pelo conselho da faculdade. Nada mais,
19 havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, Rudson Resplandes Orlando, lavrei esta ata que
20 está assinada por todos os presentes.

21

Marabá, 15 março de 2017.

22

Clóves Barbosa

23

Marilza Sales Costa

24

Célia Regina Congílio

25

Joseline Simone Barreto Trindade

26

Raimundo Wanderley Correa Padilha

27

Rudson Resplandes Orlando (Técnico)

28

André Augusto Inoue Oda

29

Edma do Socorro Silva Moreira

Anexo II: Desenho Curricular

Eixo de Formação Específica	Teoria Sociológica I	68
	Teoria Sociológica II	68
	Teoria Sociológica III	68
	Teoria Sociológica IV	68
	Teoria Antropológica I	68
	Teoria Antropológica II	68
	Teoria Antropológica III	68
	Teoria Antropológica IV	68
	Teoria Política I	68
	Teoria Política II	68
	Teoria Política III	68
	Teoria Política IV	68
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68
	Fundamentos Filosóficos da Educação	68

Eixo de formação complementar	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68
	Didática	68
	Política educacional	68
	Formação histórica do mundo contemporâneo	68
	Formação social, econômica e política do Brasil	68
	Formação social, econômica e política da Amazônia	68
	Etnologia indígena	68
	Relações étnico-raciais	68
	Sociologia da educação	68
	Antropologia da educação	68
	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68
	LIBRAS	68

Eixo de formação livre	[Formação livre I] (*)	68
	[Formação livre II] (*)	68

	[Formação livre III] (*)	68
	[Formação livre IV] (*)	68

Estágios	Estágio Supervisionado de Docência I	100
	Estágio Supervisionado de Docência II	100
	Estágio Supervisionado de Docência III	100
	Estágio Supervisionado de Docência IV	100

Sub-total disciplinas (*)	2780
Atividades complementares (*)	200
Trabalho de Conclusão de Curso	520
Total Carga horária	3500

Disciplinas da Formação Livre (Optativas)	Religião e Sociedade	68
	Teoria e Pesquisa sobre Violência	68
	Estudos de Povos Indígenas	68
	Questões urbanas: Teorias e Métodos	68
	Instituições Políticas Brasileiras	68
	Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68
	Pensamento Social Brasileiro	68
	Tópicos Temáticos em Antropologia	68
	Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68
	Conflitos Sociais: Terra e Território	68
	Tecnologia, trabalho e sociedade	68
	Estado, movimentos sociais e políticas públicas	68

(*) O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, como salientado no capítulo sobre nossa organização curricular, obedece à estruturação por Eixos de Formação (Específica, Complementar e Livre) recomendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, e detalhada no Parecer nº 492/2001, CNE/CP/MEC. A estruturação do curso nesses moldes não entra em conflito com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial (Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC). Devemos constatar que os conteúdos pedagógicos trabalhados nas disciplinas obrigatórias e optativas orientam-se diretamente ao fortalecimento dos conhecimentos necessários para a prática de ensino em Ciências Sociais. Nessas disciplinas, portanto, estão abrangidos os conteúdos preconizados no Núcleo de formação geral (Art. 12, Inciso I da Resolução supracitada) e no Núcleo de aprofundamento e diversificação de conteúdos (Art. 12, Inciso II desta Resolução). Deve-se também levar em conta que, na carga horária prática total nas disciplinas do curso, que somam 544 horas, está contido nosso comprometimento com a formação de educadores, atendendo ao disposto no Inciso I, do Art. 13 desta Resolução. Algo reforçado pela exigência de que os formandos da Licenciatura em Ciências Sociais elaborem de um plano de aula com base nos achados de pesquisa e concretizem-no na forma de apresentação didática no momento da Defesa Pública do TCC. Do mesmo modo, a exigência de 200 horas de "atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes" (DCN para a formação inicial em nível superior, Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC) é cumprida tanto pela oferta de disciplinas do Eixo de Formação Livre (disciplinas optativas) quanto pela exigência de 200 horas de Atividades Complementares.

Anexo III: Contabilidade Acadêmica (por Semestres)

Unidade responsável pela oferta		Atividades curriculares	Carga horária				
			Total do período letivo (em horas)	Semanal			
				Teórica	Prática	Extensão	Total (horas)
FACSAT	1º semestre	Teoria Sociológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política I	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais I	68	4	0	0	4
FACSAT		Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68	0	4	0	4
FACSAT	2º semestre	Teoria Sociológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política II	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais II	68	4	0	0	4
FACED		Didática	68	2	1	1	4
FACSAT	3º semestre	Teoria Sociológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política III	68	4	0	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	2	2	0	4
FACSAT		Fundamentos Filosóficos da Educação	68	4	0	0	4
FACSAT	4º semestre	Teoria Sociológica IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica IV	68	4	0	0	4

FACSAT		Teoria Política IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	2	2	0	4
FACSAT		Formação histórica do mundo contemporâneo	68	3	1	0	4
FACSAT	5º semestre	Formação social, econômica e política do Brasil	68	3	1	0	4
FACSAT		Formação social, econômica e política da Amazônia	68	3	1	0	4
FACSAT		Estágio Supervisionado de Docência I	100	0	0	6	6
FACSAT		Etnologia indígena	68	2	2	0	4
FACSAT		Relações étnico-raciais	68	2	1	1	4
FACSAT	6º semestre	[Formação Livre I] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		[Formação Livre II] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		Estágio Supervisionado de Docência II	100	0	0	6	6
FACSAT		Sociologia da educação	68	2	1	1	4
FACSAT		Antropologia da educação	68	2	1	1	4
FACSAT	7º semestre	[Formação Livre III] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		[Formação Livre IV] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		Estágio Supervisionado de Docência III	100	0	0	6	6
FACSAT		Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68	2	1	1	4
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	0	4
FACSAT	8º semestre	Estágio Supervisionado de Docência IV	100	0	0	6	
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	0	
FACSAT		Trabalho de Conclusão de Curso I (*)	226				
FACSAT - FACED		Política Educacional	68	1	2	1	4
FACED	9º semestre	LIBRAS	68	2	0	2	4

FACSAT		Trabalho de Conclusão de Curso II (*)	294				
--------	--	---------------------------------------	-----	--	--	--	--

Carga horária teórica (disciplinas, sem TCC)	1632
Carga horária prática (disciplinas, sem TCC) (*)	544
Carga horária extensão (disciplinas, sem TCC)	604

Atividades complementares (*)	200
Total de horas	3500

(*) O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, como salientado no capítulo sobre nossa organização curricular, obedece à estruturação por Eixos de Formação (Específica, Complementar e Livre) recomendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, e detalhada no Parecer nº 492/2001, CNE/CP/MEC. A estruturação do curso nesses moldes não entra em conflito com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial (Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC). Devemos constatar que os conteúdos pedagógicos trabalhados nas disciplinas obrigatórias e optativas orientam-se diretamente ao fortalecimento dos conhecimentos necessários para a prática de ensino em Ciências Sociais. Nessas disciplinas, portanto, estão abrangidos os conteúdos preconizados no Núcleo de formação geral (Art. 12, Inciso I da Resolução supracitada) e no Núcleo de aprofundamento e diversificação de conteúdos (Art. 12, Inciso II desta Resolução). Deve-se também levar em conta que, na carga horária prática total nas disciplinas do curso, que somam 544 horas, está contido nosso comprometimento com a formação de educadores, atendendo ao disposto no Inciso I, do Art. 13 desta Resolução. Algo reforçado pela exigência de que os formandos da Licenciatura em Ciências Sociais elaborem de um plano de aula com base nos achados de pesquisa e concretizem-no na forma de apresentação didática no momento da Defesa Pública do TCC. Do mesmo modo, a exigência de 200 horas de "atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes" (DCN para a formação inicial em nível superior, Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC) é cumprida tanto pela oferta de disciplinas do Eixo de Formação Livre (disciplinas optativas) quanto pela exigência de 200 horas de Atividades Complementares.

Anexo IV: Contabilidade Acadêmica (por Eixos de Formação)

Unidade responsável pela oferta		Atividades curriculares	Carga horária				
			Total do período letivo (em horas)	Semanal (horas)			
				Teórica	Prática	Extensão	Total
FACSAT	Eixo de Formação Específica	Teoria Sociológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Sociológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Sociológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Sociológica IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais I	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais II	68	4	0	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	2	2	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	2	2	0	4
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68	0	4	0	4
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	0	4
FACSAT		Fundamentos Filosóficos da Educação	68	4	0	0	4
ICH		Eixo de formação complementar	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68	0	4	0
ICH	Didática		68	2	1	1	4
ICH	Formação histórica do mundo contemporâneo		68	3	1	0	4
ICH	Formação social, econômica e política do Brasil		68	3	1	0	4

ICH		Formação social, econômica e política da Amazônia	68	3	1	0	4
FACSAT		Etnologia indígena	68	2	2	0	4
ICH		Relações étnico-raciais	68	2	1	1	4
ICH		Sociologia da educação	68	2	1	1	4
ICH		Antropologia da educação	68	2	1	1	4
ICH		Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68	2	1	1	4
Unifesspa		LIBRAS	68	2	0	2	4
FACSAT-FACED		Política educacional	68	1	2	1	4

ICH	Eixo de formação livre	[Formação livre I] (*)	68	2	1	1	4
ICH		[Formação livre II] (*)	68	2	1	1	4
ICH		[Formação livre III] (*)	68	2	1	1	4
ICH		[Formação livre IV] (*)	68	2	1	1	4

ICH	Estágios	Estágio Supervisionado de Docência I	100	0	0	6	6
ICH		Estágio Supervisionado de Docência II	100	0	0	6	6
ICH		Estágio Supervisionado de Docência III	100	0	0	6	6
ICH		Estágio Supervisionado de Docência IV	100	0	0	6	6

Carga horária teórica (disciplinas)	1632
Carga horária prática (disciplinas) (*)	544
Carga horária extensão (disciplinas)	604
Sub-total disciplinas	2780
Atividades complementares (*)	200
Trabalho de Conclusão de Curso (*)	520
Total Carga horária	3500

(*)O curso de Licenciatura em Ciências Sociais, como salientado no capítulo sobre nossa organização curricular, obedece à estruturação por Eixos de Formação (Específica, Complementar e Livre) recomendada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação, e detalhada no Parecer nº 492/2001, CNE/CP/MEC. A estruturação do curso nesses moldes não entra em conflito com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial (Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC). Devemos constatar que os conteúdos pedagógicos trabalhados nas disciplinas obrigatórias e optativas orientam-se diretamente ao fortalecimento dos conhecimentos necessários para a prática de ensino em Ciências Sociais. Nessas disciplinas, portanto, estão abrangidos os conteúdos preconizados no Núcleo de formação geral (Art. 12, Inciso I da Resolução supracitada) e no Núcleo de aprofundamento e diversificação de conteúdos (Art. 12, Inciso II desta Resolução). Deve-se também levar em conta que, na carga horária prática total nas disciplinas do curso, que somam 544 horas, está contido nosso comprometimento com a formação de educadores, atendendo ao disposto no Inciso I, do Art. 13 desta Resolução. Algo reforçado pela exigência de que os formandos da Licenciatura em Ciências Sociais elaborem de um plano de aula com base nos achados de pesquisa e concretizem-no na forma de apresentação didática no momento da Defesa Pública do TCC. Do mesmo modo, a exigência de 200 horas de "atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes" (DCN para a formação inicial em nível superior, Resolução nº 2/2015, CNE/CP/MEC) é cumprida tanto pela oferta de disciplinas do Eixo de Formação Livre (disciplinas optativas) quanto pela exigência de 200 horas de Atividades Complementares.

Anexo V: Atividades curriculares por período letivo

Períodos	Disciplinas	Carga Horária
1º semestre	Teoria Sociológica I	68
	Teoria Antropológica I	68
	Teoria Política I	68
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68
	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68
	Subtotal	340
2º semestre	Teoria Sociológica II	68
	Teoria Antropológica II	68
	Teoria Política II	68
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68
	Didática	68
	Subtotal	340
3º semestre	Teoria Sociológica III	68
	Teoria Antropológica III	68
	Teoria Política III	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68
	Fundamentos Filosóficos da Educação	68
	Subtotal	340
4º semestre	Teoria Sociológica IV	68
	Teoria Antropológica IV	68
	Teoria Política IV	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68
	Formação histórica do mundo contemporâneo	68
	Subtotal	340
5º semestre	Formação social, econômica e política do Brasil	68
	Formação social, econômica e política da Amazônia	68
	Estágio Supervisionado de Docência I	100
	Etnologia indígena	68
	Relações étnico-raciais	68
	Subtotal	372
6º semestre	[Formação Livre I]	68
	[Formação Livre II]	68
	Estágio Supervisionado de Docência II	100
	Sociologia da educação	68
	Antropologia da educação	68
	Subtotal	372

7º semestre	[Formação Livre III]	68
	[Formação Livre IV]	68
	Estágio Supervisionado de Docência III	100
	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68
	Subtotal	372
8º semestre	Estágio Supervisionado de Docência IV	100
	Política educacional	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68
	Subtotal	168
9º semestre	LIBRAS	68
	Subtotal	68
	Sub-total de disciplinas	2780
Atividades complementares		200
Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC		520
Total de horas		3500

Disciplinas da Formação Livre

Religião e Sociedade	68h
Teoria e Pesquisa sobre Violência	68h
Estudos de Povos Indígenas	68h
Questões urbanas: Teorias e Métodos	68h
Instituições Políticas Brasileiras	68h
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68h
Pensamento Social Brasileiro	68h
Tópicos Temáticos em Antropologia	68h
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68h
Conflitos Sociais: Terra e Território	68h
Tecnologia, trabalho e sociedade	68h
Estado, movimentos sociais e políticas públicas	68h

Anexo VI: Demonstrativo das atividades curriculares por competências e habilidades

trabalhadas

Competência 1: Domínio da bibliografia teórica e metodologia básica

Competência 2: Autonomia intelectual

Competência 3: Capacidade analítica

Competência 4: Articulação entre teoria, pesquisa e prática social

Competência 5: Compromisso social

Competência 6: Competência na utilização da informática

Competência 7: Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio

Competência 8: Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino

Disciplina	Competências e habilidades trabalhadas
Teoria Sociológica I	01, 02, 03, 07
Teoria Sociológica II	01, 02, 03, 07
Teoria Sociológica III	01, 02, 03, 07
Teoria Sociológica IV	01, 02, 03, 07
Teoria Antropológica I	01, 02, 03, 07
Teoria Antropológica II	01, 02, 03, 07
Teoria Antropológica III	01, 02, 03, 07
Teoria Antropológica IV	01, 02, 03, 07
Teoria Política I	01, 02, 03, 07
Teoria Política II	01, 02, 03, 07
Teoria Política III	01, 02, 03, 07
Teoria Política IV	01, 02, 03, 07
Epistemologia das Ciências Sociais I	01, 02, 03, 07
Epistemologia das Ciências Sociais II	01, 02, 03, 07
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 06
Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	01, 02, 03, 04, 06
Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	01, 02, 03, 04, 06
Fundamentos Filosóficos da Educação	01, 02, 03, 07
Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	02, 03
Didática	04, 05, 06, 08
Política educacional	04, 05, 08
Formação histórica do mundo contemporâneo	01, 02, 03, 05, 07
Formação social, econômica e política do Brasil	01, 02, 03, 05, 07
Formação social, econômica e política da Amazônia	01, 02, 03, 05, 07
Etnologia indígena	01, 02, 03, 04, 05, 07
Relações étnico-raciais	01, 02, 03, 05, 07

Sociologia da educação	01, 02, 03, 04, 05
Antropologia da educação	01, 02, 03, 04, 05
Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	01, 02, 03, 04, 05, 07
LIBRAS	04, 05, 08
Religião e Sociedade	01, 02, 03, 04, 05, 07
Teoria e Pesquisa sobre Violência	01, 02, 03, 04, 05, 07
Estudos de Povos Indígenas	01, 02, 03, 04, 05, 07
Questões urbanas: Teorias e Métodos	01, 02, 03, 04, 05, 07
Instituições Políticas Brasileiras	01, 02, 03, 04, 05, 07
Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	01, 02, 03, 04, 05, 07
Pensamento Social Brasileiro	01, 02, 03, 04, 05, 07
Tópicos Temáticos em Antropologia	01, 02, 03, 04, 05, 07
Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	01, 02, 03, 04, 05, 07
Conflitos Sociais: Terra e Território	01, 02, 03, 04, 05, 07
Tecnologia, trabalho e sociedade	01, 02, 03, 04, 05, 06, 07
Estado, movimentos sociais e políticas públicas	01, 02, 03, 04, 05, 07
Estágio supervisionado de docência I	01, 02, 03, 04, 05, 07, 08
Estágio supervisionado de docência II	01, 02, 03, 04, 05, 07, 08
Estágio supervisionado de docência III	01, 02, 03, 04, 05, 07, 08
Estágio supervisionado de docência IV	01, 02, 03, 04, 05, 07, 08

Anexo VII: Tabela de equivalências referente ao antigo PPC de Licenciatura e Bacharelado (abrange as turmas 2013 e anteriores)

LICENC. + BACH - Turma 2013 pra trás	Lic. 2014-2015	Novo Bacharelado	Nova Licenciatura
Leitura e Produção Textual	ok.	Leitura e produção textual em Ciências Sociais	Leitura e produção textual em Ciências Sociais
Fundamentos do Conhecimento Científico	ok.	Epistemologia das Ciências Sociais I	Epistemologia das Ciências Sociais I
Fundamentos das Ciências Sociais	Introdução às Ciências Sociais	Epistemologia das Ciências Sociais II	Epistemologia das Ciências Sociais II
Fundamentos Filosóficos da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Formação Histórica do Pensamento Político Social Brasileiro	Pensamento social brasileiro	Pensamento social brasileiro [Eixo de formação livre]	Pensamento social brasileiro [Eixo de formação livre]
Sociologia Durkheimiana	Teoria sociológica I	Teoria sociológica I	Teoria sociológica I
Teorias Políticas Clássicas I	Teoria política I	Teoria política I	Teoria política I
Teorias Antropológicas	Teoria antropológica II	Teoria antropológica II	Teoria antropológica II
Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais I	(não há equivalente)	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I
Economia Política I	(não há equivalente)	Economia política	Economia política
Teorias Sociológicas da Educação	Sociologia da educação	Sociologia da educação [Eixo de formação livre]	Sociologia da educação
Economia Política II	(não há equivalente)	Economia política	Economia política
Teorias Políticas Clássicas II	Teoria política II	Teoria política II	Teoria política II
Estatística Aplicada às Ciências Sociais	Estatística descritiva para as Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II
Diversidade Cultural Brasileira	Teoria antropológica I	Teoria antropológica I	Teoria antropológica I
Sociologia Weberiana	Teoria sociológica II	Teoria sociológica II	Teoria sociológica II
Organização Social e Parentesco	Etnologia indígena e políticas indigenistas	Etnologia indígena	Etnologia indígena
Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas no Brasil	(não há equivalente)	Estado, movimentos sociais e políticas públicas	Estado, movimentos sociais e políticas públicas
Psicologia da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Antropologia Educacional	ok.	Antropologia da educação [Eixo de formação livre]	Antropologia da educação
Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais II	(não há equivalente)	LAPEX I - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciê	(não há equivalente)
Didática Geral	Didática do ensino nas Ciências Sociais	(não há equivalente)	Didática
Teorias Políticas Contemporâneas	ok.	Teoria política IV	Teoria política IV
Tecnologia e Sociedade	ok.	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação li
Geografia Humana e Econômica: Meio Ambiente e Sociedade	Formação histórica e social da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia
Sociologia Marxista	Teoria sociológica III	Teoria sociológica III	Teoria sociológica III
Antropologia da Religião	(não há equivalente)	Religião e sociedade [Eixo de formação livre]	Religião e sociedade [Eixo de formação livre]
Sociologia do Trabalho	(não há equivalente)	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação li
Teoria Sociológica Contemporânea	ok.	Teoria sociológica IV	Teoria sociológica IV
Política Brasileira	(não há equivalente)	Instituições políticas brasileiras [Eixo de formação li	Instituições políticas brasileiras [Eixo de formação livr
Estágio de Docência I	Estágio supervisionado de docência I	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência I
Sócia-Antropologia Rural	Sociologia rural	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação I
Etnologia Indígena	Etnologia indígena e políticas indigenistas	ok.	ok.
Sociologia Econômica	(não há equivalente)	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Política Educacional	ok.	(não há equivalente)	ok.
Estágio de Docência II	Estágio supervisionado de docência II	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência II
Socio-Antropologia Urbana	Sociologia urbana	Questões urbanas: teorias e métodos [Eixo de forma	Questões urbanas: teorias e métodos [Eixo de formaç
Sistemas partidários e eleitorais no Brasil	(não há equivalente)	Sistemas partidários e eleitorais no Brasil [Eixo de fo	Sistemas partidários e eleitorais no Brasil [Eixo de for
Políticas e Relações Internacionais	Formação histórica do mundo contemporâneo	Formação histórica do mundo contemporâneo	Formação histórica do mundo contemporâneo
Antropologia Econômica	Teoria antropológica III	Teoria antropológica III	Teoria antropológica III
Estágio de Docência III	Estágio supervisionado de docência III	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência III
Tópicos Temáticos em Ciências Sociais	(não há equivalente)	LAPEX II - Laboratório de pesquisa e extensão em Ciê	(não há equivalente)
Estágio de Docência IV	Estágio supervisionado de docência IV	(não há equivalente)	Estágio supervisionado de docência IV
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	ok.	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusã	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusã
Fundamentos da Educação Especial/Linguagem Brasileira de	ok.	(não há equivalente)	ok.

Anexo VIII: Tabela de equivalências referente ao antigo PPC de Licenciatura (abrange as turmas 2014 e 2015)

LICENCIATURA - Turmas 2014 e 2015	Novo Bacharelado	Nova Licenciatura
Introdução às Ciências Sociais	Epistemologia das Ciências Sociais I	Epistemologia das Ciências Sociais I
Fundamentos do Conhecimento Científico	Epistemologia das Ciências Sociais II	Epistemologia das Ciências Sociais II
Fundamentos Filosóficos da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Formação Histórica do Mundo Contemporâneo	ok.	ok
Leitura e Produção Textual em Ciências Sociais	ok.	ok.
Teoria Sociológica I	ok.	ok.
Teoria Antropológica I	ok.	ok.
Teoria Política I	ok.	ok.
Formação Histórica e Social do Brasil	Formação social, econômica e política do Brasil	Formação social, econômica e política do Brasil
Estatística Descritiva para as Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II
Teoria Sociológica II	ok.	ok.
Teoria Antropológica II	ok.	ok.
Teoria Política II	ok.	ok.
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais I	LAPEX I - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciências Sociais	(não há equivalente)
Sociologia da Educação	ok. [Eixo de formação livre]	ok.
Teoria Sociológica III	ok.	ok.
Teoria Antropológica III	ok.	ok.
Teoria Política III	ok.	ok.
Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais II	LAPEX II - Laboratório de pesquisa e extensão nas Ciências Sociais	(não há equivalente)
Antropologia Educacional	Antropologia da educação [Eixo de formação livre]	Antropologia da educação
Teorias Sociológicas Contemporâneas	Teoria sociológica IV	Teoria sociológica IV
Teorias Antropológicas Contemporâneas	Teoria antropológica IV	Teoria antropológica IV
Teorias Políticas Contemporâneas	Teoria política IV	Teoria política IV
Estágio Supervisionado de Docência I	(não há equivalente)	ok.
Tecnologia e Sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade	Tecnologia, trabalho e sociedade [Eixo de formação livre]
Pesquisa Educacional	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Política Educacional	(não há equivalente)	ok.
Psicologia da Educação	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Pensamento Social Brasileiro	ok. [Eixo de formação livre]	ok. [Eixo de formação livre]
Estágio Supervisionado de Docência II	(não há equivalente)	ok.
Etnologia Indígena e Políticas Indigenistas	Etnologia indígena	Etnologia indígena
Sociologia Rural	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação livre]	Conflitos sociais: terra e território [Eixo de formação livre]
Didática do Ensino das Ciências Sociais	(não há equivalente)	Didática
Formação Histórica e Social da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia	Formação social, econômica e política da Amazônia
Estágio Supervisionado de Docência III	(não há equivalente)	ok.
História e Cultura Afro-Brasileira	Relações étnico-raciais	Relações étnico-raciais
Sociologia Urbana	Questões urbanas: teoria e métodos [Eixo de formação livre]	Questões urbanas: teoria e métodos [Eixo de formação livre]
Sociologia da Infância e Adolescência	(não há equivalente)	(não há equivalente)
Fundamentos da Língua Brasileira de Sinais	(não há equivalente)	ok.
Estágio Supervisionado de Docência IV	(não há equivalente)	ok.
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão de Curso	Elaboração, defesa e exame do Trabalho de Conclusão de Curso

Anexo IX. Representação Gráfica do Perfil de Formação

	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3	Disciplina 4	Disciplina 5
1º semestre	Teoria Sociológica I	Teoria Antropológica I	Teoria Política I	Epistemologia das Ciências Sociais I	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais
2º semestre	Teoria Sociológica II	Teoria Antropológica II	Teoria Política II	Epistemologia das Ciências Sociais II	Didática
3º semestre	Teoria Sociológica III	Teoria Antropológica III	Teoria Política III	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	Fundamentos Filosóficos da Educação
4º semestre	Teoria Sociológica IV	Teoria Antropológica IV	Teoria Política IV	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	Formação histórica do mundo contemporâneo
5º semestre	Formação social, econômica e política do Brasil	Formação social, econômica e política da Amazônia	Estágio Supervisionado de Docência I	Etnologia indígena	Relações étnico-raciais
6º semestre	[Formação Livre I]	[Formação Livre II]	Estágio Supervisionado de Docência II	Sociologia da educação	Antropologia da educação
7º semestre	[Formação Livre III]	[Formação Livre IV]	Estágio Supervisionado de Docência III	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I
8º semestre	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	Estágio Supervisionado de Docência IV	Política educacional	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II
9º semestre	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	LIBRAS	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC

Anexo X: Ementas das Disciplinas Curriculares

EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Epistemologia das Ciências Sociais I

Ementa: Fundamentos filosóficos do conhecimento humano. Aspectos da visão de ser humano, sociedade, economia, cultura e educação que contribuíram para fundamentar e subsidiar a produção de conhecimentos nas Ciências Sociais.

Bibliografia básica

ARISTÓTELES. Tópicos. Dos argumentos sofísticos. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
_____. Poética, Organon, Política. Constituição de Atenas. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
KANT, I. Crítica da razão pura. Vol I e Vol. II, 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

Bibliografia complementar

BACON, F. Novum organon ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza. 2. ed. Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2008.
HUSSERL. E. Investigações lógicas (Elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). Coleção Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2005.
MARX, K. Para a crítica da economia política. Coleção os pensadores. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2005.
REALE, G. Aristóteles. Metafísica. Volume I, II e III. São Paulo: Loyola, 2005.
FERNANDES, F. Ensaio de sociologia geral e aplicada. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

Epistemologia das Ciências Sociais II

Ementa: As Ciências Sociais no contexto da modernidade; as principais contribuições de seus antecessores; a construção do objeto nas Ciências Sociais e seus conceitos fundamentais.

Bibliografia básica

BOURDIEU, P., CHAMBOREDON, J.-C., PASSERON, J.-C. Ofício de sociólogo. 8ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015.
COMTE, A. Discurso sobre o espírito positivo. (Coleção Os pensadores). São Paulo: Abril, Nova Cultural, 2005
ROUSSEAU, J.-J. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril, Nova Cultural, 2005

Bibliografia complementar

BERGER, P. & LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 36ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014
COELHO, R. Indivíduo e sociedade na teoria de Auguste Comte. São Paulo: Perspectiva, 2005
FERNANDES, F. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
MARX, K; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007
STAROBINSKI, J. Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Teoria Sociológica I

Ementa: Fundamentos do pensamento sociológico na tradição da sociologia brasileira. Panorama da obra do sociólogo Émile Durkheim. Evolução do pensamento durkheimiano: teoria, método e estudos de caso. Contexto histórico-político francês no século XIX e começo do século XX. A fundação de uma nova disciplina científica e seus percalços. O suicídio e as religiões ditas “primitivas”. Evolução de suas formulações éticas e políticas

Bibliografia básica

- DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015
- DURKHEIM, E. Regras do método sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015
- DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015

Bibliografia complementar

- ALEXANDER, J. (ed) Durkheimian sociology: cultural studies. Cambridge University Press, 1990
- DURKHEIM, E. Lições de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- DURKHEIM, E. O suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015
- DURKHEIM, E. Sociologia e filosofia. Bauru: EDIPRO, 2015
- GIDDENS, A. Política, sociologia e teoria social. São Paulo: Editora da UNESP, 1998

Teoria Sociológica II

Ementa: Conceitos fundamentais da sociologia de Max Weber. Contexto histórico alemão e europeu do final do século XIX e começo do XX. Crítica do racionalismo moderno, teoria do conhecimento e sociologia compreensiva, sociologia histórica, sociologia da ação, sociologia política e da dominação, dilemas éticos na cultura moderna.

Bibliografia básica

- WEBER, M. Economia e sociedade (volume 1): fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Barbosa, R. e Barbosa, K. E. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009
- WEBER, M. Economia e sociedade (volume 2): fundamentos da sociologia compreensiva (Volume 2). Tradução: Barbosa, R. e Barbosa, K. E. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 4ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, 2009
- WEBER, M. Ética protestante e o “espírito” do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

Bibliografia complementar

- MARCUSE, H. Cultura e sociedade, vol. II. Traduzido por Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro e Robespierre de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998
- WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 14ª edição. Tradução Hegenberg, L. & Mota, O. S. São Paulo: Cultrix, 2007
- WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. 17ª edição. São Paulo: Cultrix, 2015
- WEBER, M. Textos selecionados (Coleção Grandes Cientistas Sociais). Organizador: Gabriel Cohn. 6ª edição. São Paulo: Ática, 1997
- WEBER, Marianne S.. Max Weber: uma biografia. Casa Jorge Editorial, 2003

Teoria Sociológica III

Ementa: Fontes constitutivas do materialismo histórico dialético. A constituição da sociedade em classes, os processos sociais de conflito e antagonismo, as relações entre Estado e classes sociais. Crítica marxista ao modo de produção e reprodução social da sociedade capitalista. A concepção do Estado no materialismo histórico e dialético.

Bibliografia básica

- MARX, K. Crítica do Programa de Gotha. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

Bibliografia complementar

- ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Global, 1986.
- MARX, K. As lutas de classes na França. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. Manuscritos econômicos e filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2010.

Teoria Sociológica IV

Ementa: Sociólogos eminentes dos séculos XX e XXI que condicionam os debates contemporâneos na área da sociologia. O novo pensamento social posterior da Segunda Guerra Mundial; as diferentes críticas da razão no século XX e os processos históricos da modernidade na leitura desses autores; a teoria dos campos e as novas leituras sociológicas dos conflitos sociais.

Bibliografia básica

- ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes (vol. I). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 41ª edição. Petrópolis: Vozes, 2015
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. 7ª edição. Trad.: F. Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

Bibliografia complementar

- ADORNO T. W.; HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. Tradução: Kern, D. & Teixeira, G. J. F. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- ELIAS, N. O processo civilizador: formação do estado e civilização (vol. II). Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2013
- FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 15ª edição; organizado e traduzido por R. Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000
- WACQUANT, L. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: F. Bastos, 2001

Teoria Antropológica I

Ementa: O processo de formação da antropologia. Panorama das suas perspectivas fundamentais (evolucionismo, funcionalismo, culturalismo). Conceitos-chave da antropologia: cultura e sociedade,

raça, alteridade, desigualdade, etnocentrismo, relativismo cultural, diferença e identidade, discutindo brevemente a relação entre a antropologia e outras disciplinas (a Antropologia e seus espelhos).

Bibliografia básica

- BOAS, F. Antropologia cultural. 6ª edição. Editora Zahar, 2010
- CASTRO, C. (Org.) Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Jorge Zahar Editor, 2012
- MALINOWSKI, B. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril, 1977. (Coleção Os Pensadores)

Bibliografia complementar

- HARRIS, M A natureza das coisas culturais. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1968.
- LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- LARAIA, R. Cultura: um conceito Antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Partes I e II). *Mana* 3(1): 41-73, 1997
- TAX, S. (org.). Panorama da Antropologia. Brasil: Fundo Cultural, 1996.

Teoria Antropológica II

Ementa: A consolidação da antropologia no campo das Ciências Sociais. As especificidades da abordagem antropológica. A tradição antropológica: os clássicos e suas perguntas sobre o homem, a cultura e a sociedade.

Bibliografia básica

- DUMONT, L. Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações. São Paulo, EDUSP, 1992
- LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 2015
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. São Paulo: Cosac & Naify, 2013

Bibliografia complementar

- DOUGLAS, M. Pureza e perigo. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.
- DURKHEIM, E. e MAUSS, M. Sobre algumas formas primitivas de classificação. In: Durkheim, E. Sociologia, Rodrigues, J.A. (org.), Editora Ática, 1984
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer. São Paulo: Perspectiva, 2014
- LEVI-STRAUSS, C. Antropologia Estrutural I. São Paulo: Cosac & Naify, 2013
- VIVEIROS DE CASTRO, E. Antropologia do Parentesco - Estudos Ameríndios, Rio de Janeiro, UFRJ, 1995

Teoria Antropológica III

Ementa: A diversidade de perspectivas e enfoques da antropologia. Contribuições da Antropologia para análise da sociedade. Processo de formação da antropologia e suas principais abordagens teóricas. Principais tradições teóricas da antropologia clássica da primeira metade do século XX. As principais tendências recentes da Antropologia, com ênfase nas abordagens que marcam a Antropologia a partir da década de 1960.

Bibliografia básica

- MALINOWSKI, Bronislaw. Os Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo, Coleção Os Pensadores, Ed. Victor Civita. 1984
- MEAD, Margareth. Sexo e temperamento. São Paulo. 1988. ed. Perspectiva
- GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008

Bibliografia complementar

- LEVI-STRAUSS, C. O pensamento selvagem. 8ª edição. Trad.: Pellegrini, T. Campinas: Papyrus, 1989
- _____. Tristes trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2015
- GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015
- CLIFFORD, J. A experiência etnográfica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1988
- GODELIER, M. O enigma do dom. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001
- Wolf, E, Antropologia e poder. Brasília: Ed. da UnB, 2003.

Teoria Antropológica IV

Ementa: Panorama do pensamento antropológico após a segunda guerra mundial. As diferentes teorias da cultura e a diversificação dos paradigmas antropológicos em reação às escolas clássicas. Teoria antropológica a partir da repercussão e da revisitação da antropologia feita até a primeira metade do século XX. Proposições para as antropologias processuais, históricas, interpretativas e simbólicas. As críticas pós-coloniais e as novas expressões da antropologia. O estruturalismo, os paradigmas clássicos e o método etnográfico a partir das fronteiras entre a(s) antropologia(s) e outras disciplinas. Desdobramentos mais recentes da teoria antropológica: a antropologia interpretativista de Clifford Geertz, as discussões metodológicas da antropologia pós-moderna, a revisitação contemporânea de temas constituintes da disciplina, tais como natureza e cultura, indivíduo e sociedade e as possibilidades de uma antropologia reflexa ou/e simétrica.

Bibliografia básica

SAHLINS, M. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar, 2003
STHARTHEN, Marlyn. O Efeito Etnográfico e outros Ensaios. São Paulo. Ed. Cosac Naify,
WAGNER, Roy. A invenção da Cultura. São Paulo .Cosac Naify, 2010.256 p.

Bibliografia complementar

AUGÉ, Marc. Por uma Antropologia dos Mundos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
Edusp/Perspectiva, 1997.
CLIFFORD, J. A experiência etnográfica, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
GEERTZ, C. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. 12ª edição. Petrópolis: Vozes,
2015
LEVI-STRAUSS, C. O cru e o cozido. Mitológicas I. São Paulo: Cosac & Naify, 2014
SAHLINS, M. Cultura e razão prática. Tradução: Lamarão, S. T. N. São Paulo: Zahar, 2006

Teoria Política I

Ementa: Abordagens clássicas e contemporâneas sobre Democracia, Regimes políticos e Formas de Governo. Apresenta uma gênese da evolução da cidade-estado, suas instituições jurídicas, familiares, econômicas, culturais, políticas. Destaca ainda a formação e desenvolvimento da tradição filosófica ocidental, no exame do pensamento pré-socrático e na análise de obras importantes de Platão e Aristóteles e suas diferenças em relação ao pensamento político moderno.

Bibliografia básica:

ARISTÓTELES. S. A Política. Editora da Universidade de Brasília – Brasília, 1985.
MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Prefácio de R. Aron. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
PLATÃO. A República. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2015

Bibliografia complementar

ARENDT, H. A condição humana. 9ª edição. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense
Universitária, 1999
BOBBIO, N. Estado, governo e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2007
BOBBIO, N. Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro, Elsevier,
2000.
WEFFORT, F. (org.). Os Clássicos da Política, vol. I. 13ª edição. São Paulo, Ática, 2004
WEFFORT, F. (org.). Os Clássicos da Política, vol. II. 13ª edição. São Paulo, Ática, 2004

Teoria Política II

Ementa: Origens do pensamento político moderno. A construção do objeto da Ciência Política. Os pensamentos Jusnaturalistas e Contratualistas: primeiras teorias políticas modernas acerca da natureza do Estado.

Bibliografia básica

HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1997.

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ROUSSEAU, J.J. O contrato social. (coleção Os Pensadores)

Bibliografia complementar

BOBBIO, N. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 2005

BOBBIO, Norberto, MATEUCCI, N. PASQUINO, G. Dicionário de Política. Vols. I e II, 3a ed., Brasília. UnB, 1991.

BRUM TORRES, J. C. Figuras do Estado moderno: elementos para um estudo histórico-conceitual das formas fundamentais de representação política no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010

LOPES, Marcos Antônio. Para Ler os Clássicos do Pensamento Político. Rio de Janeiro, Editora, 2002.

Teoria Política III

Ementa: Aspectos teóricos de duas correntes de pensamento político do século XX: a teoria política socialista marxista, o liberalismo político, Max Weber, Mosca, Pareto e Michels.

Bibliografia básica:

BOTTOMORE, T. As elites e a sociedade. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1974.

BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Trad. Correa, M. Campinas: Papyrus, 1996

BOGO, A. Teoria da Organização Política V.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

Bibliografia complementar

ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985

GRYNSPAN, M. "A teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada". BIB - Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n 41, 1o Sem/1996.

MICHELS, R. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982.

WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações. 8a ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

LÊNIN, V.I. O Estado e a Revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Teoria Política IV

Ementa: Teorias políticas posteriores à segunda guerra mundial. As transformações no interior da teoria política marxista e a emergência de outros autores que sentarão as bases do pensamento político contemporâneo.

Bibliografia básica:

- ARENDDT, H. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MILIBAND, R. O Estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes. 1972.

Bibliografia complementar

- ARENDDT, H. A condição humana. 9ª edição. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- ALTVATER, E. El Estado capitalista contemporâneo. México: Siglo XXI. 1991.
- EASTON, D. Uma teoria da análise política. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- LACLAU, E. Política e ideologia na teoria marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MAZOWER, M. Continente sombrio: a Europa no século XX. Traduzido por Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- OFFE, C.. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984

Fundamentos Filosóficos da Educação

Ementa: Fundamentos filosóficos: sociedade, economia, cultura e educação.

Bibliografia Básica

- ARISTÓTELES. Órganon: categorias, da interpretação, analíticos anteriores, analíticos posteriores, tópicos, refutação dos sofistas. 2. ed. Bauru: EDIPRO, 2010.
- KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2008.
- LARETIOS, Diôgenes. Vida e doutrina dos Filósofos ilustres. 2. ed. Brasília: UnB, 2008.
- MANACORDA, M. Marx e a pedagogia moderna. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Bibliografia Complementar

BACON, F. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2008.

BRANDÃO, C.R. *O que é educação*. 15. ed. São Paulo: brasiliense, 1985.

CUNHA, F. *Filosofia da escola nova: do ato político ao ato pedagógico*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1986.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HEGEL, G. W. F. *Ciência da lógica (excertos)*. São Paulo: Barcarolla, 2011.

MARK, K. *Para a crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais I

Ementa: Modelos teóricos-metodológicos e técnicas de pesquisa que envolvem a abordagem qualitativa: observação participante, entrevistas, grupos focais, pesquisa documental

Bibliografia básica

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp. Porto Alegre: Zouk, 2007.

LAPLANTINE, F. *Aprender antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2003

OLIVEIRA, R.C.; *O trabalho do antropólogo*. Brasília Paralelo 15. Ed. Unesp . São Paulo, 2000.

Bibliografia complementar

ANGROSINO, M. *Etnografia e observação participante*. (Coleção Pesquisa Qualitativa). Porto Alegre: Artmed, 2011

FLICK, U. *Qualidade na pesquisa qualitativa*. (Coleção Pesquisa Qualitativa) Porto Alegre: Editora Artmed, 2008

LAKATOS, E; MARCONI, M. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1986.

LAPLATINE, F. *A Descrição etnográfica*. São Paulo: Terceira-margem, 1943.

WHYTE, W. F. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Métodos e Técnicas de Pesquisa nas Ciências Sociais II

Ementa: Fundamentos da abordagem estatística: conceitos básicos, comparação entre percentuais, frequências e taxas. Amostragem: conceito e plano de amostragem (survey), organização e apresentação dos dados estatísticos em tabelas e gráficos. Elaboração e apresentação de trabalhos práticos, divulgação e debates de estudos e pesquisas estatísticas.

Bibliografia básica:

- KIDDER, Louise H. (Org.). Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I. Delineamentos de pesquisa. 9. ed. São Paulo: EPU, 2005.
- LEVIN, Jack. Estatística aplicada a Ciências Humanas. 2ª ed. São Paulo: HARBRA, 1987.
- RICHARDSON, R. J. et al. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 2008.

Bibliografia complementar

- ACKOFF, R. O planejamento da pesquisa social. São Paulo: EPU. 1975.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 1988.
- MARTIN, O. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 21, n. 41, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882001000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#N01#N01. Acesso em 28/11/14.

Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I

Avaliação e produção de um Projeto pesquisa; revisão bibliográfica ;construção das hipóteses de trabalho; um planejamento viável para a coleta de dados de análise; calendário de trabalho.; revisão bibliográfica inicial realizada pelos discentes, com vistas à ampliação do leque de leituras que contribuirão no desenvolvimento efetivo da pesquisa.

Bibliografia: a escolha da bibliografia fica a critério do docente.

Diálogos de Pesquisa em Ciências Sociais II

Apresentação e avaliação do texto definitivo de Trabalho de Conclusão de Curso. Nessa disciplina, os discentes compartilharão suas experiências no desenvolvimento de seu trabalho, os achados de pesquisa e as dificuldades encontradas, em uma atividade coletiva que permita a abertura de seu trabalho individual às perspectivas e sugestões de seus colegas e dos docentes responsáveis. N

0,a última metade dessa disciplina, prevemos a realização de uma série de seminários com foco especial na sustentação oral da defesa pública, estimulando as críticas e as sugestões dos colegas e docentes.

EIXO DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Didática

Ementa: Enfoque e objetivo, a pesquisa em Didática, formas organizativas do ensino, a prática pedagógica e a organização dos espaços e tempos escolares, planejamento e avaliação do ensino. Construção de projetos de ensino. Experiência pedagógica alternativa. Relação teoria – prática na formação do professor.

Bibliografia Básica

- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 20ª Ed. São Paulo, SP: Editora Paz e Terra, 1996. (Col. Leitura);
- CANDAU, Vera Maria (org.). Magistério: construção cotidiana. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997;
- _____. A Didática em questão. 28ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes,
- NÓVOA, António. Os professores e a sua formação. 3ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

Bibliografia Complementar

- CERTEAU, Michel. A Invenção do cotidiano: artes do fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994;
- UNESCO. Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo, SP: MEC/Cortez, 1998;
- PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo, SP: Cortez, 1999. (Coleção Saberes da Docência);
- ALVES, Rubem. A Alegria de Ensinar. Campinas, SP: Editora Papirus, 2000.
- PERRENOUD, Phillipe. Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993;

Política Educacional

Ementa: Contexto econômico político, social e cultural do Brasil contemporâneo. Política educacional na legislação para os níveis de escolaridade básica, média e superior. Relação entre o público e o privado no contexto da educação brasileira.

Bibliografia Básica

GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão*. Neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis, Vozes, 2005.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *Política educacional: impasses e alternativas*. São Paulo: Cortez, 2005.

Bibliografia Complementar

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. *O modelo neoliberal e as práticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2004.

ROSENFELD, Denis. *A Ética na Política: Venturas e desventuras brasileiras*. SP, Brasiliense, 2002.

SADER, Emir. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

VALLS. Álvaro L. M. *O que é. Ética?* 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Col. Primeiros Passos).

Antropologia da Educação

Ementa: Abordagens antropológicas sobre o processo de ensino e aprendizagem, englobando: estudos sobre socialização, escola de cultura e personalidade, transmissão de conhecimentos em diversos grupos sociais, noções culturais de infância, educação indígena, além variadas formas de ensino aprendizagem.

Bibliografia básica

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e Educação: Origens de um diálogo. In: Caderno Cedes, vol.18, n.43. Campinas, dezembro de 1997.

DAUSTER, Tânia. Um saber de fronteira- Entre a Antropologia e a Educação. In: DAUSTER, Tânia. (Org.). Antropologia e Educação: um saber de fronteira.

SILVA, Aracy Lopes da. Uma “Antropologia da Educação” no Brasil? Reflexões a partir da escolarização indígena. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: Global, 2001.

Bibliografia complementar

COHN, Clarice. A experiência da infância e o aprendizado entre os Xikrin. In: SILVA, Aracy Lopes da; NUNES, Ângela; MACEDO, Ana Vera Lopes (Orgs.). Crianças indígenas: ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

LUCIANO, Gersém José dos Santos. Educação para manejo e domesticação do mundo: entre a escola ideal e a escola real .(tese) Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília. Brasília: 2011.

SILVA, Márcio Ferreira da. A conquista da escola: educação escolar e movimento de professores indígenas no Brasil. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.63, jul./set. 1994.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Políticas públicas e educação para e sobre indígenas. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, em Porto Seguro, Bahia, Brasil.

TRAMONTE, Cristina. O samba conquista passagem: as estratégias e a ação educativa das escolas de samba. Vozes, 2001.

LIBRAS

Ementa: Perspectivas históricas e conceituais. A declaração de Salamanca e a educação para todos. A proposta de inclusão: educação e diversidade. Multiculturalismo e políticas inclusivas. Deficiência, lesão e preconceito. Política nacional de educação especial. Fundamentos de LIBRAS. Educação especial: principais conceitos.

Bibliografia Básica

- BRASIL. Senado Federal. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. MEC/SEESP, 2001.
- MAZZOTTA, Marcos. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2003.
- VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectología. Obras completas, tomo V. Ciudad de la Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

Bibliografia Complementar

- CARVALHO, Rosita Edler. Removendo barreiras para a aprendizagem. Educação Inclusiva. 4ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- DINIZ, Débora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FIGUEIREDO, Rita Vieira de. A Educação Infantil e o Ensino Fundamental: das malhas do preconceito ao tecido da inclusão. In: CRUZ, Sílvia Helena Vieira Cruz;
- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez.2006.
- SILVA, Luciene M. da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, p. 424-434, set. /dez.2006.

Leitura e Produção textual em Ciências Sociais

Ementa: Ferramentas de compreensão sistêmica, analítica e crítica de textos das Ciências Humanas
Ferramentas para o planejamento e elaboração de textos científicos. As características do texto argumentativo-científico, questões de argumentação e linguagem, coerência textual, coesão textual. O efeito de unidade do texto científico e pedagógico. Prática de produção e redação de textos de diferentes tipologias e gêneros. Fichamento. Resenhas. Resumos. Relatórios. Pareceres. Diagnósticos.

Bibliografia básica

- BARRAS, R. Os Cientistas precisam escrever. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.
- FALSTICH, E.L.J. Como ler, entender e redigir um texto. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. Campinas: Unicamp, 1988.

Bibliografia complementar

- GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PÉCORA, A. Problemas de redação. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PENTEADO, J.R. A Técnica da Comunicação Humana. São Paulo: Pioneira, 1986.
- SERAFINI, M.T. Como escrever textos. Rio de Janeiro: Globo, 1974.
- SIGNORINI, I. (Org). Investigando a relação oral/escrito. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

Formação Social, Econômica e Política da Amazônia

Ementa: História de ocupação da Amazônia. A Amazônia no contexto histórico social e econômico brasileiro: o ciclo da borracha e as relações de trabalho e a constituição diversificada de sua ocupação territorial. A formação da sociedade amazônica. Os grandes projetos na Amazônia e os impactos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais. Problemas locais e globais na contemporaneidade na Amazônia

Bibliografia básica:

COSTA, M. J. J. (Org.). Sociologia na Amazônia. Debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA, 2001. p. 71-103.

HEBETTÉ, J. Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. 4 v.

PETIT, P. Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará. Belém: Editora Paka-Tatu, 2008.

Bibliografia complementar

COSTA, F. de A. Elementos para uma economia política da Amazônia: historicidade, territorialidade, diversidade, sustentabilidade. Belém: NAEA, 2012.

D'INCAO, M. A. & SILVEIRA, I. M. (orgs). A Amazônia e a crise de modernização. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994

OLIVEIRA, A. U. Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas: Papirus, 1989

SANTOS, R. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A.

VELHO, O. G. Frente de expansão e estrutura agrária: estudos do progresso de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972

Formação Social, Econômica e Política do Brasil

Ementa: O processo de formação social do Brasil. A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise da República Velha. Instauração e Colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e o surgimento de novos atores políticos. Inserção e dependência no sistema capitalista. Modernização conservadora no período pós 64. O fim do milagre. Transição democrática e neoliberalismo. O Brasil do século XXI.

Bibliografia básica

- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 27. ed. São Paulo: Nacional: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- PRADO JUNIOR, C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1974
- SANTOS, W. G. do. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Bibliografia complementar

- CARVALHO, J. M. de. A construção da ordem: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- ROUQUIÉ, A. A estado militar na América Latina. São Paulo: Alfa-Omega, 1984
- SKIDMORE, T. De Castello a Tancredo, 1964-1985. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- SODRÉ, N. W. Desenvolvimento brasileiro e luta pela cultura nacional. Organizado por Sodré, O. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Itu: Ottoni Editora, 2010

Formação Histórica do Mundo Contemporâneo

Ementa: O período de transição do mercantilismo para o capitalismo liberal a partir do no século XVIII até a crise do modelo liberal na terceira década no século XX. Crises e conflitos internacionais. A Guerra Fria, a configuração da nova ordem mundial e seus aspectos econômicos, sociais, cultural e políticos com base na orientação historiográfica de autores inclinados à história social. O neoliberalismo e a globalização do mundo contemporâneo

Bibliografia básica:

- ANDERSON, P. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- HARVEY, D. Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008
- MAZOWER, M. Continente sombrio: a Europa do século XX. Trad.: Feist, H. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

Bibliografia complementar

- CALAZANS FALCON, F. J. A época pombalina. São Paulo: Ática, 1993.
- CASTRO, R. G. de. Relações econômicas internacionais. Brasília: VESTCON, 2000.
- FERNANDES, F. Marx e Engels. História. São Paulo: Ática, 2003.
- HARVEY, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 14 ed. [São Paulo]: Loyola, 2005.
- MELLO, A. F. De. Capitalismo e mundialização em Marx. São Paulo: Perspectiva, 2000

Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais I

As atividades do LAPEX enquanto disciplina são divididas em três etapas separadas e complementares. a) montagem do instrumental para a coleta do material empírico; b) trabalho de análise, sistematização e revisão bibliográfica sobre temas adjacentes; e c) produção de relatório parcial. A bibliografia complementar a ser trabalhada, a cada semestre, será discutida e consolidada pelo docente responsável.

Laboratório de Pesquisa e Extensão nas Ciências Sociais II

As atividades do LAPEX enquanto disciplina são divididas em três etapas separadas e complementares. a) montagem do instrumental para a coleta do material empírico; b) trabalho de análise, sistematização e revisão bibliográfica sobre temas adjacentes; e c) produção de relatório parcial. A bibliografia complementar a ser trabalhada, a cada semestre, será discutida e consolidada pelo docente responsável.

Relações Étnico-raciais

Ementa: Teorias raciais do século XIX e suas consequências no Brasil; Relações raciais e miscigenação; Analisar os conceitos de etnia, raça, racialização, identidade, diversidade, diferença. Compreender os grupos étnicos e processos de colonização e póscolonização. Políticas afirmativas para populações étnicas e políticas afirmativas específicas em educação. Populações étnicas e diáspora. Racismo, discriminação e perspectiva didático-pedagógica de educação anti-racista. Currículo e política curriculares. Etnia/Raça e a indissociabilidade de outras categorias da diferença.

Bibliografia básica

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2008.

GUIMARÃES, A. S. Classes, raça e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à USP, Editora 34, 2002.

SOUZA, J. (org.) Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Bibliografia complementar

- HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. 2ª edição. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/Iuperj/Ucam, 2005
- MACHADO, M. H. O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição. Editora da UFRJ/Edusp, 1994
- MATTOS, H. M. Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- MUNANGA, K. (1999); Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999
- NOGUEIRA, O. "Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil". Tempo social – Revista de Sociologia da USP, v.19, n.1, novembro de 2006.

Corpo, gênero e sexualidade

Ementa: O corpo pelas lentes das Ciências Sociais e seus principais questionamentos, em particular as questões de gênero e sexualidade que decorrem dessa novidade teórica. Introdução às abordagens pós-estruturalistas e contextualização histórica dos novos movimentos sociais em todo mundo a partir dos anos 1960-70.

Bibliografia básica:

- BOURDIEU, P. A dominação masculina. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Aguiar, R. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade I: a vontade de saber. Trad.: Albuquerque, M. T. da C. & Albuquerque, J. A. G. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988
- MAUSS, M. Sociologia e antropologia (Sexta parte: as técnicas do corpo). Precedido de Introdução à obra de Marcel Mauss por Claude Levi-Strauss. 2ª edição. Trad.: P. Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

Bibliografia complementar

- FRIEDAN, B. A mística feminina. Petrópolis: Vozes, 1971
- GIDDENS, A. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. Trad.: Lopes, M. São Paulo: Editora da UNESP, 1993
- MEAD, M. Sexo e temperamento. São Paulo: Perspectiva, 2006
- SCOTT, J. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Rev. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul/dez 1995.
- SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Tradução de Almeida, S. R. G. et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Etnologia Indígena

Ementa: Noções de etnologia indígena. Organização social e política indígena. Terras e territórios indígenas. Educação Escolar Indígena e Ensino Superior. Saúde dos povos indígenas no Brasil. Povos indígenas no Brasil e políticas indigenistas. Identidade étnica, etnicidade e etnogêneses. Arte indígena. Economia indígena e Etnodesenvolvimento. Cosmologia, mito e identidade étnica. Etnografias de povos indígenas no Brasil.

Bibliografia Básica

- OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. “Regime dos aldeamentos missionários (1549-1755)”. In: A presença indígena na formação do Brasil. (Introdução). Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006, pp.: 17-61.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. “Quem são e quantos são os índios no Brasil”. In: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- LEVI-STRAUSS, C. Tristes Trópicos. Lisboa: Ed. 70, 1971.

Bibliografia complementar

- SEEGER, Anthony; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Batalha. Terras e territórios indígenas no Brasil. Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, v. 12, n.1-2, p. 101-114, 1979.
- OLIVEIRA, Roberto. “Identidade étnica, identificação e manipulação”. In: Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Pioneira, 1976. BARTH, F. 2000.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. “As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político”. Mana 12(1): 39-68. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. “Economia Indígena”. In: O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação
- RIBEIRO, D. Diários índios urubus Kaapó. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

Sociologia da educação

Ementa: Perspectivas teórico-normativas da educação. Educação, capital cultural e classificação social. O direito à educação como direito humano: contexto histórico do segundo pós-guerra. Educação e mundo do trabalho: ideologias e políticas públicas. Educação brasileira no contexto das reformas de estado da década de 1990.

Bibliografia básica

- BOURDIEU, P. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1992.
- DURKHEIM, E. Educação e sociologia. 4ª ed. Trad.: Filho, L. São Paulo: Melhoramentos, 1955.
- FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Bibliografia complementar

- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. 2ª ed. 2ª reimpr. Porto Alegre: Zouk, 2015.
- MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MESZARÓS, I. Educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ARENDT, H. Entre o passado e o futuro. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1997.

EIXO DE FORMAÇÃO LIVRE

Sociedade, Natureza e Educação Ambiental

Ementa: Introdução às diferentes abordagens das Ciências Sociais acerca da relação entre homem e natureza, com foco nas questões ambientais da contemporaneidade, na emergência do ativismo ambientalista e a incorporação desses discursos pelos diferentes agentes sociais: desde empresas, o poder público, até movimentos sociais. Aprofundamento teórico-prático na temática das relações entre sociedade e natureza, e preparação dos discentes para a ação e educação ambientais.

Bibliografia básica:

- LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- LOUREIRO, V. R. Amazônia: Estado - homem - natureza. Belém: CEJUP. 1992.
- HEBETTÉ, J. Cruzando a fronteira. 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: UFPA, 2004. 4 v.

Bibliografia complementar

- ALONSO, A. & COSTA, V. Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. BIB – Revista brasileira de informação bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, n.53, 1º semestre, 2002
- GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2012.
- GRÜN, M. Em busca da dimensão ética da educação ambiental. São Paulo: Parirus, 2007.
- BECKER, B. K. A Urbe amazônida: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- MARTINS, J.P. de A. Educação ambiental crítica e formação de docentes fundada na investigação-ação e na parceria colaborativa. Tese. Piracicaba-SP, 2016.

Religião e Sociedade

Ementa: Quadro geral das grandes questões ligadas à temática “religião”, tradicionalmente estudadas tanto pela Antropologia quanto pela Sociologia. Pesquisas sobre religiosidades na Amazônia. Religião e modernidade, religião e espaço público, ensino religioso, laicidade, Xamanismo urbano, Nova Consciência Religiosa, Santo Daime e Rastafarianismo.

Bibliografia Básica

- DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Edições Paulinas, 1989
- GEERTZ, Clifford. "A religião como sistema cultural". In: _____. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- WEBER, Max. A ética protestante e o "Espírito do Capitalismo". Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

Bibliografia Complementar

- ALVES, Rubem. O que é religião. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- BEZERRA, Débora Andrade. O Movimento Rastafari: Da Jamaica para Identidade e Cultura em Fortaleza. Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Fortaleza, 2012.
- EVANS-PRITCHARD, E. Bruxaria, oráculos e magia entre os azande. Rio de Janeiro: Zahar, 2005
- LEVI-STRAUSS, Claude. "O feiticeiro e sua magia"; "A eficácia simbólica". In: _____. Antropologia Estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003
- WEBER, M. Economia e sociedade. Vol. II. Brasília, DF: Ed. da Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999

Teoria e pesquisa sobre violência

Ementa: Introdução aos trabalhos consagrados das Ciências Sociais brasileiras e estrangeiras acerca dos fenômenos de violência estatal e não-estatal. Introdução à pesquisa na temática das violências: os diferentes fundamentos teóricos e as abordagens próprias da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política.

Bibliografia básica

- CALDEIRA, T. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad.: Oliveira, F. & Monteiro, H. São Paulo: Editora 34, EDUSP, 2000
- CPT – Comissão Pastoral da Terra (Org.). Conflitos no campo: Brasil, 2013. Coord.: Canuto, A. et al. Brasil: CPT Nacional, 2013
- KURCHHEIMER, & RUSCHE. Punição e estrutura social. 2ª edição. Trad.: Neder, G. São Paulo: Editora Revan, 2004

Bibliografia complementar

- CARDIA, N. Direitos Humanos: Ausência de cidadania e exclusão moral. Princípios de Justiça e Paz. Comissão Justiça e Paz, São Paulo: 1995
- GIRARD, R. A violência e o sagrado. 3ª edição. Trad.: Grambini, M. C. São Paulo: Paz e Terra, 2008
- TELES, E. & SAFATLE, V (orgs.) O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- WACQUANT, L. As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011
- WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência: Mortes matadas por arma de fogo. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2013.

Estudos de Povos Indígenas

Ementa: Os caminhos da etnologia no Brasil e, em particular, na Amazônia. Introdução à etnologia indígena. A sociodiversidade nativa brasileira e na região amazônica. Problemas vivenciados pelos povos indígenas na Amazônia. Problemas e desafios etnológicos no estudo dos povos indígenas no estado do Pará.

Bibliografia básica BESSA FREIRE, J. R. Rio Babel: a história das línguas na Amazônia, Atlântica – UERJ, Rio de Janeiro, 2004

- CUNHA, M. C. (Org.) História dos índios do Brasil. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, L., (Org.), Coletânea da legislação indigenista brasileira, Brasília, Editado por CGDTI/FUNAI, 2008

Bibliografia complementar

- FAUSTO, C., Os Índios antes do Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000
- MASTOP-LIMA. L. N. O tempo antigo entre os Suruí/Aikewára: um estudo sobre mito e identidade étnica. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPA. 2002
- Oliveira, R. C. de. A Crise do Indigenismo, Campinas: Editora da UNICAMP 1988
- SAMPAIO & ERTHAL (orgs.). Rastros da Memória: Histórias e Trajetórias das Populações Indígenas na Amazônia, Manaus: EDUA, 2006
- VIVEIROS DE CASTRO, E. & CUNHA, M. C. da (Orgs.). Amazônia – Etnologia e história indígena. São Paulo: NHII/USP, 1993

Questões urbanas: teoria e métodos

Ementa: Conceitos antropológicos e sociológicos sobre a vida nas cidades e os processos sócio-espaciais no Brasil. As dinâmicas urbanas através das organizações sociais e políticas e culturais. As políticas urbanas e a estruturação das cidades. Uso e controle social das cidades e as suas formas de violência.

Bibliografia básica:

BANFIELD, E. C. A crise urbana: natureza e futuro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CASTELLS, M. Problemas de investigação em sociologia urbana. Florença: Avante, 1975.

VELHO, G. Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

Bibliografia complementar

ELIAS, N. A solidão dos moribundos: envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FREITAG, B. Teorias da cidade. Campinas: Papyrus, 2006

KOWARICK, L. Escritos urbanos. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEEDS, A. & LEEDS, E. A sociologia do Brasil urbano. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 1978

MARICATO, E. O impasse da política urbana no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. Brasil: território e sociedade no início do século XXI, Record, 2001

Instituições Políticas Brasileiras

Ementa: A Formação do Estado Nacional Brasileiro. Poder Local na Política Brasileira. O Populismo na Política Brasileira. O Militarismo na Política Brasileira. O Novo Sindicalismo na Política Brasileira.

Bibliografia básica

- FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1995.
- IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 2a edição. Revista – Civilização Brasileira. Rio de Janeiro-1971.
- LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

Bibliografia complementar

- CARVALHO, J. M. De. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi, 3°. Ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.
- HOLLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- SODRÉ, N. W. Capitalismo e revolução burguesa no Brasil. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990
- VIANNA, L. W. Liberalismo e sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976
- WEFFORT, F. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1980.

Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil

Ementa: O sistema partidário e eleitoral no Brasil: conceitos básicos e perspectivas teóricas e metodológicas. A formação do sistema partidário e das eleições municipais no contexto do Sul e Sudeste paraense.

Bibliografia básica:

- FRANCO, A. A. de M. História e teoria dos partidos políticos no Brasil. 3a Edição. Editora Alfa-Ômega. São Paulo, 1980.
- MOTTA, R. P. S. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000
- NICOLAU, J. M. Sistemas eleitorais. Rio de Janeiro. Editora Getúlio Vargas, 1999.

Bibliografia complementar

- MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são as suas bases. São Paulo: Paz e Terra, 2000
- MMEZZARROBA, Or. Partidos políticos: princípios e garantias constitucionais. Lei 9.096/95 – anotações jurisprudenciais. Curitiba: Juruá, 2005.
- PRADO JÚNIOR, C. Evolução política do Brasil e outros estudos. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1957. (Brasil Império)
- SOARES, G. A. D.; RENNÓ, L. R. (Orgs.) Reforma política: lições da história recente. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SOUZA, M. do C. C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976

Pensamento Social Brasileiro

Ementa: Interpretações do Brasil nos séculos XIX e XX que buscaram compreender nossa particularidade histórica, explicar nossas desigualdades sociais e determinar a natureza própria do poder político no Brasil. As perspectivas de hierarquias raciais, de uma sociedade de classes, até a de um estado patrimonialista e a de um estado de direito incompleto. Embates teóricos entre diferentes narrativas e suas implicações políticas, sociais e culturais.

Bibliografia básica

- CUNHA, E. da. Os sertões: campanha de Canudos. 39ª.edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora: Publifolha, 2000
- FREYRE, G. Casa Grande & Senzala. Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 42ª.edição. Rio de Janeiro: Record, 2001
- HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

Bibliografia complementar

- BASTOS, T. A província: estudo sobre a descentralização no Brasil. Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira n 105, 3a ed. São Paulo, 1965
- CASTRO, J. de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946
- FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 10ª edição. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000
- NABUCO, J. O abolicionismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000
- RICÚPERO, B. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. Alameda, São Paulo, 2007
- SCHWARTZ, R. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6ª edição. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012
- VIANNA, O. Populações meridionais do Brasil. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973
- Estado, movimentos sociais políticas publicas

Tópicos temáticos em Antropologia

Disciplina ministrada com foco na linha de pesquisa desenvolvida no campo da Antropologia, aberta ao desenvolvimento de um tema de interesse específico do docente e/ou dos discentes.

Conflitos sociais: terra e território

Ementa: Atores envolvidos nos conflitos por terra na Amazônia e conformação histórica deste conflito: camponato, agronegócio, mineração, empreiteiras, comunidades tradicionais.

Bibliografia básica

- ACSELRAD, H. Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro. Paper apresentado no II Seminário internacional sobre desenvolvimento regional. Santa Cruz do Sul, 2004. Disponível em < <http://www.unisc.br/slide/sidr/2004/conferencias/02.pdf> > Acesso em julho de 2015
- HARVEY, D. Os limites do capital. (Cap. 12: A produção das configurações espaciais: as mobilidades do capital e do trabalho) São Paulo: Boitempo, 2013
- WAGNER, A. Carajás: a guerra dos mapas. 2ª ed. rev. e ampliada. Belém: [s.n.] 1995.

Bibliografia complementar

- COSTA, W. M. O estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1997
- EMMI, M. Oligarquia dos Tocantins e o domínio dos castanhais. 2ª ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999
- ESTERCI, N. et al. (org.). Territórios socioambientais em construção na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- GRAMKOW, M. M. (org.) Demarcando terras indígenas II: experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2002
- HALL, A. L. Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Trad.: Jungmann, R. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

Ementa: Análise de políticas públicas a partir das concepções de Estado e das políticas sociais que sustentam seus programas de intervenção. A relação entre políticas públicas e as reivindicações dos movimentos sociais históricos.

Bibliografia Básica

GOHN, M. G. Teorias de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1997.
https://books.google.com.br/books?id=h5OeDwqDC9MC&printsec=frontcover&source=gb_s_slider_thumb#v=onepage&q&f=false.

POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classe Sociais Paulo. Martins Fontes. 1972. Disponível em
<http://www.docfoc.com/download/documents/10-poder-politico-e-classes-sociais-nicos-poulantzas>

VIANA, N. Estado, Democracia e Cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo. Disponível em <http://2012.nildoviana.com/wp/wp-content/uploads/2012/09/Estado-Democracia-e-Cidadania-Nildo-Viana.pdf>.

Bibliografia complementar

BOITO JR, A. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Xamã, 1999.

HARVEY, D. Espaços de Esperança. Cap. 5: Desenvolvimentos geográficos desiguais e direitos universais (p.105 a 131). São Paulo: Loyola, 2004.

MÉSZAROS, I. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo 2003.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Acesso em <http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/3565>

Tecnologia, Trabalho e Sociedade

Ementa: Tecnologia enquanto relação social fundamental. Desenvolvimento social, tecnologia e cultura. Processos de mudança tecnológica, seus impactos sobre a sociedade e as novas relações estabelecidas no mundo do trabalho.

Bibliografia Básica

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed., 2002

HARVEY, David. Condição pós-moderna uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural 22 ed., 2012

SCHAFF, Adam. A Sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 1990

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6 ed., 1999

CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. 1999

SCHAFF, Adam. História e verdade. 5 ed., 1991

MARX, Karl. Grundrisse manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. 2011

LOJKINE, J. A Revolução informacional. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

Anexo XI: Termo de Convênio entre SEMED (Prefeitura de Marabá/PA) e Unifesspa



002

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Rodovia Transamazônica Km 5,5
CEP: 68.517 - 765 - MARABÁ - PA
TELEFONE: 3322-1363
E-mail: seplan@maraba.pa.gov.br

CONVÊNIO Nº 0006/2015 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE
MARABÁ E A UNIVERSIDADE FEDERAL
DO SUL E SUDESTE DO PARÁ/UNIFESSPA.
OBJETIVANDO A CONCESSÃO DE ESTÁGIO
OBRIGATÓRIO.

O MUNICÍPIO DE MARABÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **05.853.163/0001-30** com sede a Folha 31 - Paço Municipal - Nova Marabá, nesta cidade de Marabá, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. João Salame Neto**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 4272601 - SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº 335.391.201-06, residente domiciliado em Marabá; e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**, Entidade Autárquica Federal de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei 12.824, de 05.06.2013, sediada à Folha 31, Quadra 07, Lote especial s/n CEP 68.507.590, Nova Marabá, Marabá-PA inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.657063/0001-80, doravante denominada **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, representada por seu Reitor Pró Tempore Prof. Dr. **Maurílio de Abreu Monteiro** portador do RG nº 1523205 - SSP/PA, e CPF nº 185.819.432-68, resolvem celebrar presente Convênio, com sujeição às normas da Lei Nº 8.666/93 e alterações e Lei Nº 11.788/2008, do Decreto Nº 87.497/82 e Decreto Nº 93.872/86 da Portaria Nº 08/01-MOG e demais Diplomas legais pertinentes, naquilo que se possa aplicar, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Este convênio tem por objetivo proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos Cursos de graduação da INSTITUIÇÃO DE ENSINO a oportunidade de realização de estágio **Obrigatório** na **CONCEDENTE**

CLÁUSULA SEGUNDA - O estágio dar-se-á nas áreas de interesse de Convenientes, em atividades que tenham estreito relacionamento com a formação do estudante.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os estudantes serão encaminhados à **CONCEDENTE** pela INSTITUIÇÃO DE ENSINO, por meio de carta de encaminhamento, devidamente preenchida e assinada pelo professor da disciplina de Estágio e/ou Coordenador de Estágio, vinculado ao curso a qual o aluno está matriculado.

CLÁUSULA QUARTA - São obrigações da **CONCEDENTE**:

- a) Colocar a disposição da INSTITUIÇÃO DE ENSINO, através da sua Coordenação de Estágio, a quantidade e nomes dos órgãos/entidades/autarquias disponíveis como campo de estágio;





003

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Rodovia Transamazônica Km 5,5
CEP: 68.517 - 765 - MARABÁ - PA
TELEFONE: 3322-1363
E-mail: seplan@maraba.pa.gov.br

- b) Informar a INSTITUIÇÃO DE ENSINO as oportunidades de estágios oferecidas com a devida antecedência para permitir divulgação junto aos professores de estágio e/ou Coordenador de estágio e alunos;
- c) Firmar com o estagiário Termo de Compromisso de que trata a legislação vigente, com interveniência obrigatória da INSTITUIÇÃO DE ENSINO;
- d) Oferecer condições para que o estágio seja supervisionado por docente da INSTITUIÇÃO DE ENSINO;
- e) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao ESTAGIÁRIO atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- f) Indicar integrante de seu quadro pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente, o qual atuará de forma integrada com o Professor de Estágio e/ou Coordenador de Estágio, vinculado ao curso ao qual o aluno está matriculado, da INSTITUIÇÃO DE ENSINO;
- g) Por ocasião do desligamento, entregar o Termo de Realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- h) Enviar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO, com periodicidade mínima de 06 (seis) meses, **Relatório de Atividades**, com vista obrigatória ao estagiário.
- i) Informar a INSTITUIÇÃO DE ENSINO o responsável pelo estágio e os seguintes dados: CPF, nome completo, e-mail, RG, órgão de expedição, cargo e sempre que necessário fazer as atualizações.
- j) Manter seus dados cadastrais (razão social, endereço completo, telefones, e-mail e contato) atualizados junto a INSTITUIÇÃO DE ENSINO;
- k) Designar a servidora Ângela Patrícia de Sousa Almeida, CPF nº 002.232.386-43, brasileira, Contadora lotada na Fundação Casa da Cultura de Marabá, para acompanhar e fiscalizar a celebração de Convênio com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará-UNIFESSPA e esta Prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA – São Obrigações da INSTITUIÇÃO DE ENSINO:

- a) Indicar um professor do curso, da área a ser desenvolvida no ESTÁGIO, para a função de Coordenador de Estágio, sendo o responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário, juntamente com o professor da disciplina de estágio, quando for o caso;
- b) Disponibilizar a CONCEDENTE, no início de cada período letivo, por meio da sua página eletrônica, o calendário acadêmico e informar/atualizar o nome dos coordenadores de estágio de cada curso;
- c) Avaliar as instalações dos órgãos/entidades/autarquias concedente do ESTÁGIO e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário, bem como a consonância com o Proposta Pedagógica do Curso;



004

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Rodovia Transamazônica Km 5,5
CEP: 68.517 - 765 - MARABÁ - PA
TELEFONE: 3322-1363
E-mail: seplan@maraba.pa.gov.br

- d) Receber e divulgar junto aos professores de estágio e/ou Coordenador de estágio e alunos as oportunidades oferecidas pela unidade **CONCEDENTE**, mediante análise prévia das condições de oferta;
- e) Celebrar Termo de Compromisso com o estagiário e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do ESTÁGIO:
 - I- À Proposta Pedagógica do Curso,
 - II- À etapa e modalidade da formação escolar do estudante e
 - III- Ao horário e calendário escolar;
- f) Contratar Seguro contra Acidentes Pessoais, junto a seguradora **MAPFRE Seguro S/A**, em favor dos estagiários, no caso de estágio Obrigatório, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no Termo de Compromisso;
- g) Enviar, o estudante para o Estágio, por meio de carta de encaminhamento, devidamente preenchida e assinada pelo professor da disciplina de estágio e/ou Coordenador de Estágio;
- h) Incorporar ao termo de compromisso, por meio de aditivos, o plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo entre a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, a CONCEDENTE e o estagiário, à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.
- i) Encaminhar a CONCEDENTE, ao final de cada semestre letivo, a relação dos estagiários que concluíram a integralização curricular, ou comunicar de imediato e por escrito, o desligamento do ESTAGIÁRIO que ocorrer durante o semestre em curso.

CLÁUSULA SEXTA – A INSTITUIÇÃO DE ENSINO, informará, semestralmente, à CONCEDENTE as quantidades de vagas demandadas para o estágio obrigatório, por curso, por meio dos professores e/ou Coordenadores de Estágio, no intuito de proporcionar subsídios para atender a alínea f, da cláusula quarta, devendo ser incorporadas a este convênio por meio de termos aditivos.

SUB-CLÁUSULA ÚNICA – Em atendimento ao Parecer nº 1235/2015, da Procuradoria Geral do Município de Marabá, para efeito, da vigência inicial desse convênio, ressalta-se que a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, dispõe como demanda para estágio obrigatório 27 (vinte e sete) cursos, com 04 (quatro) turmas de 35 (trinta e cinco) alunos, aproximadamente, em cada turma.

CLÁUSULA SÉTIMA – O estágio será interrompido por um dos seguintes motivos:

- a) Término do prazo estabelecido no Termo de Compromisso;
- b) Abandono, caracterizado por ausência não justificada;
- c) Conclusão ou interrupção do curso;
- d) Comportamento incompatível com o regulamento da CONCEDENTE por parte do estagiário;
- e) Quando o estagiário deixar de cumprir disposição do Termo de Compromisso;
- f) Em atendimento a qualquer dispositivo de ordem legal ou regulamentar.



005

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Rodovia Transamazônica Km 5,5
CEP: 68.517 - 765 - MARABÁ - PA
TELEFONE: 3322-1363
E-mail: seplan@maraba.pa.gov.br

SUB-CLÁUSULA ÚNICA – Na ocorrência de qualquer hipótese acima, a **CONCEDENTE** comunicará o fato à **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** num prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA OITAVA- A **CONCEDENTE**, como contraprestação pela admissão do estagiário, poderá conceder bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada sendo compulsória a sua concessão, bem como, o auxílio transporte, na hipótese de **ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO**. E visto que este convênio trata-se de **ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**, estes encargos não serão devidos.

CLÁUSULA NONA – O aluno se obrigará, mediante Termo de Compromisso, a observar as normas estabelecidas para os funcionários da **CONCEDENTE**, especialmente as que resguardam a quebra de sigilo e a veiculação de informações a que tenham acesso em decorrência do estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA – A jornada de atividades em estágio obrigatório, a ser cumprida pelo estagiário, deverá compatibilizar-se com seu horário escolar e com o horário de funcionamento da **CONCEDENTE**, não podendo ultrapassar 04 (quatro) horas diárias, excluídos os dias de sábado e domingo, respeitando-se as especificidades de cada curso, e 20 (vinte) horas semanais.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

§ 2º Se a **INSTITUIÇÃO DE ENSINO** adotar verificações de aprendizagem periodicamente ou finais, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade durante os períodos de avaliação, segundo estipulado no Termo de Compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A duração do estágio, na mesma parte **CONCEDENTE**, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O Estagiário não terá vínculo empregatício de qualquer natureza com as concedentes conforme determina a legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O convênio vigorará por um prazo de 05 (cinco) anos contados a partir da sua data de publicação no Diário Oficial da União, podendo ser alterado, através de termos aditivos, bem como rescindido de comum acordo entre as partes ou unilateralmente, por qualquer uma delas, mediante simples comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.



006

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ
ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Rodovia Transamazônica Km 5,5
CEP: 68.517 - 765 - MARABÁ - PA
TELEFONE: 3322-1363
E-mail: seplan@maraba.pa.gov.br

SUB-CLÁUSULA ÚNICA – Caso seja detectado, na execução do ESTÁGIO desenvolvido pelo discente na CONCEDENTE, desvio de atividades acadêmicas específicas da formação daquele, o CONVÊNIO entre a INSTITUIÇÃO DE ENSINO Superior e a CONCEDENTE será **CANCELADO**.


CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – As adições ou variações em qualquer cláusula deste Convênio que porventura sejam necessárias, serão formalizadas através de Termos Aditivos ao presente Convênio, os quais passarão a fazer parte integrante do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A publicação do presente convênio será efetuada em extrato no Diário Oficial da União, de acordo com o disposto no Decreto Nº 93.872/86 e na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações, ficando as despesas da publicação a cargo da INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Fica eleito o foro da Justiça Federal, seção Judiciária da Cidade Marabá, no Estado do Pará, como o órgão competente para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsia e litígios provenientes do presente Convênio, desde que são resolvidas na esfera administrativa.

E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo, que também subscrevem.

Marabá, 27 de Janeiro de 2016.


João Salame Neto
Prefeito Municipal de Marabá
CPF Nº 335.391.201-06


Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro
Reitor Pró Tempore da UNIFESSPA
CPF Nº 185.819.432-68

Testemunhas:

1- _____
NOME:
CPF:

2- _____
NOME:
CPF:



Anexo XII: Termo de Convênio entre SEDUC (Governo do Estado do Pará) e Unifesspa

007



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 12/2014

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD, E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA, VISANDO À CONCESSÃO DE ESTÁGIO AOS ESTUDANTES DOS CURSOS SUPERIORES DE GRADUAÇÃO, NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E ENTIDADES AUTÁRQUICAS E FUNDACIONAIS DO ESTADO DO PARÁ.

O ESTADO DO PARÁ, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Trav. do Chaco, nº 2350 – Marco, 66.093-543, nesta Cidade, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, sob o nº 05.247.283/0001-94, doravante denominada SEAD para efeito deste CONVÊNIO, representada por sua titular a Secretária de Estado de Administração, a Sra. ALICE VIANA SOARES MONTEIRO, RG: 1307710–SSP/PA e CPF: 318.014.472-68 e a UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA, com sede na FOLHA 31, QUADRA 7, LOTE ESPECIAL, S/N, Bairro Nova Marabá, Marabá, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 18.657.063/0001-80, doravante denominada INSTITUIÇÃO DE ENSINO, representada por seu titular MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO, RG: 1523205-SSP/PA e CPF: 185.819.432-68, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO Nº 12/2014, com sujeição às normas da Lei Federal 11.788 de 25 de setembro de 2008, da Lei Estadual nº 6.573, de 12 de agosto de 2003, e da Instrução Normativa nº 001, de 29 de Junho de 2004, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Este CONVÊNIO tem por objetivo proporcionar aos estudantes regularmente matriculados na INSTITUIÇÃO DE ENSINO a oportunidade de realizar estágio curricular nos órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais do Estado do Pará, doravante denominados ÓRGÃOS/ENTIDADES CONCEDENTES.

CLÁUSULA SEGUNDA - O estágio dar-se-á nas áreas de interesse dos ÓRGÃOS/ENTIDADES CONCEDENTES, em atividades de estreito relacionamento com a formação do estudante.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os estudantes serão solicitados pelos ÓRGÃOS/ENTIDADES CONCEDENTES à INSTITUIÇÃO DE ENSINO e selecionados mediante as modalidades de entrevista e avaliação do histórico escolar.

CLÁUSULA QUARTA - Os ÓRGÃOS/ENTIDADES CONCEDENTES ficam obrigados a:

 1/5



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

- a) informar à SEAD o número de vagas disponíveis para preenchimento;
- b) ofertar instalações que apresentem condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, cultural e profissional em função compatível a área e ao curso no qual esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de qualquer outra atividade não relacionada à sua área de formação;
- c) selecionar os estudantes aptos ao estágio;
- d) encaminhar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO a relação de estudantes selecionados para a efetivação do estágio;
- e) firmar, com o estagiário, Termo de Compromisso de que trata a legislação pertinente, com a interveniência obrigatória da INSTITUIÇÃO DE ENSINO;
- f) efetuar o acompanhamento e a supervisão técnica do estagiário por intermédio de um servidor do quadro, com formação ou experiência profissional comprovada na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para fins de aferição do grau de aproveitamento e rendimento alcançado no estágio;
- g) por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;
- h) manter à disposição da fiscalização, documentos que comprovem a relação de estágio;
- i) enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário;
- j) assegurar a observância da legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho;
- k) remunerar mensalmente o estagiário, a título de bolsa-estágio, conforme a importância especificada no Termo de Compromisso, salvo na condição de estágio obrigatório, em que o estudante possua renda própria, bem com se for servidor público;
- l) fornecer compulsoriamente auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório;
- m) fazer seguro de acidentes pessoais para o estagiário, na forma do

2/5



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Decreto nº:1.195 de 23 de agosto de 2004, e encaminhar à SEAD
cópia da respectiva apólice;

- n) conceder recesso remunerado ao estagiário, a ser gozado preferencialmente em suas férias escolares, conforme artigo 13 "caput" e §§ 1º e 2º da Lei 11.788/2008;
- o) informar à INSTITUIÇÃO DE ENSINO o desligamento do estagiário.

CLÁUSULA QUINTA – A INSTITUIÇÃO DE ENSINO fica obrigada a:

- a) selecionar, preliminarmente, o estudante para o estágio;
- b) encaminhar ao ÓRGÃO/ENTIDADE CONCEDENTE documento comprobatório do período letivo do estudante indicado para o estágio, juntamente com o histórico escolar;
- c) comunicar, por escrito, o desligamento do estudante da INSTITUIÇÃO DE ENSINO;
- d) avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação social, cultural e profissional do educando;
- e) indicar professor orientador da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- f) exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório de atividades;
- g) zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- h) comunicar à parte concedente do estágio as datas de realização das avaliações acadêmicas.

CLÁUSULA SEXTA - O estágio será extinto por um dos seguintes motivos:

- a) automaticamente, ao término do estágio;
- b) a qualquer tempo, no interesse da Administração;
- c) após decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada insuficiência na avaliação de desempenho do

3/5





GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

estagiário pelo ÓRGÃO/ENTIDADE CONCEDENTE;

- d) a pedido do estagiário;
- e) em decorrência do descumprimento de qualquer cláusula assumida na ocasião da assinatura do Termo de Compromisso;
- f) pelo não-comparecimento do estagiário, sem motivo justificado, por mais de cinco dias consecutivos ou não, no período de um mês, ou por trinta dias, durante todo o período do estágio;
- g) pela interrupção do curso na INSTITUIÇÃO DE ENSINO a que pertença o estagiário.

CLÁUSULA SÉTIMA - O estagiário se obrigará, mediante Termo de Compromisso, a observar as normas estabelecidas para os servidores do ÓRGÃO/ENTIDADE CONCEDENTE, especialmente as que resguardam a quebra do sigilo e a verificação de informações a que tenha acesso em decorrência do estágio.

CLÁUSULA OITAVA - O pagamento da bolsa-estágio, auxílio-transporte e recesso, pelo ÓRGÃO/ENTIDADE CONCEDENTE, correrá por conta do Tesouro Estadual, observada a disponibilidade orçamentária.

CLÁUSULA NONA - A duração do estágio será estabelecida pelo ÓRGÃO/ENTIDADE CONCEDENTE, observado o limite mínimo de seis meses e o máximo de doze meses, vedada à recondução.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - A carga horária do estágio será de quatro horas diárias, totalizando vinte horas semanais, no horário de funcionamento normal do ÓRGÃO/ENTIDADE CONCEDENTE, compatível com a das atividades discentes do estagiário.

CLÁUSULA DÉCIMA - O estagiário não terá vínculo empregatício de qualquer natureza com o ÓRGÃO/ENTIDADE CONCEDENTE, conforme determina a legislação aplicada à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA- PRIMEIRA - O presente CONVÊNIO vigorará pelo prazo de quatro anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado e alterado mediante termo aditivo, ou rescindido de comum acordo entre os partícipes ou unilateralmente, mediante comunicação escrita da parte interessada, com antecedência mínima de 30 dias.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - O encerramento antecipado deste CONVÊNIO não prejudicará os estágios já iniciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As adições ou variações de qualquer

4/5



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

cláusula deste Convênio, que porventura sejam necessárias, serão formalizadas mediante termos aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante do presente ajuste.


CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A publicação do presente CONVÊNIO será efetuada em extrato no Diário Oficial do Estado, de acordo com o disposto no § 5º do art. 28 da Constituição Estadual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, como órgão competente para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias e litígios provenientes do presente Convênio, desde que não resolvidas na esfera administrativa.

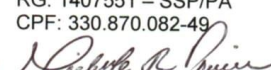
E por estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento em três vias, na presença das testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Belém, 10 de Setembro de 2014.


ALICE VIANA SOARES MONTEIRO
Secretária de Estado de Administração - SEAD


MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Reitor *Pró Tempore*
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

TESTEMUNHAS:

1. _____
GISELE ÉLERES MAIA
RG: 1407551 - SSP/PA
CPF: 330.870.082-49
2. 

MICHELLE ROSSY PRINCE
RG 2354692-SSP/PA
CPF 604.898.712-91

Anexo XIII: Relação de escolas da Rede Municipal de Ensino (SEMED - Marabá)



PREFEITURA DE MARABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO URBANO



RELAÇÃO DAS ESCOLAS / 2016

NÚCLEO: Nova Marabá

Nº	Escolas	Endereço	Diretor	Telefone
01	EMEF. Albertina Sandra M. dos Reis	Folha 06, Quadra E, Lote Especial	Diretor: Valdecy de Sousa Meirelles Vice-diretor: M ^a Helena Freire de Sousa	99191-1753 99193-9695
02	EMEF. Cel. João Anastácio de Queiroz	Folha 06, Quadra Especial, Lote Especial	Diretor: Cristina do Socorro Arcanjo da Silva Vice-diretor: Lucy Silva	99197-4655 / 98187-9923 98139-4859
03	EMEF. Cisne Branco	Folha 11, Quadra 01, Lote Especial	Diretor: Alsenir Ribeiro de Castro	99134-9020 98118-6508
04	EMEF. Duque de Caxias	R. Sarmento Woolf, 167 – Vila Militar Pres. Castelo Branco	Diretor: Sandra Borges Barbosa	99223-7049
05	EMEF. Felipa Serrão Botelho	Folha 11, Quadra 09, Lote Especial	Diretor: Iracy dos Santos Prates	99143-9498
06	EMEF. Francisca de Oliveira Lima	Folha 30, Quadra 08, Lote 13	Diretor: Elsivan Machado B. da Silva Lima	98175-4394 99136-2803
07	EMEF. Inácio de Souza Moita	Rua D, Quadra Norte, Lote Especial – Km 07	Diretor: Sidnei Silva e Silva Vice-diretor: Claudeth Amoury Silva	99101-9362 99140-5382
08	EMEF. José Cursino de Azevedo	Folha 10, Quadra 14, Lote Especial	Diretor: Eliane Lopes Chaves Vice-diretor: Raimunda Sousa da Silva	99146-2983 99102-7950
09	EMEF. Luzia Nunes Fernandes	Folha 28, Quadra 40, Lote 06/07	Diretor: Claudenice Batista da Silva Vice-diretor: Deuzirene Souza Ferreira	99165-1116 99279-0230
10	EMEF. Maria de Jesus Alves Soares	Folha 11, Quadra Especial	Diretor: Letícia Araújo de Souza	99130-9004
11	EMEF. Martinho Motta da Silveira	Folha 27, Quadra 14, Lote Especial	Diretor: Paulo Firmino de Sousa Júnior Vice-diretor:	99174-4075
12	EMEF. Mirian Moreira dos Reis	Folha 07, Quadra 01, Lote 29/30	Diretor: M ^a Inez Sales Machado	99145-3470
13	EMEF. Odílio da Rocha Maia	Folha 08, Quadra 15, Lote Especial	Diretor: José do Espírito Santo Nascimento	99205-5353
14	EMEF. Oneide de Souza Tavares	Folha 30, Quadra Especial	Diretor: Cícero Alves da Silva Vice-diretor: M ^a de Nasaré da S.Costa	99124-0690
15	EMEF. Pedro Cavalcante	Folha 12, Quadra 05, Lote Especial	Diretor: Núbia de Souza Rodrigues Nascimento	99131-5514 / 98162-4137
16	EMEF. Pequeno Príncipe	Folha 32, Quadra Especial	Diretor: Antonio Luiz Silva Soares Vice-diretor: Marisa Maltarolo	99132-6200 / 98141-5433
17	EMEF. Prof. Jonathas Pontes Athias	Folha 22, Quadra Especial	Diretor: Sheila Luíza Lopes Ferreira Vice-diretor: Ana Régia Marinho Silva	99109-6233 99159-6955

Nº	Escolas	Endereço	Diretor	Telefone
18	EMEF. Prof. José Flávio Alves de Lima	Av. Araguaia, Qd. Especial – Bairro Nossa Senhora Aparecida	Diretor: Manoel Araújo Cardoso Vice-diretor: Francisca Ferreira de Oliveira	99132-8216
19	EMEF. Prof. Mário Antonio Alves	Fl. 25, Trav. Ipê Amarelo, Qd. Especial, Lt. 14	Diretor: Sabrina Lima Gonçalves	99204-9399 / 98119-0000
20	EMEF. Profª Fátima Maria F. Gadelha (Emília Ferreiro)	Folha 29, Quadra 17, Lote Especial	Diretor: Laureci Fernandes Costa Vice-diretor: Mª do Socorro C. Amorim	99220-1055 / 98106-9090 99247-3861
21	EMEF. Profª Mª do Socorro Linhares Rodrigues	Trav. 18, Nº 20 – Bairro Araguaia	Diretor: Mª Francilene da Silva Menez	99134-9782
22	EMEF. Profª Mª Francisca de Lima Freire	Folha 13, Quadra 05, Lote 01	Diretor: Marcely Isaias Silva	99134-3114
23	EMEF. Marilene Cirqueira Rodrigues	Av. Boa Esperança Qd. Especial, Lt. 51 – Nossa Sra. Aparecida	Diretor; Francisca Simone Rocha Araújo	99164-0923
24	EMEF. Profª Terezinha de Souza Ramos (Mª Ilan)	Folha 18, Quadra Especial	Diretor: Francisca Arlete Pessoa da Silva	99188-4361
25	EMEF. Rio Tocantins	Folha 13, Quadra Especial	Diretor: Hellen Nyde da Silva e Souza Vice-diretor:	99227-6343
26	EMEF. Salomé Carvalho	Folha 16, Quadra Especial	Diretor: Enylton Guimarães Silva Vice-diretor: Vanilza Sousa da Silva	99118-5009 99134-4585 / 98145-7977
27	EMEF. Silvino Santis	Folha 33, Quadra 02, Lote 02	Diretor: Silvia Monica de Oliveira Vice-diretor: Polianna Francisco Ramos	99109-6171 98132-7971
28	EMEF. Tancredo Neves	Folha 23, Quadra Especial	Elizabeth Mota do Nascimento	99157-9153
29	EMEF. Tio Ming	Rua N, Qd. Sul 18, Lt. Especial – Km 07	Diretor: Maria Balbina Neta	99132-6837 / 991264231
30	NEI. Augusto Bastos Morbach	Folha 20, Quadra 04, Lote 21	Diretor: Janete Alves Cavalcante	99144-8011
31	NEI. Cecília Meireles	Folha 13, Quadra Especial	Diretor: Elziane Mônica Sarmiento	99143-3830
32	NEI. Chapeuzinho Vermelho	Folha 28, Quadra 01, Lote 11	Diretor: MªGoreth Rodrigues de Oliveira	99177-9584
33	NEI. David Abreu de Souza	Rua 01, Qd. N 12 – Km 07	Diretor: Domingas Ramos de Souza	99120-6455
34	NEI. Gabriel Sales Pimenta	Folha 23, Quadra 12, Lote 12	Diretor: Joselene da Silva Santos	99198-0546
35	NEI. Irismar Fernandes de Souza	Rua Canaã, 09 – Bairro Araguaia	Diretor: Gênia Ribeiro Brito	99113-3170
36	NEI. Izabel Francisca do Nascimento (Ana Mª Machado)	Folha 08, Quadra Especial	Diretor: Alcirégia Lima Pereira	99100-2940
37	NEI. Marluse Ferreira da Silva	Folha 06, Quadra Especial	Diretor: Clélia Lima Pinheiro	99102-6622
38	NEI. Prof. Antonio de Paula Silva	Folha 17, Quadra 14, Lote 01-A	Diretor: Maria José Vieira Costa	99218-2856
39	NEI. Prof. José de Souza Andrade Filho (Lúcia Bichara)	Rua C, Qd. Especial, Lt. 10 – Bairro Nossa Senhora Aparecida	Diretor: Sandra Sousa Sacramento	99266-9423
40	NEI. Rafael Barbosa Fernandes	Folha 33, Quadra 18, Lote 50	Diretor: Valdéria Sousa Rodrigues	99173-4310

Núcleo: Cidade Nova

Nº	Escolas	Endereço	Diretor	Telefone
01	EMEF. Acy Barros	Agrópolis do Incra, S/N - Amapá	Diretor: Fábio Rogério Rodrigues Gomes	99131-9361 98131-9361
02	EMEF. Anísio Teixeira	Av. Nagib Mutran, Qd. Especial – Belo Horizonte	Diretor: Maria da Conceição Braga Vice-diretor: Alaíde Gomes Santana	99156-3945/ 98133-6625 (91) 98083-9466
03	EMEF. Arthur Guerra Guimarães	Rua da Colonização, S/N – Agrópolis do Incra – Amapá	Diretor: Josinaldo de Viana Neves	99144-9002
04	EMEF. Basílio Miguel dos Santos	Rua das Cacimbas, S/N – Amapá	Diretor: Isabel Pereira dos Anjos	99121-8461
05	EMEF. Camilly Ferreira da Silva (José da Guia)	Trav. Planalto, 1276 - Liberdade	Diretor: Francisca Juscilene Alves Mendes	99184-6345
06	EMEF. Cristo Rei	Av. 1º de Junho, 1101 – Jardim União	Diretor: Rosimary Ribeiro da Silva	9106-5183
07	EMEF. Darcy Ribeiro	Av. Boa Esperança, S/N – Bom Planalto	Diretor: Eliete Rodrigues Guimarães Vice-diretor: Osmarina Souza Veras Leal	9112-5124 9194-6547
08	EMEF. Deuzuita Melo albuquerque	Av. dos Gaviões, Qd. Especial, S/N – Laranjeiras	Diretor: Keila do Nascimento da Silva	9178-0299
09	EMEF. Dr. Geraldo Mendes de Castro Veloso	Av. 2000, Qd. Especial – Novo Horizonte	Diretor: Regiane Queiroz Alves	99198-1920
10	EMEF. Elinda Simplício Costa	Av. Boa Esperança, S/N – Laranjeiras	Diretor: Efigênia Serrano da Silva	99126-7210
11	EMEF. Francisco de Souza Ramos	Av. Itacaiúnas, 1250 – Novo Horizonte	Diretor: Fabiula Neves de Souza	99170-4526
12	EMEF. Heloisa de Souza Castro	Av. dos Gaviões, SN – Liberdade	Diretor: Rosilene Dias Carneiro Chaves Vice-diretor: Sylveli Ribeiro Sousa	98159-1939 99280-3223
13	EMEF. Ida Valmont	Rua das Castanheiras, S/N – Novo Horizonte	Diretor: Dorivan de Souza Soares Sá	99116-4189
14	EMEF. Irmã Theodora	Av. Paraíso, 1300 - Liberdade	Diretor: Eriosvaldo Borges Vila Boas Vice-diretor: Daniel Moura	99177-6110 98134-1949 / 99146-6052
15	EMEF. José Alves de Carvalho (Avanir)	Av. Antonio Vilhena, Qd. Especial - Independência	Diretor: Nelma Mª Francisca D. S. Batista Vice-diretor: Carmelha Pereira dos Santos Silva	99159-4901 99142-1489
16	EMEF. Luterana	Rua Goiás, 68 - Liberdade	Diretor: Jane Cleide Pereira de Oliveira	99109-4459
17	EMEF. Maria das Graças Ribeiro Sousa	Trav. 13 de Maio, S/N – Bela Vista	Diretor: Carlos Bertino Caldas Lucena Vice-diretor: Mafra Suanze Vieira	99101-8648 99144-9940
18	EMEF. Prof. Paulo Freire	Av. Manaus, 712 – Belo Horizonte	Diretor: Mª Lúcia Nogueira de Sousa Vice-diretor: Valteir Alves Costa	99132-0304 99162-7237
19	EMEF. Prof. Raimundinho	Rua Nagib Mutran, 04 – Cidade Nova	Diretor: Vilma Rodrigues Santos	99112-8912 98123-7963
20	EMEF. Profª Ana Creusa da Silva Bezerra (Elcione)	R. Tancredo Neves, Qd. Especial – Independência	Diretor: Maria de Nazaré Francolino Reis	99221-8163

Nº	Escolas	Endereço	Diretor	Telefone
21	EMEF. Profª Dinalva Gomes Arruda	Rua Rio Negro, S/N - Infraero	Diretor: Elizabeth Martins Moura	99104-6917
22	EMEF. Profª Doralice de Andrade Vieira (Tereza de Jesus)	R. São Luis, Qd. Especial – Belo Horizonte	Diretor: Edilene Barbosa de Carvalho Vice-diretor: Mª da Consolação R. Moraes	99145-8709 99103-7526
23	EMEF. Profª Josineide da Silva Tavares	Rua Cel. Manoel Bandeira, S/N - Liberdade	Diretor: Luiz Gonzaga Oliveira Almeida Vice-diretor: Abel Rodrigues da Silva Filho	99166-8083
24	EMEF. Profª Mª Amélia S. Oliveira	Rua 26 de Junho, 1025 - Independência	Diretor: Valdivino Raquel da Silva	99153-6362
25	EMEF. Profª Mª Luzamor Neves da Cruz	Rua 07 de Setembro, Qd. 15, Lt. 21 - Filadélfia	Diretor: Eliane Santos Rocha	99261-3790
26	EMEF. Profª Olindina Jorge dos Santos	Rua Sebastião Miranda Filho, 97 – Bela Vista	Diretor: Raimundo José Alves de Souza	99253-2220
27	EMEF. Rayara Carvalho Costa	R. Alfredo Monção, qd. 317, Lote 01 – Bairro da Paz	Diretor: Maria Nelma Barros Souza	99195-2105
28	EMEF. São Francisco	Rua Tancredo Neves, S/N - Aeroporto	Diretor: Raimunda Vieira Leite Vice-diretor: Ivaneide Silva Sousa	99233-9458 99227-6174
29	EMEF. Tereza de Castro Aquino Silva (José de Souza)	Rua 26 de Junho, S/N - Independência	Diretor: Maria Arlete de Melo Xavier Vice-diretor: Suzyane Lírio Bandeira	99142-1885 99246-1162
30	EMEF. Tereza Donato - NAEJA	Rua Transamazônica – Agrópolis do Incra	Diretor: Kátia Mª Pereira de Oliveira Vice-diretor: Mª Solange Santana Moreira	99135-3490 99167-1246
31	NEI. Alzira Boa Vista	Av. 1º de Junho, 1039 – Jardim União I	Diretor: Diva Barbosa da Silva	99227-6508
32	NEI. Clarice Lispector	Trav. Pedro Fontenelle, 2103 – Cidade Nova	Diretor: Cleonice da Silva Arruda	99133-1599
33	NEI. Cora Coralina	Rua Recife, Qd. 185, Lt. 10 – São Miguel da Conquista	Diretor: Ana Lúcia Macedo de Oliveira	99177-4208
34	NEI. Fernando Pessoa	Av. Gaiapós 577 - Liberdade	Diretor: Rosimeire Nascimento Lima	99199-2490
35	NEI. Henrique Campos Santos Nascimento (Maurino)	Rua Jerusalém, 18 – Bela Vista	Diretor: Francisco Pereira Oliveira	99142-7035
36	NEI. Liberdade	Av. 31 de março, 734 – Liberdade	Diretor: Wagner Mota Rocha	99259-7378
37	NEI. Maria Clara Machado	Av. Gaviões, Qd. 11, Lt. 12 – Laranjeiras	Diretor: José Rodrigues Lima	99174-7406
38	NEI. Mª da Conceição Silva Pereira (Romary)	Rua do Aeroporto, 17 - Amapá	Diretor: Mª Joilda Amâncio dos Santos	99142-9059
39	NEI. Monteiro Lobato	Trav. Gabriel Pimenta, Qd. 03, Lt. 1N - Independência	Diretor: Antonio Leite Xavier	99157-2051
40	NEI. Newton Miranda	Rua Newton Miranda, 44 – Infraero	Diretor: Marli da Cruz Santos	99180-2468
41	NEI. Prof. Edivan Alves Pereira	Rua 07 de Setembro, Qd. 15, Lt. 21 – Filadélfia	Diretor: Keila Borges de Oliveira	99248-9544
42	NEI. Profª Eunice Vieira Lemos Sousa (Maurício de Sousa)	Rua Cuiabá, Qd. 355, Lt. 12 – Bairro da Paz	Diretor: Eliécly Resplandes Gomes	99180-1793

Nº	Escolas	Endereço	Diretor	Telefone
43	NEI. Raimundo Almeida dos Santos (Emília Ferreiro)	Av. Boa Esperança, 985 – Novo Planalto	Diretor: Maria Creuza de Jesus Arantes	99137-0612
44	NEI. São Félix	Av. Manaus, S/N – Belo Horizonte	Diretor: Miriete Braz de Lima	99153-5344
45	NEI. Vinícius de Moraes	Rua Araguaia, 699 – Novo Horizonte	Diretor: Rosana Cristina Pereira da Costa	99182-0220

NÚCLEO: Marabá Pioneira

Nº	Escolas	Endereço	Equipe Gestora	Telefone
01	EMEF. José Mendonça Vergolino	Av. Getúlio Vargas, 275	Diretor: Nilva Mª Américo Gomes Vice-diretor: Ana Alice Ferreira Teles	99216-5122 / 98130-8112
02	EMEF. Judith Gomes Leitão	Rua Norberto de Melo, 1298	Diretor: Hosana Vieira da Silva Vice-diretor: Valéria Pinto Feitosa	99133-5813 99127-5629
03	EMEF. Rufina Nascimento da Silva	Av. Silvino Santis, 2366	Diretor: Ilma Moura Fernandes	99263-2620
04	EMEF. Santa Rosa II	Rua Marechal Deodoro, S/N – Santa Rosa	Diretor: Sandra Teixeira Lopes	99153-6670
05	NEI. Arco Iris	Rua 05 de Abril, S/N - Centro	Diretor: Rosa Brigida Arraes da Silva	99126-7164
06	NEI. Deodoro de Mendonça	Praça Francisco Coelho	Diretor: Francisca Rodrigues	99122-6484
07	NEI. Profª Mª da Consolação de Souza	Av. Silvino Santis, 2609 – Santa Rosa	Diretor: Mª Dinalva Pereira da Silva	99277-5520

NÚCLEO: São Félix

Nº	Escolas	Endereço	Equipe Gestora	Telefone
01	EMEF. Jarbas Gonçalves Passarinho	Rua Jarbas Passarinho – São Félix Pioneiro	Diretor: Jamila Souza Cavalcante Vice-diretor: Pedro Moraes de Freitas	99171-3283 99157-5767
02	EMEF. Julieta Gomes Leitão	Rua Santo Antonio, S/N – São Félix II	Diretor: Francisca das Chagas L. de Souza Vice-diretor: Mª Edna dos Santos Lopes	99118-5007 / 99218-5033 99118-4009 / 99197-5759
03	EMEF. Nossa Senhora de Fátima	Av. Magalhães Barata, 313 – São Félix II	Diretor: Ângela Mª Ferreira de Oliveira Lima	99300-4062
04	EMEF. Pequeno Pajé	Rua Marechal Deodoro, S/N – São Félix I	Diretor: Marileide Gomes dos Santos	99100-1218
05	EMEF. Prof. Evandro dos Santos Viana	Rua Marcos Mutran – São Félix, Km 03	Diretor: Elzenice de Souza Cabral Vice-diretor: Mª José do Nascimento	99191-3334 99108-2683
06	EMEF. Profª Maria Luzia de Oliveira	Rua São Félix, S/N – São Félix Pioneiro	Diretor: Mª Helena Alves da Silva Pina	
07	EMEF. Profª Maria Rosa Domingues Sá	Rua José Albino – São Félix II	Diretor: Elza Vanna Barbosa Pires	99122-5516
08	EMEF. São Félix	Rua Jarbas Passarinho – São Félix Pioneiro	Diretor: Mª Nelma Pereira Bassani Vice-diretor: Antonia Vieira de Lima	99168-8276
09	EMEF. Walquise Viana da Silveira	Av. Tiradentes, S/N – São Félix I	Diretor: Rosicleide Maurício de Melo Vice-diretor: Zucileia da Silva Santos	99280-0717
10	NEI. Carlos Drummond de Andrade	Rua Zacarias de Assunção, Qd. 45, Lt. 30 – São Félix I	Diretor: Jádina Barbosa Pontes	99197-9707
11	NEI. Olavo Bilac	Rua São Félix, S/N - São Félix Pioneiro	Diretor: Durcilene da Silva Ribeiro	99220-1514
12	NEI. Profª Maria Barbosa da Silva	Rua São Paulo, 50 – São Félix I	Diretor: Telma Moreira Nóbrega Lopes	99132-5285
13	NEI. Silóé	Rua Jarbas Passarinho, S/N – São Félix Pioneiro	Diretor: Maria Jucilene Alves Coelho	99243-6306

NÚCLEO: Morada Nova

Nº	Escolas	Endereço	Equipe Gestora	Telefone
01	EMEF. Arco Iris	Av. Tocantins, S/N – Km 11	Diretor: Mª Eliane Braga da Silva	99162-1673
02	EMEF. Fé em Deus	Av. Tocantins, S/N	Diretor: Agleides Cordeiro Dias Almeida Vice-diretor: Elodi Machado	99172-5913 99179-5193
03	EMEF. Paulo Umbelino Ferreira	Rua da Feirinha, S/N	Diretor: Mª Oneide de Oliveira Félix	99226-6629
04	EMEF. Pedro Peres Fontenelle	Rua Pedro Carneiro, S/N	Diretor: Mª Nilma Pires da Cruz Vice-diretor: Irlene Souza Sampaio	99143-2745 99143-2745
05	EMEF. Profª Izaura de Fátima Nocetti	Rua Cabo Frio, 906	Diretor: Aliene Alionardo de Carvalho Targa	99133-4946
06	EMEF. Profª Lúcia Mendes	Rua Sebastião Rocha, 180	Diretor: Nelsivana Santos Cardoso	99112-9896
07	EMEF. Profª Marinalva Pereira de Sousa	Av. Araguaia, 325 – Morada Nova	Diretor: Delzuita Machado dos Reis Conceição	99195-1544
08	NEI. Profª Eunice Raimunda Brito de Oliveira	Av. Tocantins, 137	Diretor: Eloína Teodora dos Santos Souza	99135-8814
09	NEI. Raimunda Oliveira Rocha	Av. João Teixeira, S/N – Residencial Tiradentes – Km 09	Diretor: Elaine de Souza Leite Sampaio	99139-5839
10	NEI. Tarsila do Amaral	Rua Manoel Garrincha, 07	Diretor: Rubenilde Valentim Abreu	99112-1608

Anexo XIV: Relação de escolas da Rede Estadual de Ensino (SEDUC) - Pará

PORTAL SEDUC - CONSULTAS ESCOLAS.

http://www.seduc.pa.gov.br/portal/escola/consulta_escola/fmConsult...

Consulta Parametrizada Acompanhamento Matrícula Consulta Endereço Escola Consulta Escolas de Tempo Integral

CONSULTA DE ENDEREÇO DAS ESCOLAS DA REDE

FILTROS DA CONSULTA:

ANO LETIVO: 2016

ESCOLA:

URE: 04A URE - MARABA

MUNICIPIO: Todos

NIVEL: ENSINO MÉDIO

MODALIDADE: Todos

1 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PROF HELIO FROTA LIMA **Codigo MEC :**15116220 **Município:** ABEL FIGUEIREDO
Diretor(a):MARCIA ISAMIRA DE MIRANDA MARTINS **Endereço:** TRAV. SAO JORGE
Bairro: CENTRO **CEP:** 68527000 **Telefone:** (94) 3242-1355

2 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEFM PROFA MARIA SYLVIA DOS SANTOS (SEDE) **Codigo MEC :**15116395 **Município:** BOM JESUS DO TOCANTINS
Endereço: RUA BRASIL
Bairro: LARANJEIRA **CEP:** 68525000 **Telefone:** (94) 3341-1129

3 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEEFM KATEKAPONOTI **Codigo MEC :**15162990 **Município:** BOM JESUS DO TOCANTINS
Diretor(a):PARKAPREKTI KOKAPROTI JOKUKREKAPREKRE **Endereço:** ALDEIA AKRAKAPREKTI NA LADEIRA VERMELHA
Bairro: RURAL **CEP:** 68500000 **Telefone:** (94)3324-1397

4 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EE INDIGENA DE EFM TATAKT KYKATEJE **Codigo MEC :**15574261 **Município:** BOM JESUS DO TOCANTINS
Diretor(a):RIKPARTI KOKAPROTI **Endereço:** ROD BR 222, KM 25
Bairro: Reserva mae maria **CEP:** 68525000 **Telefone:** (94) 9170-0832

5 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EE INDIGENA DE EIFM PEPTYKRE PARKATEJE **Codigo MEC :**15155862 **Município:** BOM JESUS DO TOCANTINS
Diretor(a):JATHIATI KOKOXUNTI PARAKATEJE **Endereço:** ALDEIA COM. INDIGENA, PARKATEJE
Bairro: aldeia mãEe maria **CEP:** 68525000 **Telefone:** (00) 0000-0000

6 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PROF LICIO SOLHEIRO **Codigo MEC :**15126714 **Município:** BREJO GRANDE DO ARAGUAIA
Diretor(a):VALTER VIEIRA DE CARVALHO FILHO **Endereço:** AV TREZE DE MAIO
Bairro: CENTRO **CEP:** 68521000 **Telefone:** (94) 3337-1174

7 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM IRMA LAURA DE MARTINS CARVALHO **Codigo MEC :**15097129 **Município:** CANAA DOS CARAJAS
Diretor(a):DARIO BORGES GONCALVES **Endereço:** AV PARA, QUADRA E LOTE ESPECIAL
Bairro: NOVO BRASIL **CEP:** 68537000 **Telefone:** (94) 3324-1397

8 - URE:04A URE - MARABA

1 de 7

21/07/2016 15:55

Escola: EEFM PROF NELSON DOS PRAZERES HENRIQUE **Codigo MEC :**15125424 **Município:** CANAA DOS CARAJAS
Diretor(a):EDSON PEREIRA DA SILVA **Endereço:** RUA MOGNO
Bairro: CENTRO **CEP:** 68537000 **Telefone:** (94) 3358-1925

9 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM DR TANCREDO DE ALMEIDA NEVES **Codigo MEC :**15124347 **Município:** CURIONOPOLIS
Diretor(a):MARIA DO AMPARO COSTA SILVA **Endereço:** AV MINAS GERAIS
Bairro: CENTRO **CEP:** 68523000 **Telefone:** (94) 3348-1289

10 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM GOVERNADOR ALMIR GABRIEL **Codigo MEC :**15588599 **Município:** CURIONOPOLIS
Endereço: AV MINAS GERAIS
Bairro: CENTRO **CEP:** 68523000 **Telefone:** (94) 3348-1081

11 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM ELDORADO **Codigo MEC :**15124770 **Município:** ELDORADO DOS CARAJAS
Diretor(a):JOSE AGOSTINHO FERREIRA **Endereço:** AV IGUACU - KM 02
Bairro: CENTRO **CEP:** 68524000 **Telefone:** (94) 3347-1422

12 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM FRANCLANDIA **Codigo MEC :**15584020 **Município:** ELDORADO DOS CARAJAS
Diretor(a):RONEY PINHEIRO DA SILVA **Endereço:** AV SAO GERALDO, KM 100
Bairro: CENTRO **CEP:** 68524000 **Telefone:** (94) 3347-1422

13 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEF BRASIL TROPICAL **Codigo MEC :**15111822 **Município:** ITUPIRANGA
Diretor(a):MARIA IVANILDE COSTA BARROS **Endereço:** AV IPXUNA
Bairro: cajazeiras **CEP:** 68580000 **Telefone:** (94) 3353-1100

14 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEF GETULIO VARGAS **Codigo MEC :**15112039 **Município:** ITUPIRANGA
Diretor(a):ROBSON PEREIRA DE SOUZA **Endereço:** ROD TRANS KM 42 - RUA ALA A
Bairro: AGROVILA **CEP:** 68580000 **Telefone:** (94) 3324-1397

15 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEFM ALBERTINA BARREIROS **Codigo MEC :**15111741 **Município:** ITUPIRANGA
Diretor(a):ROSANIA DO NASCIMENTO DE LUCENA **Endereço:** AV 14 DE JULHO SN
Bairro: CENTRO **CEP:** 68580000 **Telefone:** (94) 3333-1188

16 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEF PROF IZABEL MARACAÍPE **Codigo MEC :**15111938 **Município:** ITUPIRANGA
Diretor(a):MARIA CELIA GOMES SOUZA **Endereço:** RUA DOMINGOS WOLF SN
Bairro: CENTRO **CEP:** 68580000 **Telefone:** (94) 3333-1188

17 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM LIBERALINA CARVALHO DE ARAGAO **Codigo MEC :**15579697 **Município:** ITUPIRANGA
Diretor(a):SALUSTRIANO MENEZES DA CONCEICAO **Endereço:** VILA CRUZEIRO DO SUL, 920
Bairro: CRUZEIRO DO SUL **CEP:** 66077000 **Telefone:** (94) 9901-2923

18 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEFM IRMA DOROTHY STANGE **Codigo MEC :**15105121 **Município:** JACUNDA
Diretor(a):FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA **Endereço:** RUA BELEM
Bairro: JOSE RASTEIRO **CEP:** 68590000 **Telefone:** (94) 9133-6434

19 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM ANEXO I PROF MARIA DA GLORIA RODRIGUES PAIXAO JACUNDA Endereço: RUA NOBRE CEP: 68590000 Telefone: (94) 3391-4126	Codigo MEC : 15113388	Município:
20 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: EEEM PROFA MARIA DA GLORIA RODRIGUES PAIXAO Diretor(a): ROSILENE SANCHES ASSUNCAO Bairro: CENTRO	Codigo MEC : 15113388 Endereço: RUA NOBRE CEP: 68590000 Telefone: (94) 3391-4126	Município: JACUNDA
21 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: ANEXO II EEEM ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA Endereço: agropolis do incra Bairro: AMAPA	Codigo MEC : 15127389 CEP: 68508970	Município: MARABA
22 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: EEEM ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA Endereço: AGROPOLIS DO INCRA Bairro: AMAPA	Codigo MEC : 15127389 CEP: 68508970 Telefone: (94) 3324-4134	Município: MARABA
23 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: EEEM DR GABRIEL SALES PIMENTA Endereço: AV ARAGUAIA Bairro: MORADA NOVA	Codigo MEC : 15127265 CEP: 68514300 Telefone: (94) 3344-1314	Município: MARABA
24 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: EEEM DR GASPAR VIANNA Diretor(a): FERNANDO FERREIRA SANTIAGO Bairro: NOVA MARABA	Codigo MEC : 15127370 Endereço: FOLHA 16 QUADRA ESPECIAL CEP: 68500005 Telefone: (94) 3322-3956	Município: MARABA
25 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: EEEM DR GASPAR VIANNA (ANEXO I) Bairro: NOVA MARABA	Codigo MEC : 15127370 CEP: 68500000 Telefone: (94)3322-3956	Município: MARABA
26 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: EEEM DR GERALDO MENDES DE CASTRO VELOSO Diretor(a): LUCIA DE FATIMA PAIXAO BATISTA Bairro: NOVO HORIZONTE	Codigo MEC : 15577406 Endereço: AV. 2000, QD ESPECIAL, LOTE ESPECIAL CEP: 68501000 Telefone: (94) 3324-4039	Município: MARABA
27 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: EEEM DR INACIO SOUSA MOTA Diretor(a): MARLY MENDES DA SILVA Bairro: NOVA MARABA	Codigo MEC : 15127737 Endereço: RUA D QUADRA ESPECIAL KM 7 CEP: 68503000 Telefone: (94) 3324-1270	Município: MARABA
28 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: EEEM DR JOSE CURSINO DE AZEVEDO Diretor(a): JOAO CARVALHO Bairro: NOVA MARABA	Codigo MEC : 15127303 Endereço: FOLHA 10 QUADRA 14 ESPECIAL CEP: 68503000 Telefone: (94) 3322-4984	Município: MARABA
29 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: EEEM ELINDA SIMPLICIO COSTA Diretor(a): WALDENIRA FARIAS RIBEIRO Bairro: LARANJEIRA	Codigo MEC : 15127745 Endereço: AV ESPERANCA CEP: 68501170 Telefone: (94) 3324-6528	Município: MARABA
30 - URE:04A URE - MARABA		
Escola: EEEM IRMA THEODORA Diretor(a): ALDA DE SOUZA SILVA Bairro: LIBERDADE	Codigo MEC : 15559726 Endereço: AV PARAISO CEP: 68501780 Telefone: (94) 3324-1397	Município: MARABA

31 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM LIBERDADE **Codigo MEC :**15127281 **Município:** MARABA
Diretor(a):SALVADOR BATISTA DE ALMEIDA **Endereço:** RUA DUQUE DE CAXIAS
Bairro: LIBERDADE **CEP:** 68501310 **Telefone:** (94) 3324-2305

32 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM LIBERDADE (ANEXO I) **Codigo MEC :**15127281 **Município:** MARABA
Endereço: avenida antonio vilhena
Bairro: independencia **CEP:** 68500000 **Telefone:** (94) 3324-6874

33 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM LUZIA NUNES FERNANDES **Codigo MEC :**15127753 **Município:** MARABA
Diretor(a):NILVA MARIA AMERICO GOMES **Endereço:** FOLHA 27 QUADRA 04 LOTE 10
Bairro: NOVA MARABA **CEP:** 68509130 **Telefone:** (94) 3321-4306

34 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PLINIO PINHEIRO **Codigo MEC :**15127729 **Município:** MARABA
Diretor(a):VANDERLEI LOPES BARROS **Endereço:** TRAVESSA SANTA TERESINHA
Bairro: MARABA PIONEIRA **CEP:** 68508970 **Telefone:** (94) 3321-1944

35 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PROF ANIZIO TEIXEIRA **Codigo MEC :**15127311 **Município:** MARABA
Diretor(a):SINARA SOARES CANGUSSU **Endereço:** AV. NAGIB MUTRAN
Bairro: CIDADE NOVA **CEP:** 68501570 **Telefone:** (93) 2423-0111

36 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PROFESSORA TEREZA DONATO ARAUJO **Codigo MEC :**15129560 **Município:** MARABA
Diretor(a):KATIA MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA **Endereço:** ROD TRANSAMAZONICA - AGROPOLIS DO INCRA
Bairro: AMAPA **CEP:** 68501660 **Telefone:** (94) 3324-2717

37 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PROF JONATHAS PONTES ATHIAS **Codigo MEC :**15127907 **Município:** MARABA
Diretor(a):GILDEMAR PEREIRA DOS SANTOS **Endereço:** FOLHA 22 QUADRA ESPECIAL
Bairro: NOVA MARABA **CEP:** 68508070 **Telefone:** (94) 3322-2519

38 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PROF ONEIDE DE SOUZA TAVARES **Codigo MEC :**15127613 **Município:** MARABA
Diretor(a):MARIA DE NASARE DA SILVA COSTA **Endereço:** FOLHA 30 QUADRA ESPECIAL, LOTE ESPECIAL
Bairro: NOVA MARABA **CEP:** 68500005 **Telefone:** (94) 3323-3480

39 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PROF PAULO FREIRE **Codigo MEC :**15127648 **Município:** MARABA
Diretor(a):JEANNE DA SILVA CAVALCANTE **Endereço:** AV MANAUS
Bairro: BELO HORIZONTE **CEP:** 68503270 **Telefone:** (94) 3324-6897

40 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PROF SALOME CARVALHO **Codigo MEC :**15127664 **Município:** MARABA
Diretor(a):MAGNO RODRIGUES BARROS **Endereço:** FOLHA 16 QUADRA E LOTE ESPECIAL
Bairro: NOVA MARABA **CEP:** 68511040 **Telefone:** (94) 3322-4979

41 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM RIO TOCANTINS - CAIC **Codigo MEC :**15547191 **Município:** MARABA
Diretor(a):HELLEN NYDE DA SILVA E SOUZA **Endereço:** FOLHA 13 QUADRA E LOTE ESPECIAL
Bairro: NOVA MARABA **CEP:** 68508972 **Telefone:** (94) 3322-4141

42 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM SAO JOSE **Codigo MEC :**15161455 **Município:** MARABA
Endereço: KM 08, VILA SAO JOSE
Bairro: ZONA RURAL **CEP:** 68501970

43 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM WALQUISE VIANA DA SILVEIRA **Codigo MEC :**15147223 **Município:** MARABA
Diretor(a): TEREZINHA MARAVILHA SANTIS **Endereço:** RUA JOSE ALBINOVICINAL ESPIRITO SANTO
Bairro: SAO FELIX - UNIAO **CEP:** 68500310 **Telefone:** (00) 0000-0000

44 - URE:04A URE - MARABA

Escola: ERC PEQUENO PRINCIPE **Codigo MEC :**15127079 **Município:** MARABA
Diretor(a): ANTONIO LUIZ SILVA SOARES **Endereço:** FOLHA 32 AREA E LOTE ESPECIAL
Bairro: NOVA MARABA **CEP:** 68507670 **Telefone:** (94) 3323-3597

45 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM MARIA IRANY RODRIGUES DA SILVA **Codigo MEC :**15579581 **Município:** NOVA IPIXUNA
Diretor(a): FILOMENA ROSA SOARES NETA **Endereço:** AV BRASIL
Bairro: CENTRO **CEP:** 68585000 **Telefone:** (00) 0000-0000

46 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM 21 DE ABRIL **Codigo MEC :**15129578 **Município:** PALESTINA DO PARA
Diretor(a): AUDILEIA DA SILVA TEIXEIRA **Endereço:** RUA RUI BARBOSA ENTRE AS AV15 E 16
Bairro: CIDADE NOVA **CEP:** 68535000 **Telefone:** (00) 0000-0000

47 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EE ANEXO EDUARDO ANGELIM **Codigo MEC :**15553558 **Município:** PARAUAPEBAS
Endereço: AV. NOVA INGLATERRA
Bairro: NOVO HORIZONTE **CEP:** 68515000 **Telefone:** (94) 9925-5888

48 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EE EDUARDO ANGELIM (ANEXO VII) **Codigo MEC :**15125432 **Município:** PARAUAPEBAS
Endereço: rio de janeiro
Bairro: rio verde **CEP:** 68515000

49 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EE EDUARDO ANGELIM (ANEXO VIII) **Codigo MEC :**15125432 **Município:** PARAUAPEBAS
Endereço: rio de janeiro
Bairro: rio verde **CEP:** 68515000

50 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEF CECILIA MEIRELES **Codigo MEC :**15125351 **Município:** PARAUAPEBAS
Endereço: RUA L Q ESPECIAL
Bairro: UNIAO **CEP:** 68515000 **Telefone:** (94) 3346-1545

51 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEF IRMA DULCE **Codigo MEC :**15526240 **Município:** PARAUAPEBAS
Diretor(a): FABIANA SOUTO RODRIGUES **Endereço:** RUA SAO LUIZ GONZAGA
Bairro: DA PAZ **CEP:** 68515000 **Telefone:** (94) 3324-1397

52 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEFM JANELAS PARA O MUNDO **Codigo MEC :**15167453 **Município:** PARAUAPEBAS

53 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM CARLOS HENRIQUE **Codigo MEC :**15553566 **Município:** PARAUAPEBAS
Diretor(a): JOSE LEAL NUNES **Endereço:** RUA LAURO CORONA
CEP: 68515000

54 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM CRESCENDO NA PRATICA **Codigo MEC :**15165981 **Município:** PARAUAPEBAS
Diretor(a):MESSIAS SILVA MARQUES **Endereço:** av quilombo dos palmares sn
Bairro: palmares ii **CEP:** 68515000

55 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM EDUARDO ANGELIM SEDE **Codigo MEC :**15125432 **Município:** PARAUAPEBAS
Endereço: RIO DE JANEIRO
Bairro: RIO VERDE **CEP:** 68515000 **Telefone:** (94) 3346-4641

56 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM JOAO PRUDENCIO DE BRITO **Codigo MEC :**15212807 **Município:** PARAUAPEBAS
Diretor(a):ELIZANGELA MATILDES DE CARVALHO **Endereço:** RUA C
Bairro: PRIMAVERA **CEP:** 68515000 **Telefone:** (94) 3346-8212

57 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PAULO FREIRE **Codigo MEC :**15166694 **Município:** PARAUAPEBAS
Endereço: rua porto velho qd especial
Bairro: palmares sul **CEP:** 68515000

58 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PROFESSOR LUIS MAGNO ARAUJO **Codigo MEC :**15165957 **Município:** PARAUAPEBAS
Endereço: rua a 15
Bairro: amazonia **CEP:** 68515000 **Telefone:** (94) 9908-9387

59 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM PROF MARLUCE MASSARIOL DE SOUZA **Codigo MEC :**15584046 **Município:** PARAUAPEBAS
Diretor(a):ANA FRANCISCA MACHADO DE SOUZA **Endereço:** RUA ONZE
Bairro: UNIAO **CEP:** 68515000 **Telefone:** (94) 3346-6127

60 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EE GEN EUCLYDES F FIGUEIREDO **Codigo MEC :**15125440 **Município:** PARAUAPEBAS
Diretor(a):ARAO MARQUES DA SILVA **Endereço:** RUA B QUADRA ESPECIAL
Bairro: CIDADE NOVA **CEP:** 68515000 **Telefone:** (94) 3346-1603

61 - URE:04A URE - MARABA

Escola: ERC PAULO FONTELLES DE LIMA **Codigo MEC :**15526259 **Município:** PARAUAPEBAS
Diretor(a):MARGARETE TERESINHA MINUZZI **Endereço:** rua rio de janeiro
Bairro: RIO VERDE **CEP:** 68515000 **Telefone:** (94) 9143-3880

62 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM ALICE SILVEIRA LIMA **Codigo MEC :**15132420 **Município:** PICARRA
Diretor(a):ALDICLEIA MARTINS DE MIRANDA **Endereço:** AV ARAGUAIA
Bairro: CENTRO **CEP:** 68575000 **Telefone:** (94) 3324-1397

63 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM DR DIONISIO BENTES DE CARVALHO (ANEXO I) **Codigo MEC :**15119777 **Município:** RONDON DO PARA
Endereço: RUA SANTO ANTONIO
CEP: 68638000 **Telefone:** 33261898

64 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM DR DIONISIO BENTES DE CARVALHO SEDE **Codigo MEC :**15119777 **Município:** RONDON DO PARA
Diretor(a):VANDA DE ALMEIDA FREITAS **Endereço:** SANTO ANTONIO
Bairro: CENTRO **CEP:** 68638000 **Telefone:** (94) 8115-2738

65 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEFM PROFA ELZA MARIA CORREA DANTAS **Codigo MEC :**15129799 **Município:** SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA
Diretor(a): SEBASTIANA ARAUJO FILHA **Endereço:** TRAV ALACID NUNES
Bairro: novo sao domingos **CEP:** 68520000 **Telefone:** (94) 3332-1337

66 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM LENILSON LUIZ MIRANDA **Codigo MEC :**15138763 **Município:** SAO GERALDO DO ARAGUAIA
Diretor(a): LIBANA DA CRUZ SILVA **Endereço:** RUA EDSON ARANTES
Bairro: BELA VISTA **CEP:** 68570000 **Telefone:** (94) 3331-1290

67 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM MACARIO DANTAS (ANEXO) **Codigo MEC :**15132412 **Município:** SAO GERALDO DO ARAGUAIA
Endereço: AV VILA GRANDE CABRITA SN
CEP: 68570000

68 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM MACARIO DANTAS SEDE **Codigo MEC :**15132412 **Município:** SAO GERALDO DO ARAGUAIA
Diretor(a): MARINA RODRIGUES ROCHA **Endereço:** AV FIRMINO COSTA
Bairro: ALTO BEC **CEP:** 68570000 **Telefone:** (94) 3331-1306

69 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM NOVO PARAISO **Codigo MEC :**15215008 **Município:** SAO GERALDO DO ARAGUAIA
Diretor(a): NILSIMONE APARECIDA MARTINS COSTA **Endereço:** RUA HOSNARIA MACIANA FERREIRA
Bairro: CENTRO **CEP:** 68570000 **Telefone:** (94) 9226-0303

70 - URE:04A URE - MARABA

Escola: EEEM DR ABEL FIGUEREDO **Codigo MEC :**15550087 **Município:** SAO JOAO DO ARAGUAIA
Diretor(a): CRISTIANO GOMES LOPES **Endereço:** rUA MAGALHÃES BARATA
Bairro: CENTRO **CEP:** 68518000 **Telefone:** (94) 9185-6967

Anexo XV: Lei nº 6.888/1980: Dispõe sobre a profissão de sociólogo/a

Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

Dispõe sobre o exercício da profissão do Sociólogo e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e ou sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta lei, em estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos;

d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta lei, por estabelecimento de Pós-Graduação oficiais ou reconhecidos;

e) aos que embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, e d, venham exercendo efetivamente, a mais de cinco anos, atividade de sociólogo, até a data da publicação desta lei.

Art. 2º - É da competência do sociólogo:

I - elaborar, supervisionar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar sociologia geral ou especial nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º - os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou entidades privadas, quando encarregados da elaboração e execução de plano, estudos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida

atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Art. 4º - as atividades de Sociólogo serão exercidas na forma de contrato de trabalho, regido pela consolidação das Leis do Trabalho, em regime do estatuto dos funcionários públicos, ou como atividades autônomas.

Art. 5º - admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviço previstos nesta Lei, desde que as mesmas mantenham sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º - o exercício da profissão de sociólogo requer prévio registro no Órgão competente no Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de:

I - Documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nas alíneas a, b, c e d do artigo 1º, ou a comprovação de que vem exercendo a profissão, na forma de alínea e do art. 1º;

II - Carteira Profissional.

Parágrafo Único: para os casos de profissionais incluídos na alínea e do art. 1º, a regulamentação desta lei disporá sobre os meios e modos da devida comprovação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da respectiva publicação.

Art. 7º - o Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - revogam-se as disposições em contrário.

Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984

Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências.

Anexo XVI: Decreto nº 89.531/1984: Regulamenta a profissão de sociólogo/a

Decreto nº 89.531, de 05 de abril de 1984.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 7º da Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

DECRETA:

Art. 1º - O exercício, no País, da profissão de sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado:

a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até 11 de dezembro de 1980, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, diplomados até 11 de dezembro de 1980, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos;

e) aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c, e d, tenham exercido, efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, até 11 de dezembro de 1980, uma das atividades definidas no artigo 2º deste Decreto.

Art. 2º - São atribuições dos sociólogos:

I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social;

II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais;

III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social;

IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social.

Art. 3º - Os órgãos públicos da administração direta ou indireta ou as entidades provadas, quando encarregados da elaboração e execução de planos, programas e projetos sócio-econômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto a referida atividade,

sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para a prestação de serviços.

Art. 4º - As atividades de sociólogo serão exercidas:

I - mediante contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho,

II - em regime estatutário (Estatuto dos Funcionários Públicos); e

III - de forma autônoma.

Art. 5º - Admitir-se-á, igualmente, a formação de empresas ou entidades de prestação de serviços para a realização das atividades previstas no artigo 2º deste Decreto, desde que as mesmas mantenham sociólogo como responsável técnico e não cometam atividades privativas de sociólogo a pessoas não habilitadas.

Art. 6º - O exercício da profissão depende de prévio registro no órgão regional do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 1º - O registro a que se refere este artigo será efetuado a requerimento do interessado, instruído com os seguintes documentos:

a) diploma mencionado na alínea a, b, ou d do artigo 1º, ou ainda

b) título de habilitação específica em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada na forma do disposto no artigo 1º;

c) documento comprobatório de atividade profissional de sociólogo, durante pelo menos 5 (cinco) anos, até 11 de dezembro de 1990, observado o previsto no artigo seguinte;

d) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo 2º - O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá conter, além do nome do interessado, a filiação, o local e a data de nascimento, o estado civil, indicação da residência e local onde exerce a profissão, número da Carteira de Identidade, seu órgão expedidor e data da expedição, bem como o número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda.

Art. 7º - A prova da situação prevista na alínea e do artigo 1º será feita por qualquer meio em direito permitido, notadamente pela Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou pelo recibo de pagamento do imposto relativo ao exercício da atividade profissional e somente admitida no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da publicação deste Decreto.

Art. 8º - O órgão regional do Ministério do Trabalho anotarà na carteira de Trabalho e Previdência Social do interessado a data e o registro da profissão.

Art. 9º - O Ministério do Trabalho expedirá as instruções que se fizerem necessários à execução deste decreto.

Art. 10º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 05 de abril de 1984; 163º da Independência e 96º da República.

Anexo XVII: Resolução da FACSAT que normatiza os Trabalhos de Conclusão de Curso

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 08 de junho de 2016

Fixa as normas que regem a realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

R E S O L U Ç Ã O

Art. 1º Em conformidade com a Resolução 008/2015 do CONSEPE, a presente Resolução estabelece as normas que regem os Trabalhos de Conclusão de Curso da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) poderá ser elaborado nas seguintes formas, aplicando-se as normas vigentes para apresentação e redação de trabalhos acadêmicos:

- I. Monografia de Pesquisa de Campo, compreendendo-se como trabalho acadêmico realizado a partir da pesquisa de dados primários;
- II. Monografia de Pesquisa Bibliográfica, compreendendo-se como tal trabalho acadêmico realizado a partir de pesquisa de dados secundários.
- III. Documentário Audiovisual, realizado a partir de pesquisa de campo, com equipamentos próprios ou concedidos por outras instituições de fomento à pesquisa. O Documentário Audiovisual deverá ser apresentado pelo discente em texto, indicando resultados de atividade de pesquisa de campo e bibliográfico que justifiquem a produção do material em modelo de monografia.
- IV. Artigo científico em co-autoria com o orientador (a)- publicado em periódico da área.

§1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá ser elaborado individualmente.

§2º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá obedecer as Normas para Elaboração e Apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso de acordo com a ABNT.

Art. 3º O Conselho da Faculdade deve ser a instância onde os discentes dos cursos de Ciências Sociais deverão requerer suas inscrições para a realização do TCC.

§1º A inscrição deverá ser feita por ocasião da matrícula específica para o TCC e o seu deferimento se dará em reunião do Conselho da Faculdade, *a posteriori*.

§2º A inscrição será feita em formulário próprio, no qual deve conter:

- I. Nome completo do discente;
- II. Número de matrícula;
- III. Ano de entrada no curso;
- IV. Semestre que está cursando;
- V. Número de disciplinas já integralizadas;
- VI. Endereço completo e atualizado;
- VII. Pré-projeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- VIII. Sugestão do docente/a orientador/a;
- IX. Titulação do/a orientador/a;

§3º Poderá se inscrever para iniciar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) o/a discente/a que tenha cumprido, pelo menos, 70% das exigências mínimas exigidas para integralização dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, e necessariamente ter sido aprovado nas disciplinas de Metodologia.

§4º O pedido de inscrição será examinado pelo Conselho da Faculdade e, após homologação, encaminhado ao docente/a que realizará a orientação.

§5º A partir do momento da homologação e designação do/a docente/a orientador/a, o/a discente/a terá no mínimo 01 (um) semestre para a conclusão do trabalho. O tempo máximo para a conclusão do trabalho não deverá exceder o tempo limite estabelecido pela Universidade para o jubramento do curso.

Art. 4º O colegiado fará a designação do docente que irá orientar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), observando, na medida do possível, a indicação original do discente feita no ato da matrícula, em respectivo formulário.

§1º Será destinada à orientação de cada Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a carga horária de duas (02) horas semanais, conforme Resolução Nº 1.664/88, Art.8º, Parágrafo 3º do CONSEP.

§2º Estarão habilitados a orientar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) docentes efetivos e/ eventualmente docentes substitutos da Unifesspa, preferencialmente com titulação mínima com especialização.

§3º Estarão igualmente habilitados a orientar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) profissionais de outras Instituições, em contrato de cooperação técnico-científica com a Unifesspa.

Art. 5º O/a docente/a orientador/a acompanhará semanalmente o/a discente/a ao longo das etapas do trabalho.

§1º Poderá ocorrer a mudança de orientado ou orientador desde que aprovado pelo/a orientado/a, orientador/a e pelo Conselho da Faculdade. Tal mudança deverá ser formalizada a partir de requerimento do/a orientado/a ou do/a orientador/a endereçado ao Conselho da Faculdade.

§2º Em relação à perda ou permanência da Carga Horária pelo primeiro orientador, caberá ao Conselho da Faculdade decidir, avaliando os casos individualmente.

§3º Cada Docente/a orientador/a poderá orientar 08 (oito) discentes/as em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), por semestre ou até completar a carga horária correspondente a seu Plano Individual de Trabalho (PIT).

§4º Dada a pouca disponibilidade de profissionais, e a real demanda discente, cada docente(a)/orientador(a) poderá assumir, extraordinariamente, maior quantidade de orientações conforme definição do Conselho da Faculdade e em atenção às necessidades do curso e disposição de docentes.

§5º Os cursos intensivos assumidos pela Faculdade através de contrato e/ou convênio terão acordos específicos conforme a disponibilidade de docentes para realizar orientações.

Art. 6º Será obrigatória a Defesa Pública do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), mediante Banca Examinadora.

§1º Para a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o/a discente terá o tempo de até vinte (20) minutos. A arguição para cada membro da Banca Examinadora será de até 15 minutos.

§2º A realização da Defesa Pública deverá ser publicizada nos quadros de aviso da FACSAT – contendo informações sobre data, hora e local – com pelo menos 04 dias de antecedência nos quadros de aviso da FACSAT.

Art. 7º O Trabalho de Conclusão de Curso será examinado e avaliado pela Banca em vista de critérios estabelecidos para garantir a qualidade da produção científica dos discentes da FACSAT expressa no documento TCC. Os itens de avaliação são os seguintes:

1. O trabalho contempla introdução, desenvolvimento e conclusão?
2. Há organização lógica das ideias?
3. Qual o grau de aprofundamento teórico dos aspectos fundamentais?
4. O referencial teórico apresentado é pertinente e acionado adequadamente no trabalho?
5. Evidencia concepções críticas e problematizadoras?
6. Há clareza na apresentação das ideias e coerência entre elas?
7. Usa corretamente a língua portuguesa no texto escrito?
8. Usa corretamente a língua portuguesa na sustentação pública?
9. Utiliza adequadamente terminologias próprias da área temática no texto escrito?
10. Utiliza adequadamente a terminologia própria da área temática na sustentação pública?

§1º Os avaliadores deverão preencher a Ficha de Avaliação em anexo a esta resolução.

§2º Cada um dos itens de avaliação será atribuída uma nota pelos avaliadores, sendo 1,0 ponto para o caso do item ser integralmente contemplado; 0,75 ponto para o caso do item parcialmente contemplado; 0,50 para o caso do item insuficientemente contemplado; e 0,00 para o item que não foi contemplado. A soma dos itens de avaliação determina a Nota Final do discente.

§3º O conceito final será obtido através da média aritmética das três avaliações, após o que serão convertidas em conceito a partir do seguinte quadro de referência:

9,00-10,00: Excelente;

7,00 a 8,99: Bom;

5,00 a 6,99: Regular;

0,00 a 4,99: Insuficiente.

§4º O discente terá acesso à Ata de Defesa Pública da cópia desta após cumprir todas as exigências contidas nesta Resolução presente.

Art. 8º Os examinadores deverão registrar na Ficha de Avaliação, em item discriminado, se ocorreu algum caso de violação ética aparente na prática científica do discente.

§1º Nos casos de *Plágio* apontados por um dos examinadores/avaliadores, o TCC será imediatamente reprovado. É necessário que apenas um dos avaliadores comprove este caso de violação ética para que a reprovação imediata seja levada a cabo.

§2º Os casos referentes a outras formas de violação ética da prática científica serão levados ao Conselho da Faculdade para discussão de mérito. Será apontado um(a) relator(a) para avaliar o caso e o TCC será submetido à avaliação do Conselho, sendo decidida a reprovação ou não do TCC e as demais medidas cabíveis. Essas sanções serão decididas por maioria simples do Corpo Docente.

Acrescentar um texto indicando a inteira responsabilidade do autor sobre os conteúdos e argumentos do trabalho.

§3º Os docentes do Conselho terão a prerrogativa de encaminhar ao Comitê de Ética da Unifesspa – assim que este estiver institucionalizado – os casos contenciosos, seja encaminhando a própria análise de mérito da suposta violação ética, seja como instância de apelação das partes envolvidas (Discente, Orientador e demais docentes do Conselho da FACSAT).

Art. 9º Para fins de registro institucional, o discente aprovado na Defesa Pública deverá entregar, em até 05 dias úteis após a realização da mesma, o documento TCC corrigido, digitalizado e gravado na forma de CD, DVD ou Pen-Drive; ficando dispensada a exigência de entrega do documento TCC em forma impressa. O CD/DVD deverá ter escrito, preferencialmente com tinta permanente no dorso do disco, o nome do discente, o curso (bacharelado ou licenciatura), a turma a qual pertence, o título de sua monografia e a data da defesa.

§ Parágrafo único: A entrega de Ata de Defesa e a aprovação do TCC na plataforma SIGAA e nas instâncias administrativas da Unifesspa estão condicionadas à exigência de entrega do material digitalizado tal como contemplado neste mesmo artigo. O material deverá ser entregue com ofício de encaminhamento emitido pelo/a orientador/a e com antecedência mínima de dez (10) dias da data definida para a realização da colação de grau do/a formando/a. A não entrega no prazo estipulado caracteriza débito do/a discente/a com o Curso e com a Faculdade, o que o impossibilita de colação de grau no período requerido.

Art. 10º A Banca Examinadora, composta por três examinadores, encaminhará ao Conselho da Faculdade a Ata Pública da Defesa e as Fichas de Avaliação anexas, contendo o devido conceito.

§1º A Banca deverá ser composta pelo orientador e mais 02 (dois) docentes convidados.

§2º Apenas um membro da Banca Examinadora poderá pertencer aos quadros de outra Instituição, que não seja a Unifesspa.

§3º Havendo indisponibilidade de docentes da Unifesspa, poderá ser indicado um segundo membro para a Banca Examinadora oriundo de outra instituição, devendo para tanto, ser homologado pelo Conselho da Faculdade.

§4º O Conselho da Faculdade designará a Banca Examinadora, considerando, para tal, a indicação do/a docente/a orientador/a e orientado/a.

§5º Na composição da Banca Examinadora, indicada pelo/a orientador/a e orientado/a, deverá ser indicado um quarto examinador/a, que ficará como suplente, para eventual necessidade.

§6º Ao/À docente/a orientador/a cabe a Coordenação da Banca Examinadora.

§7º A orientação feita por pessoa externa à Unifesspa exige a presença de membro em atividade de co-orientação pertencente ao quadro docente da Faculdade.

Art. 11º: O conselho da faculdade somente homologará os membros da Banca Examinadora e marcará a data para a defesa após o depósito do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em três (03) vias, junto a Direção da Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins.

Art. 12º A realização da defesa Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), obedecerá o prazo mínimo de dez (10) dias após a data efetiva do depósito do mesmo.

Art. 13º Os casos não previstos nesta Resolução presente serão discutidos e decididos pelo Conselho da Faculdade.

Art. 14º As normas instituídas pela presente Resolução passam a vigorar a partir da data de sua aprovação pelo Conselho da Faculdade, revogando-se as disposições em contrário.

Marabá, 08 de junho de 2016.

Anexo XVII - (A): Modelo de Ficha de Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso

Faculdade de Ciências Sociais Araguaia-Tocantins

Instituto de Ciências Humanas

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Defesa pública de Trabalho de Conclusão de Curso realizada no dia / /

Título do Trabalho:

Discente:

Turma:

Orientador:

Avaliador(a): _____

	Integral (1,00)	Parcial (0,75)	Insuficiente (0,50)	Nenhum (0,00)
1. O trabalho contempla introdução, desenvolvimento e conclusão?				
2. Há organização lógica das ideias?				
3. Qual o grau de aprofundamento teórico dos aspectos fundamentais?				
4. O referencial teórico apresentado é pertinente e acionado adequadamente no trabalho?				
5. Evidencia concepções críticas e problematizações interessantes?				
6. Há clareza na apresentação das ideias e coerência entre elas?				
7. Usa corretamente a língua portuguesa no texto escrito?				
8. Usa corretamente a língua portuguesa na sustentação pública?				
9. Aciona adequadamente a terminologia própria da área temática no texto escrito?				
10. Aciona adequadamente a terminologia própria da área temática na sustentação pública?				

O/A avaliador(a) detectou alguma forma de plágio no TCC? Não Sim

O/A avaliador(a) detectou algum outro problema ético na prática científica do discente? Não Sim

Nota
Final: _____

Observações adicionais do/a avaliador/a:

Conceito: _____ Assinatura do/a avaliador/a: _____

Anexo XVIII: Ficha de atividades complementares

Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-Tocantins

Instituto de Ciências Humanas

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE CÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS (140 HORAS)

NOME: _____

MATRICULA: _____

Marque a opção de atividade comprovada e sua CH	Atividade	Aproveitamento em horas	Aproveitamento máximo
	PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS NACIONAIS E REGIONAIS (SEMINÁRIOS, ENCONTROS, CONGRESSOS, PALESTRAS)	½ do nº de horas	40 h
	INICIAÇÃO CIENTÍFICA (BOLSISTAS E VOLUNTÁRIOS)	20 h por semestre	40 h
	MONITORIA (Bolsista e Voluntário)	20 h por semestre	40 h
	PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE EXTENSÃO (Bolsista e Voluntário)	20 h por semestre	40 h
	PARTICIPAÇÃO EM PALESTRAS ACADÊMICAS EM GERAL	2 h por palestra	10 h
	ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ACADÊMICOS REGIONAIS E NACIONAIS	5 horas por evento	20 h
	REPRESENTAÇÃO DISCENTE NO COLEGIADO	5 horas por semestre	2 h
	MEMBRO DA DIRETORIA DO CENTRO ACADÊMICO	5 h por semestre	10 h
	APRESENTAÇÃO DE TRABALHO EM EVENTOS NACIONAIS	10 h por trabalho	30 h
	PUBLICAÇÃO DE ARTIGO COMPLETO EM EVENTOS NACIONAIS	30 h por trabalho	60 h
	PUBLICAÇÃO DE RESUMO EM EVENTOS NACIONAIS	10 h por resumo	30 h
	Publicação regionais		
	PARTICIPAÇÃO como ouvinte em mini CURSOS	½ do nº de horas	100 h
	MINISTRANTE DE MINI-CURSOS	Número de horas	60 h

	Participação em CURSO DE IDIOMAS	Cada 10 horas de curso equivale a 5 horas de atividades complementares	10 h
	PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS	10 h por artigo	5h
	Participação na Realização de vídeos documentários (roteirista, direção,	5h por Vídeo-documentário	20h
	Produção artística (fotografia, pintura, produção de textos literários, instalações, peças de teatro)	5h por trabalho produzido	
	Estágios extra-curriculares*	A cada três meses 30h	40h

*Estágio em órgãos públicos ou privado em atividades afins com o curso e mediante apresentação do plano de trabalho por escrito.

Orientações:

CADA DISCENTE PRECISA TER NO HISTÓRICO UM TOTAL DE 140 H DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES, PARA TANTO O MESMO DEVERÁ ENTREGAR NA SECRETARIA DA FACULDADE SEU CURRÍCULO DE ATIVIDADES, CONFORME ORIENTAÇÃO ABAIXO:

- Montar um dossiê de atividades relacionando os eventos do qual o discente participou.
- Encaminhar via memorando à coordenação do curso para que seja aprovado e homologado os créditos em reunião do Colegiado da faculdade.

OBS.: SOMENTE SERÃO ACEITOS OS ITENS DEVIDAMENTE COMPROVADOS.

Anexo XIX: Relação das normas que subsidiaram a elaboração do Projeto Pedagógico

- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.**
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 17/2002**, de 13 de março de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 34.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 224/2004**, de 3 de abril de 2001. Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de 9/7/2001, Seção 1, p. 50.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 492/2001**, de 4 de agosto de 2004. Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 27/09/2004.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 1/2002**, de 18 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 31. Republicada por ter saído com incorreção do original no D.O.U., de 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9/2001**, de 8 de maio de 2001. Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p.31.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2002**, de 19 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2004**, de 17 de junho de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p.11.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1/2012**, de 30 de maio de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012, Seção 1, p.48.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2012**, de 15 de junho de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012, Seção 1, p.70.
- _____. Conselho Nacional de Educação, **Resolução CNE/CP nº 2/2015, de 1º de julho de 2015.** Diário Oficial da União, Brasília, 2 de julho de 2015 – Seção I – pp. 8-12.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. **Resolução nº. 3.633, de 18 de fevereiro de 2008. Regulamento do Ensino de Graduação.** Belém: 2008.
- _____. PROEG/Câmara de ensino. Parecer nº. 009/03.
- _____. Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação da Universidade Federal do Pará. Caderno 7 – PROEG. Belém: 2005.
- _____. Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento. **Plano de Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará: 2001-2010.** Belém: EDUFPA, 2003.

- UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 16, de 12 de agosto de 2014. Regulamento dos Estágios Supervisionados dos Cursos de Graduação e Educação Profissional da Unifesspa.**

RESOLUÇÃO Nº , DE ____ DE ____ DE 2017

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa.

O Reitor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, nomeado pelo Decreto nº 179 de 16 de setembro de 2016, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, no uso das suas atribuições delegadas pela Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial da União subsequente; em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, em sessão realizada em _____, e em conformidade com os autos do Processo 23479.000493/2015-51, procedente do Instituto de Ciências Humanas, promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, de interesse do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, de acordo com o Anexo (_____), parte integrante e inseparável da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, em ____ de ____ 2017.

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO

Reitor

Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Art. 1º - O objetivo do curso de Licenciatura em Ciências Sociais/ICH/Unifesspa é formar professores e pesquisadores, considerando os princípios norteadores na relação entre teoria e prática, com comprometimento ético e político à luz dos valores fundamentais – já afirmados anteriormente – da defesa da dignidade humana, da igualdade social, dos direitos humanos como um todo, do respeito às diferenças culturais e de gênero, da valorização das culturas tradicionais, do bem-estar das populações locais e do empoderamento de todos os atores sociais oprimidos e marginalizados no processo de desenvolvimento econômico da região.

Art. 2º - O profissional formado em Licenciatura em Ciências Sociais, “planeja, organiza e desenvolve atividades relativas ao Ensino das Ciências Sociais. Sua atribuição central é a docência na Educação Básica, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos das Ciências Sociais, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento científico social em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Ensino das Ciências Sociais, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico. (MEC/SESU, 2010).

Art. 3º - O currículo do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais prevê atividades curriculares objetivando o desenvolvimento das habilidades e competências, conforme discriminado no Anexo I.

Art. 4º - O Curso de Licenciatura em Ciências Sociais se estrutura em três eixos:

a) Eixo de Formação Específica: neste eixo estão as disciplinas que conferem a identidade própria do cientista social, contendo os conhecimentos aprofundados das três dimensões do curso: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política.

b) Eixo de Formação Complementar: neste eixo se concentram as disciplinas que contemplam um objeto mais especializado das Ciências Sociais e aquelas que “fazem interface com aqueles conjuntos advindos de outros cursos de Instituição de Ensino Superior” (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).

c) Eixo de Formação Livre: “atividades acadêmicas de livre escolha do discente no contexto da Instituição de Ensino Superior” (Parecer nº 492/2001 do CNE/MEC).

Art. 5º - O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade curricular obrigatória que compõe a carga horária total para a integralização do curso. Será desenvolvido no âmbito das atividades TCC, ofertadas no 9º semestres. As normas específicas são regulamentadas pelo Colegiado do curso.

Art. 6º - A duração do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais é de 4 anos e meio com a carga horaria de 3500h.

Parágrafo Único: O tempo de permanência do aluno no curso não poderá ultrapassar 50% do tempo previsto para a duração do mesmo pela UNIFESSPA.

Art. 7º - Para integralização do currículo do curso o aluno deverá ter concluído 3.500 horas, assim distribuídas:

§ 1 – Desenho Curricular

Eixo de Formação Específica	Teoria Sociológica I	68
	Teoria Sociológica II	68
	Teoria Sociológica III	68
	Teoria Sociológica IV	68
	Teoria Antropológica I	68
	Teoria Antropológica II	68
	Teoria Antropológica III	68
	Teoria Antropológica IV	68
	Teoria Política I	68
	Teoria Política II	68
	Teoria Política III	68
	Teoria Política IV	68
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68
	Fundamentos Filosóficos da Educação	68

Eixo de formação complementar	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68
	Didática	68
	Política educacional	68
	Formação histórica do mundo contemporâneo	68
	Formação social, econômica e política do Brasil	68
	Formação social, econômica e política da Amazônia	68
	Etnologia indígena	68
	Relações étnico-raciais	68

	Sociologia da educação	68
	Antropologia da educação	68
	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68
	LIBRAS	68

Eixo de formação livre	[Formação livre I] (*)	68
	[Formação livre II] (*)	68
	[Formação livre III] (*)	68
	[Formação livre IV] (*)	68

Estágios	Estágio Supervisionado de Docência I	100
	Estágio Supervisionado de Docência II	100
	Estágio Supervisionado de Docência III	100
	Estágio Supervisionado de Docência IV	100

Sub-total disciplinas (*)	2780
Atividades complementares (*)	200
Trabalho de Conclusão de Curso	520
Total Carga horária	3500

Disciplinas da Formação Livre (Optativas)	Religião e Sociedade	68
	Teoria e Pesquisa sobre Violência	68
	Estudos de Povos Indígenas	68
	Questões urbanas: Teorias e Métodos	68
	Instituições Políticas Brasileiras	68
	Sistemas Partidários e Eleitorais no Brasil	68
	Pensamento Social Brasileiro	68
	Tópicos Temáticos em Antropologia	68
	Sociedade, Natureza e Educação Ambiental	68
	Conflitos Sociais: Terra e Território	68
	Tecnologia, trabalho e sociedade	68
	Estado, movimentos sociais e políticas públicas	68

§ 2 – Contabilidade Acadêmica (por semestres):

Unidade responsável pela oferta		Atividades curriculares	Carga horária				
			Total do período letivo (em horas)	Semanal			
				Teórica	Prática	Extensão	Total (horas)
FACSAT	1º semestre	Teoria Sociológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política I	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais I	68	4	0	0	4
FACSAT		Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68	0	4	0	4
FACSAT	2º semestre	Teoria Sociológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política II	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais II	68	4	0	0	4
FACED		Didática	68	2	1	1	4
FACSAT	3º semestre	Teoria Sociológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política III	68	4	0	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	2	2	0	4
FACSAT		Fundamentos Filosóficos da Educação	68	4	0	0	4
FACSAT	4º semestre	Teoria Sociológica IV	68	4	0	0	4

FACSAT		Teoria Antropológica IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	2	2	0	4
FACSAT		Formação histórica do mundo contemporâneo	68	3	1	0	4
FACSAT	5º semestre	Formação social, econômica e política do Brasil	68	3	1	0	4
FACSAT		Formação social, econômica e política da Amazônia	68	3	1	0	4
FACSAT		Estágio Supervisionado de Docência I	100	0	0	6	6
FACSAT		Etnologia indígena	68	2	2	0	4
FACSAT		Relações étnico-raciais	68	2	1	1	4
FACSAT	6º semestre	[Formação Livre I] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		[Formação Livre II] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		Estágio Supervisionado de Docência II	100	0	0	6	6
FACSAT		Sociologia da educação	68	2	1	1	4
FACSAT		Antropologia da educação	68	2	1	1	4
FACSAT	7º semestre	[Formação Livre III] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		[Formação Livre IV] (*)	68	2	1	1	4
FACSAT		Estágio Supervisionado de Docência III	100	0	0	6	6
FACSAT		Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68	2	1	1	4
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	0	4
FACSAT	8º semestre	Estágio Supervisionado de Docência IV	100	0	0	6	
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	0	
FACSAT		Trabalho de Conclusão de Curso I (*)	226				
FACSAT - FAGED		Política Educacional	68	1	2	1	4

FACED	9º semestre	LIBRAS	68	2	0	2	4
FACSAT		Trabalho de Conclusão de Curso II (*)	294				

Carga horária teórica (disciplinas, sem TCC)	1632
Carga horária prática (disciplinas, sem TCC) (*)	544
Carga horária extensão (disciplinas, sem TCC)	604

Atividades complementares (*)	200
Total de horas	3500

§ 3 – Contabilidade acadêmica (por Eixos de Formação):

Unidade responsável pela oferta		Atividades curriculares	Carga horária				
			Total do período letivo (em horas)	Semanal (horas)			
				Teórica	Prática	Extensão	Total
FACSAT	Eixo de Formação Específica	Teoria Sociológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Sociológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Sociológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Sociológica IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica III	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Antropológica IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política I	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política II	68	4	0	0	4
FACSAT		Teoria Política III	68	4	0	0	4

FACSAT		Teoria Política IV	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais I	68	4	0	0	4
FACSAT		Epistemologia das Ciências Sociais II	68	4	0	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68	2	2	0	4
FACSAT		Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68	2	2	0	4
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68	0	4	0	4
FACSAT		Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68	0	4	0	4
FACSAT		Fundamentos Filosóficos da Educação	68	4	0	0	4

ICH	Eixo de formação complementar	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68	0	4	0	4
ICH		Didática	68	2	1	1	4
ICH		Formação histórica do mundo contemporâneo	68	3	1	0	4
ICH		Formação social, econômica e política do Brasil	68	3	1	0	4
ICH		Formação social, econômica e política da Amazônia	68	3	1	0	4
FACSAT		Etnologia indígena	68	2	2	0	4
ICH		Relações étnico-raciais	68	2	1	1	4
ICH		Sociologia da educação	68	2	1	1	4
ICH		Antropologia da educação	68	2	1	1	4
ICH		Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68	2	1	1	4
Unifesspa		LIBRAS	68	2	0	2	4
FACSAT-FACED		Política educacional	68	1	2	1	4

ICH	Eixo de formação livre	[Formação livre I] (*)	68	2	1	1	4
ICH		[Formação livre II] (*)	68	2	1	1	4
ICH		[Formação livre III] (*)	68	2	1	1	4
ICH		[Formação livre IV] (*)	68	2	1	1	4

ICH	Estágios	Estágio Supervisionado de Docência I	100	0	0	6	6
-----	----------	--------------------------------------	-----	---	---	---	---

ICH		Estágio Supervisionado de Docência II	100	0	0	6	6
ICH		Estágio Supervisionado de Docência III	100	0	0	6	6
ICH		Estágio Supervisionado de Docência IV	100	0	0	6	6

Carga horária teórica (disciplinas)	1632
Carga horária prática (disciplinas) (*)	544
Carga horária extensão (disciplinas)	604
Sub-total disciplinas	2780
Atividades complementares (*)	200
Trabalho de Conclusão de Curso (*)	520
Total Carga horária	3500

§ 4 – Atividades curriculares por período letivo:

Períodos	Disciplinas	Carga Horária
1º semestre	Teoria Sociológica I	68
	Teoria Antropológica I	68
	Teoria Política I	68
	Epistemologia das Ciências Sociais I	68
	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais	68
	Subtotal	340
2º semestre	Teoria Sociológica II	68
	Teoria Antropológica II	68
	Teoria Política II	68
	Epistemologia das Ciências Sociais II	68
	Didática	68
	Subtotal	340
3º semestre	Teoria Sociológica III	68
	Teoria Antropológica III	68
	Teoria Política III	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	68
	Fundamentos Filosóficos da Educação	68
	Subtotal	340
4º semestre	Teoria Sociológica IV	68
	Teoria Antropológica IV	68
	Teoria Política IV	68
	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	68
	Formação histórica do mundo contemporâneo	68
	Subtotal	340
5º semestre	Formação social, econômica e política do Brasil	68
	Formação social, econômica e política da Amazônia	68
	Estágio Supervisionado de Docência I	100
	Etnologia indígena	68
	Relações étnico-raciais	68
	Subtotal	372
6º semestre	[Formação Livre I]	68
	[Formação Livre II]	68
	Estágio Supervisionado de Docência II	100
	Sociologia da educação	68
	Antropologia da educação	68
	Subtotal	372

7º semestre	[Formação Livre III]	68
	[Formação Livre IV]	68
	Estágio Supervisionado de Docência III	100
	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I	68
	Subtotal	372
8º semestre	Estágio Supervisionado de Docência IV	100
	Política educacional	68
	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II	68
	Subtotal	168
9º semestre	LIBRAS	68
	Subtotal	68
	Sub-total de disciplinas	2780
Atividades complementares		200
Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC		520
Total de horas		3500

§ 5 – Representação Gráfica do Perfil de Formação:

	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3	Disciplina 4	Disciplina 5
1º semestre	Teoria Sociológica I	Teoria Antropológica I	Teoria Política I	Epistemologia das Ciências Sociais I	Leitura e produção textual nas Ciências Sociais
2º semestre	Teoria Sociológica II	Teoria Antropológica II	Teoria Política II	Epistemologia das Ciências Sociais II	Didática
3º semestre	Teoria Sociológica III	Teoria Antropológica III	Teoria Política III	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais I	Fundamentos Filosóficos da Educação
4º semestre	Teoria Sociológica IV	Teoria Antropológica IV	Teoria Política IV	Métodos e técnicas de pesquisa nas Ciências Sociais II	Formação histórica do mundo contemporâneo
5º semestre	Formação social, econômica e política do Brasil	Formação social, econômica e política da Amazônia	Estágio Supervisionado de Docência I	Etnologia indígena	Relações étnico-raciais
6º semestre	[Formação Livre I]	[Formação Livre II]	Estágio Supervisionado de Docência II	Sociologia da educação	Antropologia da educação
7º semestre	[Formação Livre III]	[Formação Livre IV]	Estágio Supervisionado de Docência III	Corpo, gênero e sexualidade: teorias e métodos	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais I
8º semestre	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	Estágio Supervisionado de Docência IV	Política educacional	Diálogos de pesquisa em Ciências Sociais II
9º semestre	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	LIBRAS	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC	Espaço sem atividades em sala de aula, reservado para elaboração do TCC

Art. 8º - Caberá ao Conselho da Faculdade instituir um Núcleo Docente Estruturante para avaliação e acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA-TOCANTINS - ICH
Folha 31, Quadra 7, Lote Especial, s/n. Marabá – Pará CEP: 68507-590.

Telefone: (94) 2101.7106 – Fax: (94) 2101.7106

INFORME

No ementário:

Os professores salientam que as seguintes disciplinas: LAPEX - Laboratório de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais I e II, Diálogos de Pesquisa I e II e Tópicos temáticos em Antropologia, não possuem bibliografia pré-definida. As funções específicas das referidas disciplinas estão explicitadas em subcapítulos do texto do PPC dedicados a elas. Lá, vemos que o conteúdo efetivo dessas disciplinas deve ser condicionado pelas trajetórias individuais dos docentes enquanto pesquisadores (LAPEX e Tópicos temáticos) e pelas diferentes direções e o progresso do trabalho de pesquisa dos discentes (Diálogos I e II), portanto não há sentido em fixar no Ementário, constante no PPC, uma bibliografia qualquer que seja ela.

Marabá, 28 de março de 2017

Atenciosamente,

Joseline S. Barreto Trindade

Diretora FACSAT

Portaria 467/2016